

Fernanda Meneghetti Ferro

**O USO VARIÁVEL DAS CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS EM CONTEXTOS DE
AQUISIÇÃO DE TRADIÇÕES DISCURSIVAS DA ESCRITA**

São José do Rio Preto
2015

Fernanda Meneghetti Ferro

**O USO VARIÁVEL DAS CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS EM CONTEXTOS DE
AQUISIÇÃO DE TRADIÇÕES DISCURSIVAS DA ESCRITA**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Área de Concentração – Análise Linguística, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de São José do Rio Preto.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Sanderléia Roberta Longhin

São José do Rio Preto
2015

Ferro, Fernanda Meneghetti.

O uso variável das construções condicionais em contextos de aquisição de tradições discursivas da escrita / Fernanda Meneghetti Ferro. -- São José do Rio Preto, 2015

127 f. : il., tabs.

Orientador: Sanderléia Roberta Longhin

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas

1. Linguística. 2. Análise linguística (Linguística) 3. Funcionalismo (Linguística) 4. Língua portuguesa - Gramática. 5. Língua portuguesa – Português escrito - São José do Rio Preto (SP) 6. São José do Rio Preto (SP) - Ensino fundamental. I. Longhin, Sanderléia Roberta. II. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. III. Título.

CDU – 41

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IBILCE
UNESP - Câmpus de São José do Rio Preto

Fernanda Meneghetti Ferro

**O USO VARIÁVEL DAS CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS EM CONTEXTOS DE
AQUISIÇÃO DE TRADIÇÕES DISCURSIVAS DA ESCRITA**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Área de Concentração – Análise Linguística, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de São José do Rio Preto.

Comissão Examinadora

Prof^ª. Dr^ª. Sanderléia Roberta Longhin
UNESP – São José do Rio Preto
Orientador

Prof^ª. Dr^ª. Angélica Terezinha Carmo Rodrigues
UNESP – Araraquara

Prof^ª. Dr^ª. Cristiane Carneiro Capristano
UEM – Maringá

São José do Rio Preto
2015

AGRADECIMENTOS

À Prof^ª. Dr^ª. Sanderléia Roberta Longhin por todos os ensinamentos, pelas palavras de incentivo e confiança, que foram imprescindíveis no desenvolvimento desta dissertação, e pela orientação sempre muito cuidadosa e comprometida.

À minha mãe por ser meu maior exemplo de vida e de amor, e por me apoiar incondicionalmente nessa fase tão importante da minha formação acadêmica.

Ao meu pai pelo amor e pelos conselhos sempre valiosos.

Ao Danilo pelo carinho, estímulo e, principalmente, pela compreensão nos momentos de minha dedicação à pesquisa.

À minha avó pelas orações.

A todos os meus familiares e amigos pelo apoio e pelo companheirismo.

À Tailene Munhoz Barbosa, agradeço de modo muito particular, pela amizade dedicada e leal, pelos momentos compartilhados, pela atenção em me ouvir e me ajudar inúmeras vezes durante este percurso.

À Ana Lígia Alves Pacheco pela amizade sincera, pelo carinho e por acreditar sempre no meu potencial.

À minha companheira de pós-graduação, Milena de Brito Mello, pela convivência agradável e pela partilha de angústias e conquistas.

Ao Helker Nhoato pelas “conversas acadêmicas” sempre muito produtivas e pela disponibilidade e generosidade.

À direção da EE Severino Reino e à coordenação do CEL de José Bonifácio pela gentileza de organizar a minha carga horária de trabalho em períodos que não comprometessem a realização deste trabalho de pesquisa.

Às “meninas do CEL”, Rosemeire Volpi Nassif, Amanda Fiel Rosa e Geisa Capobianco Quintas, amigas e companheiras de trabalho, pelo convívio harmonioso e divertido, pela compreensão e pelo incentivo constante.

À Cláudia Salles Bottoni Vanzela e à Luciana Árabe Lima pelo estímulo desde a época do Ensino Fundamental e Médio, pelo exemplo de profissionais e pelo carinho.

À Prof^ª. Dr^ª. Luciani Ester Tenani pelos ensinamentos, durante a Graduação e a Pós-graduação, e pelas contribuições feitas no exame de qualificação.

À Prof^ª. Dr^ª. Cristiane Carneiro Capristano pelas observações criteriosas feitas no exame de qualificação, à Prof^ª. Dr^ª. Angélica Terezinha Carmo Rodrigues pelas sugestões feitas no debate do SELIN, e ambas por terem aceitado compor a banca de defesa.

RESUMO

Elegendo a junção condicional como fenômeno de estudo, o objetivo desta pesquisa é investigar o processo de inserção dos jovens escreventes do Ensino Fundamental II, de uma escola pública de São José do Rio Preto (SP), nas técnicas idiomáticas e nas técnicas discursivas da língua, nos termos de Koch (1997) e Öesterreicher (1997), ao longo do processo de aprendizagem e desenvolvimento de uma escrita. Investigamos, no eixo das técnicas idiomáticas, a realização variável dos processos juntivos de condição, de acordo com os domínios sintático, semântico e pragmático (HALLIDAY, 1985; KORTMANN, 1997; SWEETSER, 1990), e, no eixo das técnicas discursivas, as possíveis correlações existentes entre tradições discursivas da escrita e os esquemas variáveis de junção condicional (KABATEK, 2005; LONGHIN-THOMAZI, 2011). Com base no modelo de junção sistêmico-funcional proposto por Halliday (1985), aliado aos estudos de Kortmann (1997) e Sweetser (1990), concebemos que as construções condicionais realizam-se por meio de diferentes arranjos sintáticos e abarcam polissemias semânticas e pragmáticas no eixo das relações de sentido. Além disso, consideramos que os esquemas juntivos de condição extrapolam o domínio da lógica, visto que funcionam como recursos discursivos de persuasão, envolvendo as intenções dos participantes do discurso (FILLENBAUM, 1986; HIRATA-VALE e OLIVEIRA, 2003; PAIVA e BRAGA, 2010). Dessa perspectiva, analisamos os processos de junção condicional a partir do cruzamento entre as opções do eixo tático, em que reconhecemos mecanismos paratáticos e hipotáticos de junção, e do eixo das relações de sentido, em que, no nível semântico, discutimos os limites fluidos entre a relação de condição e os sentidos de tempo/modo/alternância, assim como, no nível pragmático, avaliamos as condicionais conforme os domínios de conteúdo, epistêmico e atos de fala (SWEETSER, 1990), destacando as funções discursivo-pragmáticas que assumem nos textos. Investigamos, ainda, em que medida as tradições discursivas em que os textos se inserem ajudam a explicar as frequências e os tipos de esquemas de junção condicional codificados. Em relação ao *corpus*, é constituído por 221 textos, extraídos de um Banco de Dados de Escrita do Ensino Fundamental II, constituído pelas Profas. Dras. Luciani E. Tenani e Sanderléia R. Longhin, a partir do Projeto de Extensão Universitária “Desenvolvimento de oficinas de leitura, interpretação e produção de textos no ensino fundamental”, financiado pela PROEX/UNESP. Quanto à metodologia, conjugamos as abordagens quantitativa e qualitativa, subsidiadas pelo critério frequência, nos moldes de Heine et al. (1991) e Bybee (2003), por meio da apuração das frequências *token* e *type*. Sobre os resultados, verificamos que o quadro dos mecanismos de junção condicional é bastante variável no decorrer dos quatro anos do Ensino Fundamental, apresentando diferentes padrões sintáticos, semânticos e pragmáticos em cada série, e que determinadas tradições discursivas predispõem o uso de tipos específicos de esquemas condicionais.

Palavras-chave: junção, condição, tradições discursivas.

ABSTRACT

The aim of this research, by focusing on the conditional conjunction as a study object, is to investigate the process of introducing young writers attending junior high school at a public school in São José do Rio Preto (SP), Brazil, to the idiomatic techniques and discursive techniques of language, in terms of Koch (1997) and Österreicher (1997), throughout the learning and development process of writing. On the axis of idiomatic techniques, we study the different ways processes of conditional conjunction occur, according to the syntactic, semantic and pragmatic domains (HALLIDAY, 1985; KORTMANN, 1997; SWEETSER, 1990), and on the axis of discursive techniques, we study possible correlations between discursive traditions of writing and variable conditional conjunction frameworks (KABATEK, 2005; LONGHIN-THOMAZI, 2011). Based on the systemic-functional conjunction model proposed by Halliday (1985), in addition to studies by Kortmann (1997) and Sweetser (1990), we conceive that conditional constructions are realized through different syntactic arrangements and include semantic and pragmatic polysemy on the axis of meaning. Additionally, we consider the conditional conjunction frameworks to surpass the logical domain, given that they function as discursive persuasion resources, involving the intentions of the discourse participants (FILLENBAUM, 1986; HIRATA-VALE & OLIVEIRA, 2003; PAIVA & BRAGA, 2010). From this perspective, we analyze the conditional conjunction processes by intersecting the options on the tactical axis, in which we recognize paratactic and hypotactic conjunction mechanisms, and by investigating the axis of meaning relations, in which we discuss the fluid boundaries between the conditional relation and the sense of time/mode/alternation. Additionally, we study the conditionals according to the domains of content, epistemics and acts of speech (SWEETSER, 1990), highlighting the discursive and pragmatic functions which they take on in the text. Furthermore, we investigate to what extent the discursive traditions to which the texts relate help explain the frequency and the codified types of conditional conjunction frameworks. As to the corpus, it comprises 221 texts extracted from a Database of Junior High School Written Productions, developed by Prof. Dr. Luciani E. Tenani and Prof. Dr. Sanderléia R. Longhin based on the university extension project “Desenvolvimento de oficinas de leitura, interpretação e produção de textos no ensino fundamental” [Workshop development for text reading, comprehension and production at junior high school] funded by PROEX/UNESP. Regarding the methodology, we have combined quantitative and qualitative approaches supported by the criterion of frequency, following Heine et al. (1991) and Bybee (2003), by assessing token and type frequencies. Concerning the results, we have observed that the frame of conditional conjunction mechanisms varies significantly over the four years of junior high school, displaying multiple syntactic, semantic and pragmatic patterns in each grade, in addition to the fact that given discursive traditions create a tendency to use particular types of conditional frameworks.

Keywords: conjunction, condition, discursive traditions.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ESQUEMAS:

Esquema 1 – Modelo sistêmico-funcional de junção, elaborado a partir de Halliday (1985).....	18
Esquema 2 – Mescla dos processos paratáticos e hipotáticos de junção.....	18
Esquema 3 – Filtros para produção de sentido.....	37
Esquema 4 – Relações de derivação entre os sentidos de tempo, causa e condição.....	65
Esquema 5 – Processo de combinação de orações no eixo da hipotaxe.....	70
Esquema 6 – Os diferentes canais de derivação do sentido temporal.....	77
Esquema 7 – Relações de derivação entre os sentidos de modo e condição.....	84
Esquema 8 – Construções modo/condicionais com polaridade negativa e positiva.....	86

FIGURAS:

Figura 1 – Canais de derivação das relações semânticas, proposto por Kortmann (1997).....	21
Figura 2 – Esquema da Evocação, proposto por Kabatek (2005).....	39
Figura 3 – Exemplo de proposta de produção textual do EF II.....	47
Figura 4 – Exemplar de tabela utilizada para organização dos dados da pesquisa.....	55
Figura 5 – Exemplo de atividade sobre Modo Subjuntivo, aplicada na 5ª série.....	62
Figura 6 – Trecho da proposta de produção textual 01 do ano de 2010.....	68
Figura 7 – Trecho do texto do escrevente S06, produzido no ano de 2011.....	81
Figura 8 – Esquema derivacional das relações semânticas, proposto por Kortmann (1997).....	82
Figura 9 – Proposta de produção textual 01, aplicada no ano de 2008.....	105
Figura 10 – Texto do escrevente S05, produzido no ano de 2008.....	106
Figura 11 – Proposta de produção textual 06, aplicada no ano de 2011.....	107
Figura 12 – Texto do escrevente S06, produzido no ano de 2011.....	107
Figura 13 – Proposta de produção textual 07, aplicada no ano de 2009.....	110
Figura 14 – Texto do escrevente S03, produzido no ano de 2009.....	110
Figura 15 – Trecho do texto do escrevente S03, produzido no ano de 2009.....	111
Figura 16 – Texto do escrevente S03, produzido no ano de 2011.....	112
Figura 17 – Proposta de produção textual 01, aplicada no ano de 2010.....	114

Figura 18 – Trecho do texto do escrevente S01, produzido no ano de 2010.....	115
Figura 19 – Proposta de produção textual 02, aplicada no ano de 2010.....	115
Figura 20 – Texto do escrevente S05, produzido no ano de 2010.....	116
Figura 21 – Proposta de produção textual 05, aplicada no ano de 2010.....	117
Figura 22 – Texto do escrevente S04, produzido no ano de 2010.....	117

GRÁFICOS:

Gráfico 1 – Frequência dos padrões semânticos ao longo do EF II.....	91
Gráfico 2 – Frequência dos padrões sintáticos ao longo do EF II.....	93
Gráfico 3 – Tipologia das correlações verbais das condicionais com <i>se</i>	97
Gráfico 4 – Frequência dos padrões pragmáticos ao longo do EF II.....	100

JUNTOGRAMAS:

Juntograma 1 – Conto.....	108
Juntograma 2 – Artigo de opinião.....	109
Juntograma 3 – Carta pessoal.....	113
Juntograma 4 – Artigo de opinião.....	113

QUADROS:

Quadro 1 – Combinações de orações no domínio da expansão, segundo Halliday (1985).....	20
Quadro 2 – Categoria causal-condicional pertencente ao eixo de <i>realce</i>	20
Quadro 3 – Níveis linguísticos, de acordo com Coseriu (1979).....	36
Quadro 4 – Tipos de esquemas de junção predominantes em TDs jurídicas.....	44
Quadro 5 – Número de textos produzidos pelos escreventes ao longo do EF II.....	49
Quadro 6 – Organização das propostas de produção escrita: tema, gênero e tipologia textual.....	51
Quadro 7 – Construções condicionais no domínio da hipotaxe e da parataxe.....	93
Quadro 8 – Tipologia e distribuição dos esquemas de junção ao longo do EF II.....	94
Quadro 9 – Os diferentes graus de hipótese das construções condicionais.....	96
Quadro 10 – Recorte de condicionais epistêmicas, produzidas no ano de 2010.....	118
Quadro 11 – Conteúdo de algumas propostas de produção, aplicadas em 2011.....	119

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Total de ocorrências produzidas ao longo do EF II.....	61
Tabela 2 – Total de ocorrências por padrão semântico ao longo do EF II.....	64
Tabela 3 – Tipos de esquemas de junção para o padrão semântico de condição.....	65
Tabela 4 – Tipos de esquemas de junção para o padrão semântico de tempo/condição.....	78
Tabela 5 – Cruzamento dos padrões condicionais com as propostas de produção.....	104

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 O FENÔMENO DA JUNÇÃO E OS MODOS DE EXPRESSÃO DA CONDICIONALIDADE	17
2.1 Uma abordagem sobre a junção de orações	17
2.2 A expressão de condicionalidade	25
2.3 Síntese	34
3 TRADIÇÃO DISCURSIVA	36
3.1 O conceito de Tradição Discursiva	36
3.2 A relação entre junção e Tradição Discursiva	42
3.3 Síntese	45
4 MATERIAL E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	46
4.1 Descrição do Banco de Dados de Escrita do Ensino Fundamental II	46
4.2 Constituição e caracterização do <i>corpus</i>	48
4.3 Procedimentos de análise	53
5 JUNÇÃO CONDICIONAL: A VARIAÇÃO NO EMPREGO DAS CONSTRUÇÕES DE CONDIÇÃO EM TEXTOS ESCRITOS DO ENSINO FUNDAMENTAL II	60
5.1 A condicionalidade no EF II: os diferentes mecanismos de expressão	60
5.1.1 O padrão semântico de condição	64
5.1.2 O padrão semântico de tempo/condição	76
5.1.3 O padrão semântico de modo/condição	82
5.1.4 O padrão semântico de alternância/condição	87
5.2 Sistematização dos dados, ao longo do EF II, conforme três eixos de análise: semântico, sintático e pragmático	90
6 TRADIÇÃO DISCURSIVA: UMA RELAÇÃO ENTRE ESQUEMAS JUNTIVOS DE CONDIÇÃO E DIFERENTES MODOS DE DIZER NO ENSINO FUNDAMENTAL II	103
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS	125

1 INTRODUÇÃO

Ao eleger a junção condicional como fenômeno de estudo, o objetivo central deste trabalho de pesquisa é investigar a inserção dos jovens escreventes do Ensino Fundamental II (EF II, daqui em diante), de uma escola pública de São José do Rio Preto (SP), nas técnicas idiomáticas e nas técnicas discursivas da língua, no processo de aprendizagem e desenvolvimento de uma escrita. Entendemos por técnicas idiomáticas, segundo Koch (1997) e Öesterreicher (1997), aquelas que incluem opções do *sistema* e das *normas* da língua (oposições fonológicas, escolhas lexicais, regras morfossintáticas), sendo o sistema, nos termos de Coseriu (1979), concebido como um conjunto de possibilidades de realizações linguísticas, e as normas, entendidas como as realizações linguísticas tradicionais, isto é, a parte do sistema que é efetivamente usada. Já as técnicas discursivas, são aquelas das Tradições Discursivas (TDs, daqui em diante), concebidas como modelos linguísticos normativos e historicamente convencionalizados que regem a produção e a recepção do discurso.

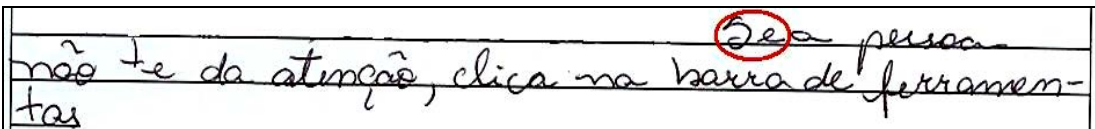
Para o alcance desse objetivo, no eixo das técnicas idiomáticas da língua, elegemos para investigação a realização variável dos processos juntivos de condição, de acordo com os domínios sintático, semântico e pragmático (HALLIDAY, 1985; KORTMANN, 1997; SWEETSER, 1990), e, no eixo das técnicas discursivas, as possíveis correlações existentes entre TDs da escrita e os esquemas de junção condicional, com base na hipótese de Kabatek (2005), segundo a qual, determinadas TDs, a depender de suas particularidades, podem predispor o emprego de construções linguísticas específicas e não outras.

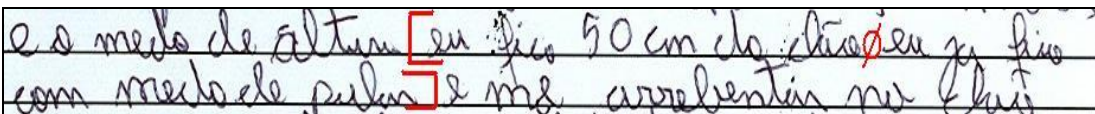
No domínio da junção, concebemos a condicionalidade como uma relação de sentido altamente complexa, uma vez que prevê a mobilização de diferentes arquiteturas sintáticas (cf. HALLIDAY, 1985) e, mais do que isso, envolve uma polissemia, que revela a fluidez nos limites entre a relação de condição e outros sentidos como, por exemplo, o de tempo, causa/efeito, modo, alternância (cf. LEÃO, 1961; KORTMANN, 1997; NEVES, 2000). Aliada a essa fluidez nos limites entre as relações semânticas, destacamos também o caráter polissêmico das relações pragmáticas, cujo sentido de condição pode se resolver em diferentes domínios cognitivo-pragmáticos, que envolvem relações tanto em um nível mais concreto, quanto em um nível mais abstrato (cf. SWEETSER, 1990).

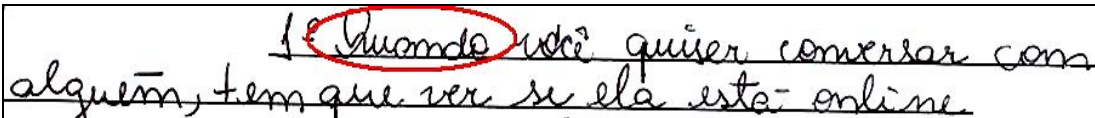
Além disso, reconhecemos que os processos juntivos de condição não se restringem, fundamentalmente, a um esquema lógico, pautado em relações de causa/efeito (cf. COMRIE,

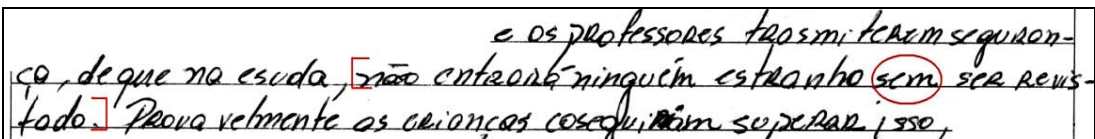
1986), a nosso ver, o sentido condicional extrapola o nível das interpretações lógicas, tendo em vista que atua em um plano discursivo (cf. FILLENBAUM, 1986; NEVES, 2000; PAIVA e BRAGA, 2010). A esse respeito, os mecanismos de junção condicional não se limitam ao esquema tradicional $se\ p \rightarrow q$, uma vez que funcionam como recursos discursivos de persuasão, dos quais destacamos, por exemplo, as estratégias de *ameaça*, *promessa* e *polidez*, que envolvem as intenções dos participantes do discurso (cf. FILLENBAUM, 1986; HIRATA-VALE e OLIVEIRA, 2003).

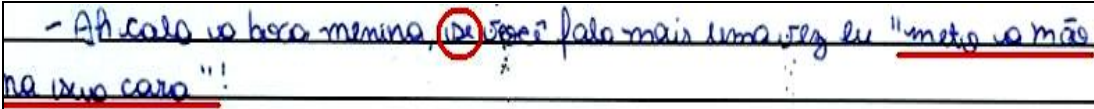
Dada essa complexidade de forma e de sentido que constitui a relação de condição, para dar conta dos objetivos desta pesquisa, conforme já dito, focalizamos as realizações variáveis das construções condicionais em produções escritas de jovens estudantes do EF II, que, para nós, configuram não só possíveis aquisições escolares, aprendidas ao longo de quatro anos, em que são desenvolvidos diferentes conteúdos linguísticos necessários para a compreensão do fenômeno da junção condicional, seguindo as orientações do Currículo do Estado de São Paulo (2008), mas também aquisições vernáculas, resultantes das vivências sociais dos escreventes fora do contexto de aprendizagem formal, ou seja, aprendidas sem a intervenção da escola. As construções de (01) a (06), extraídas de nosso *corpus*, representam uma amostra da variabilidade de construções que envolve a codificação do sentido de condição:

(1) 
[Z08_5A_02F_04]

(2) 
[Z09_6C_07M_02]

(3) 
[Z08_5A_02F_04]

(4) 
[Z11_8B_02F_03]

(5)  [Z09_6B_03F_03]

(6)  [Z09_6B_03F_01]

As ocorrências expostas acima representam a variação nos modos de expressar o sentido condicional no que concerne a todos os níveis de análise:

- no nível sintático, reconhecemos construções mais dependentes estruturalmente, como em (1), (3), (4), (5) e (6), ou menos dependentes, como em (2), já que, nesse caso, as orações mantêm uma equivalência funcional;

- no nível semântico, concebemos que o nexos condicional convive com diferentes relações, com as quais mantém afinidades semânticas, do tipo tempo/condição como na ocorrência em (3), e modo/condição, como na ocorrência em (4);

- no nível pragmático, diferenciamos, por exemplo, as construções que estabelecem condição entre eventos do mundo, como em (2), daquelas que se realizam em um nível conversacional, como em (5) e (6), que atuam, respectivamente, como condicionais de *ameaça* e de *promessa*.

A partir dessa amostra de esquemas condicionais, representativa do *corpus* desta pesquisa, verificamos que a condicionalidade se realiza: (i) por meio de diferentes tipos de combinações de orações, ou seja, diferentes arranjos sintáticos que codificam o sentido condicional, em uma relação indissociável entre forma e conteúdo, conforme propõe Halliday (1985); (ii) a partir de relações polissêmicas, de acordo com Kortmann (1997), envolvendo ambiguidade na codificação da condicionalidade, que mantém afiliações semânticas com outros sentidos, em uma relação de convivência da qual emergem diferentes nuances de condição; e (iii) com base nos domínios cognitivo-pragmáticos, nos moldes de Sweetser (1990), que abrangem relações em nível sócio-físico, em nível do raciocínio e em nível de uma argumentação, dos quais resultam diferentes tipos de condicionais, que assumem também diferentes funções discursivo-pragmáticas.

Diante dessas considerações, nesta pesquisa, investigamos a junção condicional, contemplando diferentes categorias de análise e, mais do que isso, revelando a fluidez dos processos juntivos, conforme sinalizamos. Entretanto, enquanto fenômeno universal da linguagem, a junção favorece não apenas a investigação das faces morfossintática e semântico-cognitiva, mas também das supostas correlações existentes entre construções

linguísticas específicas e determinadas TDs, como defende Kabatek (2005). A esse respeito, Kabatek (2005) afirma, por um lado, que algumas construções linguísticas constituem traços característicos de determinadas tradições discursivas e também, por outro lado, que algumas TDs suscitam o uso de construções linguísticas particulares. Para o autor, o fenômeno da junção, por mobilizar informações dos vários níveis de análise linguística, é fundamental para o reconhecimento da(s) tradição(ões) discursiva(s) em que um texto se insere.

Nessa perspectiva teórica, Longhin-Thomazi (2011) investigou uma amostra longitudinal de textos produzidos por duas crianças, pertencentes às primeiras séries do Ensino Fundamental I. Um dos objetivos do trabalho foi verificar por quais esquemas de junção os sentidos são codificados nas produções infantis e como esses mecanismos relacionam-se com as TDs que estão sendo adquiridas pelas crianças nessa fase escolar. Sendo assim, a autora se atentou às decisões das crianças no domínio da junção, que fazem escolhas sobre como juntar, no eixo sintagmático, e escolhas no conjunto dos juntores, no eixo paradigmático, deixando transparecer a natureza composicional das TDs.

Quanto aos esquemas de junção condicional, Longhin-Thomazi (2011) concluiu que, nos textos produzidos nas primeiras séries do Ensino Fundamental I, o uso das condicionais é reduzido e que todas as ocorrências representam construções de conteúdo, estabelecidas no domínio sócio-físico, favorecidas por uma relação de causa > efeito entre eventos do mundo. A autora verificou também que as crianças flutuam pelas técnicas idiomáticas da língua, principalmente no que diz respeito às correlações envolvendo a morfologia verbal, aspecto que pode justificar a variação nos modos de representar, na escrita, a relação de condição. No que concerne aos resultados sobre junção, a autora concluiu que a escolha por um ou outro mecanismo, em determinada fase escolar, possivelmente relaciona-se não apenas com a complexidade da construção mobilizada, mas com os traços funcionais dos mecanismos de junção, que são mais ou menos previsíveis em uma dada TD.

Este trabalho de pesquisa, por sua vez, partilha das noções defendidas por Longhin-Thomazi (2011) e traça um percurso de investigação semelhante, visto que: (i) analisa os processos juntivos de condição no EF II a partir de pressupostos teóricos funcionalistas, que levam em conta, como já sinalizado, os diferentes níveis de análise linguística – sintático, semântico e pragmático –, contemplando a não-discretude dos processos de junção condicional (HALLIDAY, 1985; KORTMANN, 1997; SWEETSER, 1990); e (ii) concebe uma possível correlação entre junção e TD, nos moldes de Kabatek (2005), de maneira que busca investigar a contribuição das TDs para o emprego de tipos específicos de esquemas de junção.

Nesse sentido, para alcançar o objetivo maior deste trabalho, que é investigar o modo variável de inserção dos jovens escreventes do EF II nas técnicas idiomáticas e nas técnicas discursivas da língua, tomando a junção condicional como fenômeno de estudo, propomos a realização de duas tarefas principais: (i) descrever as construções de condição nos textos dos escreventes selecionados, contemplando o cruzamento entre as opções do eixo tático (parataxe e hipotaxe) e o tipo de juntor empregado, assim como o eixo das relações de sentido (que abarca aspectos semânticos e pragmáticos); e (ii) avaliar em que medida a TD em que o texto se insere ajuda a explicar a frequência e os tipos de esquemas de junção condicional encontrados nas produções escritas dos estudantes do EF II.

O *corpus* desta pesquisa foi recolhido de um Banco de Dados de Escrita, constituído pelas Profas. Dras. Luciani E. Tenani e Sanderléia R. Longhin, a partir das atividades do Projeto de Extensão Universitária “Desenvolvimento de oficinas de leitura, interpretação e produção de textos no ensino fundamental”, financiado pela PROEX/UNESP, desenvolvidas durante um período de quatro anos, de 2008 a 2011, permitindo o acompanhamento dos estudantes durante o segundo ciclo do Ensino Fundamental.

Para cumprir o objetivo (i), que concerne ao eixo das técnicas idiomáticas da língua, que estão relacionadas, a nosso ver, com a realização dos esquemas de junção condicional, selecionamos, desse Banco de Dados, produções escritas de 10 escreventes regularmente matriculados no EF II, durante o período de 2008-2011, de modo que o recorte aproxima-se do que denominamos longitudinal, tendo em vista que trabalhamos com textos dos mesmos escreventes, coletados no decorrer desses anos. Esse recorte justifica-se pelo fato de possibilitar a observação, ao longo de quatro anos, do modo variável de expressão dessa relação de sentido nos textos dos escreventes, que estão em fase de desenvolvimento de uma escrita e, que por isso, lidam ainda com a aquisição de diferentes arranjos morfossintáticos, dentre eles, os arranjos condicionais, que são adquiridos, conjuntamente, em contexto escolar institucionalizado e em contexto vernacular, que abrange diferentes saberes adquiridos a partir da vivência social, conforme já mencionamos. De outro modo, o recorte longitudinal permitirá a investigação da maneira como os escreventes realizam os esquemas de junção condicional nas diferentes séries do EF II e a observação da possível influência do tempo de escolarização na codificação das condicionais, em termos de um possível aumento de complexidade cognitiva das construções ao longo desse período.

Para alcançar o objetivo (ii), que concerne ao eixo das técnicas discursivas da língua, selecionamos alguns textos da amostra longitudinal, que abarcam diferentes TDs da escrita, dentre elas tradições narrativas e argumentativas. A análise essencialmente qualitativa desses

textos permitirá a observação de aspectos do modo como os escreventes do EF II circulam por diferentes TDs, que estão sendo adquiridas, além de permitir a investigação de uma possível correlação entre junção condicional e determinadas tradições.

No que diz respeito à metodologia utilizada nesta pesquisa, para o cumprimento dos objetivos mencionados, realizamos análises quantitativas e qualitativas, com base no critério *frequência*, conforme a abordagem de Heine et al. (1991) e Bybee (2003). Os autores distinguem dois métodos para o reconhecimento de frequências: a frequência *token*, que será apurada a partir da contagem geral das ocorrências de construções condicionais, e a frequência *type*, que será aferida a partir da qualificação e da quantificação dos diferentes padrões condicionais.

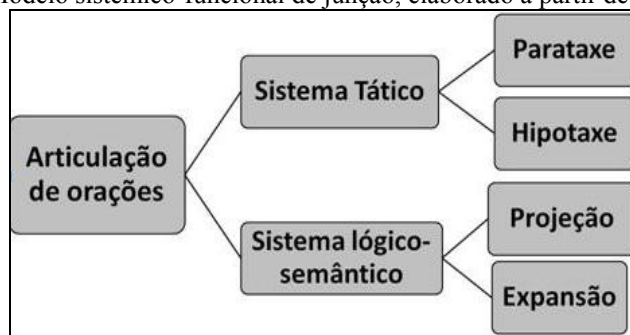
No que concerne à divisão deste trabalho, apresentamos, inicialmente, os pressupostos teóricos que fundamentam a nossa pesquisa, divididos em duas seções, a primeira que contempla uma abordagem funcionalista sobre junção de orações, bem como uma revisão de estudos que investigam a expressão da condicionalidade (Seção 2), e a segunda que está centrada na definição do conceito de TD (Seção 3). Em seguida, discutimos as decisões metodológicas que guiaram o nosso percurso de investigação, apresentando como se deu a constituição do *corpus*, e o estabelecimento dos procedimentos de análise (Seção 4). Depois, expomos duas seções de análise, uma referente à discussão dos resultados obtidos em termos dos processos de junção (Seção 5), e a outra referente à discussão dos resultados alcançados no que diz respeito à relação entre junção e TDs (Seção 6), dando conta, respectivamente, de cada um dos objetivos propostos. Por fim, apresentamos nossas considerações finais sobre o trabalho (Seção 7), bem como as referências bibliográficas.

2 O FENÔMENO DA JUNÇÃO E OS MODOS DE EXPRESSÃO DA CONDICIONALIDADE

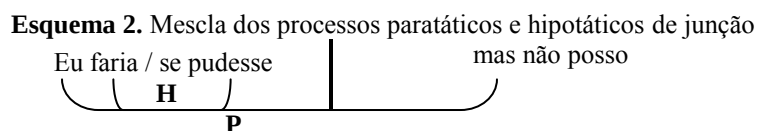
Nesta seção, abordamos as concepções teóricas que fundamentam nosso trabalho, partindo do pressuposto de que os processos de junção condicional envolvem fluidez no que concerne aos níveis sintático, semântico e pragmático. Dessa perspectiva, adotamos, em parte, o modelo de junção sistêmico-funcional proposto por Halliday (1985), que contempla, como já dito, a relação intrínseca entre a forma e o sentido das orações, e partilhamos também dos trabalhos desenvolvidos por Kortmann (1997) e Sweetser (1990), que destacam o caráter polissêmico das relações de sentido, de acordo com a subseção 2.1. Reconhecemos, ainda, a complexidade envolvida nos modos de expressar o sentido condicional, que não é apenas uma relação lógico-semântica, mas também discursiva, conforme tratamos na subseção 2.2, em que o objetivo é alcançar uma compreensão mais detalhada a respeito dessa relação. Esse aparato teórico será fundamental para tratarmos do primeiro eixo de análise desta pesquisa, referente à inserção dos jovens escreventes do EF II nas técnicas idiomáticas da língua, que contempla o fenômeno da junção condicional.

2.1 Uma abordagem sobre a junção de orações

Para tratar do fenômeno da junção, partimos do modelo sistêmico-funcional proposto por Halliday (1985), que interpreta as relações entre as sentenças com base no componente lógico-semântico do sistema linguístico. O autor discute a combinação de orações em termos de um mecanismo de modificação e prevê a conjugação de dois eixos, o sintático e o semântico, defendendo que há uma essência sistêmica, com uma rede de opções para cada parâmetro. Nesse sentido, para Halliday, no âmbito da junção, deve-se considerar, sempre, um cruzamento entre as dimensões: (i) do sistema *tático*, que trata das relações de interdependência entre as unidades; e (ii) do sistema *lógico-semântico*, que aborda as relações de sentido que legitimam os processos de junção, conforme ilustra o Esquema 1:

Esquema 1. Modelo sistêmico-funcional de junção, elaborado a partir de Halliday (1985)

Com base nesse modelo, as opções do sistema de *taxe* são *parataxe* e *hipotaxe*, que se diferenciam por conta do estatuto gramatical das unidades envolvidas. A esse respeito, Halliday (1985) afirma que, quando as orações possuem um estatuto estrutural idêntico, a construção é paratática, mas, de outro modo, quando os estatutos das orações são desiguais, sendo uma modificadora e a outra nuclear, a construção é hipotática, podendo haver uma mescla desses processos nas construções complexas, como ilustra o exemplo do próprio autor, adaptado no Esquema 2, em que a combinação, sinalizada por P, é paratática, e aquela, sinalizada por H, é hipotática:



A partir desse exemplo, Halliday (1985, p. 218) mostra que as construções complexas são constituídas por relações de diferentes tipos, ou seja, tanto por sequências tipicamente paratáticas, quanto por sequências tipicamente hipotáticas, de modo que uma pode estar inserida no interior da outra, conforme a ocorrência do Esquema 2, em que o primeiro membro da parataxe configura uma construção complexa que comporta uma estrutura de natureza hipotática.

Para Halliday (1985), na parataxe, as orações combinadas preservam o seu funcionamento pleno, enquanto, na hipotaxe, há entre a oração dominante e a oração modificadora certa relação de dependência. Nesse sentido, Halliday (1985, p. 222) defende, por um lado, que, nas combinações paratáticas, em que não há dependência estrutural entre um elemento e outro, a ordem das orações é mais restrita, e uma alteração na sequência pode mudar não apenas a estrutura, mas também o sentido da construção. Por outro lado, nas combinações hipotáticas, em que a oração modificadora é sempre dependente, a ordem dos elementos não é tão rígida, sendo possível inversão no sequenciamento. Dadas essas

considerações, entendemos que a parataxe constitui-se como uma composição binária, que pode ser invariável por conta da iconicidade das orações, diferentemente das composições hipotáticas em que há uma liberdade relativa, a partir da qual podem emergir diferentes efeitos de sentido.

Apesar de reconhecer essas particularidades que diferenciam, de certo modo, parataxe e hipotaxe, Halliday (1985) trata as opções do eixo tático como não discretas, e essa noção repousa no fato de o autor não conceber os mecanismos paratáticos e hipotáticos de junção como bem delimitados. Desse modo, Halliday (1985) reconhece a existência de esquemas hipotáticos que têm feição paratática, ou vice-versa, e destaca que os padrões paratáticos e hipotáticos podem ser modificados pelo tipo de relação lógico-semântica estabelecida.

Para o autor, não há uma relação estrita em que um significado (por exemplo, temporal, causal, condicional) encontra realizações em um único esquema sintático, traço diferencial nessa abordagem sistêmico-funcional e de relevância para o nosso trabalho, uma vez que qualquer relação de sentido pode se resolver por parataxe, por hipotaxe ou por construções que estão no limite desses níveis. Sendo assim, a partir desses pressupostos teóricos, com base em dois grandes domínios (o da forma e o do sentido), interpretamos os mecanismos condicionais como construções que envolvem diferentes arranjos morfossintáticos e o emprego de uma variedade de juntores, itens que, nesse modelo de junção, abrangem não apenas as tradicionais conjunções coordenativas e subordinativas, mas também advérbios, preposições, perífrases adverbiais e outros elementos que contribuem efetivamente para o processo de junção das sentenças. Diante disso, partilhando das noções defendidas por Halliday (1985), concebemos diferentes graus de dependência¹ envolvidos nos processos de junção, podendo uma dada construção condicional ser mais ou menos dependente, tanto do ponto de vista estrutural, como do ponto de vista semântico.

Quanto às combinações do sistema lógico-semântico, as opções são diversas, mas organizadas por Halliday (1985) em um número de categorias típicas mais gerais. Para o autor, nesse sistema, as relações de sentido constituem dois grupos principais: a *projeção* e a

¹ Entendemos que os graus de dependência, tanto no eixo da parataxe quanto no eixo da hipotaxe, podem ser avaliados a partir de determinados parâmetros, tais como morfologia verbal, partilhamento de sujeito, dentre outros, conforme mostraremos, na Seção 5, com a discussão da ocorrência em (36), um esquema de junção tipicamente paratático, que poderia ser interpretado, de uma perspectiva mais tradicional, como um caso de junção em que as sentenças são sintaticamente independentes. Mas, dada uma simetria morfossintática, reconhecemos certo grau de dependência, tanto estrutural como semântico, para essa construção condicional paratática. Sendo assim, consideramos que a partir de parâmetros desse tipo é possível avaliar diferentes graus de dependência para os esquemas de junção condicional, contudo, em função dos objetivos deste trabalho, não nos detemos, efetivamente, a análises dessa natureza.

expansão, conforme indica o Esquema 1. Na *projeção*, uma oração projeta-se sobre a outra, expressando uma locução ou uma ideia. Por sua vez, na *expansão*, as relações podem ocorrer: (a) no eixo da *elaboração*, em que uma oração elabora o significado de outra, reformulando-o ou especificando-o, (b) no eixo da *extensão*, em que uma oração estende ou amplia o significado de outra, sempre adicionando algum elemento novo e (c) no eixo do *realce*, em que uma oração realça o sentido de outra, indicando uma determinada circunstância, tal como tempo, lugar, modo, causa ou condição, como indica o Quadro 1, reelaborado a partir de Halliday (1985) e representativo do domínio da *expansão*, que dá conta das construções que investigamos aqui:

Quadro 1. Combinações de orações no domínio da *expansão*, segundo Halliday (1985)

	Parataxe	Hipotaxe
Elaboração	João não esperou, ele fugiu	João fugiu, o que surpreendeu a todos
Extensão	João fugiu, e Fred ficou para trás	João fugiu, enquanto Fred ficou para trás
Realce	João estava com medo, então fugiu	João fugiu, porque estava com medo

O eixo do *realce* é fundamental para esta pesquisa, pois é nele que estão inseridas as construções condicionais, no entanto, apesar dessa classificação proposta por Halliday (1985), não seguimos à risca a terminologia do autor e adotamos o rótulo *condição* por ser mais consensual na literatura linguística funcionalista. Além disso, conforme dito anteriormente, a nosso ver, o sentido de condição não se configura apenas como uma relação lógico-semântica, nos termos de Halliday (1985), é mais do que isso, a condição pode atuar no nível discursivo-pragmático, na medida em que, para compreensão do sentido condicional, é preciso levar em conta as intenções dos participantes do discurso, viés que será explorado na subseção 2.2.

Ainda quanto à dimensão lógico-semântica, é válido ressaltar que Halliday (1985), além de apontar um conjunto abrangente de relações, organizadas nos eixos da *Projeção* e da *Expansão*, como apresentado, reconhece a essência polissêmica envolvida na codificação desses sentidos e as fronteiras fluidas que há entre eles, distinguindo, por exemplo, diferentes categorias no eixo do *realce*, dentre as quais destacamos a causal-condicional, como mostra o Quadro 2, elaborado a partir de Halliday (1985, p. 234):

Quadro 2. Categoria causal-condicional pertencente ao eixo de *realce*

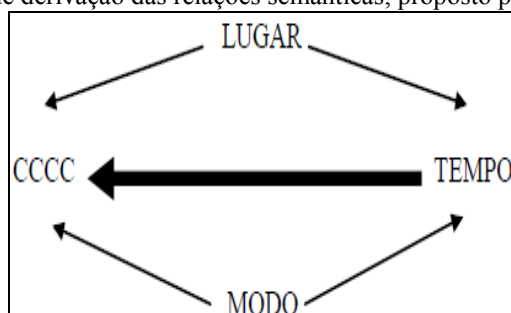
Categoria	Significado
Causal-condicional	
causa: consequência	porque P então resulta Q
causa: finalidade	por causa da intenção Q então a ação P
condição: positiva	se P então Q
condição: negativa	se não P então Q
condição: concessiva	se P então o contrário da expectativa Q

Nessa categoria, Halliday (1985) admite proximidades entre as relações de causa e condição, que se desdobram em diferentes subtipos: causa-consequência, causa-finalidade, condição-positiva, condição-negativa e condição-concessiva, conforme indica o Quadro 2. Para nós, ao agrupar essas duas noções em uma mesma categoria, o autor sinaliza que há certa correlação entre os sentidos causal e condicional, um partilhamento de traços semânticos que aproxima ambas as relações, interpretadas, nesta pesquisa, como ambíguas a depender da natureza da construção.

Em função dessas considerações, para dar conta desse eixo lógico-semântico, que envolve ambiguidades de sentido, conforme já apontado, compatibilizamos a proposta de Halliday com as pesquisas desenvolvidas por Kortmann (1997), para o qual determinados domínios de sentido relacionam-se, em maior ou menor grau, a depender das afinidades semânticas que há entre eles. Nessa perspectiva, Kortmann (1997) investigou os usos e determinados processos de mudança envolvidos no desenvolvimento histórico de subordinadores adverbiais de diferentes línguas europeias, a partir de um viés tipológico, e reconheceu diferentes relações lógico-semânticas no âmbito desses itens.

Para Kortmann (1997), cada uma dessas relações equivale a uma camada ou domínio de sentido, que abrange relações mais centrais e mais periféricas, consideradas, de um ponto de vista cognitivo, como mais básicas ou mais complexas, respectivamente. Ademais, de acordo com o autor, esses domínios de sentido abarcam padrões de polissemia, que se dão entre domínios e no interior de cada domínio, sendo possível apreender relações de parentesco entre eles. Nesse sentido, Kortmann (1997) organiza as relações lógico-semânticas em macrodomínios, a saber: tempo, modo, lugar, e o que denomina de CCCC, que corresponde à causa, condição, concessão e contraste. Segundo o autor, entre esses macrodomínios são estabelecidos diferentes canais de derivação, como indica a Figura 1:

Figura 1. Canais de derivação das relações semânticas, proposto por Kortmann (1997)



Nesse esquema, Kortmann (1997) explora o caráter derivacional dos macrodomínios, mostrando que uma determinada relação pode derivar de outra ou, em direção diferente, pode

dar lugar a outro nexo semântico, e isso resulta das afiliações semânticas existentes entre as relações, por esse motivo, nem todos os caminhos de derivação são produtivos. Diante disso, Kortmann (1997) destaca que: (i) o canal de derivação mais produtivo para as relações de CCCC é o de tempo, como sugere a espessura da seta; (ii) todas as relações alimentam CCCC, mas o contrário não ocorre; (iii) modo e lugar não mantêm afinidades, mas podem dar lugar as outras relações. Dessas sistematizações, o canal de derivação em que tempo alimenta CCCC constitui uma tendência relevante para a nossa pesquisa, tendo em vista que apreendemos, a partir dos dados investigados, a forte relação de proximidade entre os sentidos de tempo e condição, na medida em que verificamos diferentes relações temporais, por exemplo, a sequencialidade e a habitualidade, alimentando a emergência do sentido condicional.

Além disso, no esquema da Figura 1, os macrodomínios de tempo, lugar e modo são considerados por Kortmann (1997) como mais básicos e, por isso, alimentam as relações de CCCC, tomadas como mais complexas. Desse ponto de vista, segundo Kortmann (1997), o esquema representativo dos canais de derivação ajuda a apreender tendências filogenéticas e ontogenéticas, uma vez que sugere um gradiente cognitivo para as relações de sentido, observado tanto no âmbito da história da língua, como no âmbito da aquisição de linguagem.

Sobre essas questões, Kortmann (1997) discute, por exemplo, que, na história da língua, os subordinadores adverbiais que codificam noções mais concretas, como tempo e lugar, desenvolveram-se mais cedo, ao passo que aqueles que codificam os sentidos mais abstratos, como condição e concessão, surgiram posteriormente. E, no que concerne à aquisição de linguagem, o autor mostra que o caminho é semelhante, já que, primeiro, são adquiridas relações temporais e somente mais tarde, as relações de condição, contraste e concessão, fato que evidencia um paralelo entre filogenia e ontogenia.

Assim, aproximando-se do trabalho de Reilly (1983), cuja pesquisa, a partir de dados experimentais, tem como foco o processo de aquisição do sistema condicional na língua inglesa, Kortmann (1997) defende uma tendência ontogenética que indica uma ordem preferencial na aquisição das relações de sentido: a de que as relações mais complexas, dentre elas o sentido condicional, derivam daquelas cujos sentidos são mais básicos, como o nexo semântico de tempo, sendo apreendidas mais tarde. Para o autor, o curso geral de aquisição de linguagem prevê um aumento crescente de complexidade cognitiva próprio das diferentes relações de sentido.

Em conformidade com essa tendência, ressaltamos também a pesquisa desenvolvida por Rodrigues (2001), que aborda as relações de proximidade entre as orações temporais e condicionais na fala de crianças em fase de aquisição de primeira língua. Ao investigar as

construções hipotáticas de tempo e condição, em dados de fala infantil, tratando da ordem de aquisição dessas construções, Rodrigues (2001) mostrou que a relação temporal precede a condicional, sendo possível ou não a sobreposição de sentidos temporais e condicionais. Partilhando do estudo de Heine et al (1991), a autora postula que entidades mais concretas, que se relacionam, por exemplo, à noção de tempo, podem ser tomadas para a expressão de significados mais subjetivos/abstratos, como o sentido condicional, em um tipo de *continuum* das categorias cognitivas, que se aproxima do esquema de canais de derivação proposto por Kortmann (1997). Sendo assim, diante desses pontos de vista, destacamos o quanto são tênues os limites entre determinadas relações de sentido, que envolvem os processos de junção, não havendo uma separação discreta e clara entre elas, mas sim uma predisposição derivacional, conforme discutimos.

Essa ambiguidade constitutiva das relações de sentido, conforme debatemos a partir de Kortmann (1997), não se restringe, porém, ao eixo lógico-semântico que caracteriza os esquemas de junção. Para nós, o caráter polissêmico das relações pode ser apreendido também no nível pragmático. Nesse sentido, exploramos uma representação pragmático-cognitiva das condicionais, conforme propõe Sweetser (1990), a partir de um modelo teórico de base cognitivista, no qual defende que as construções juntivas podem receber interpretações distintas a depender dos domínios pragmáticos em que estão inseridas.

Para Sweetser (1990), há três domínios dentro dos quais uma palavra se desdobra em formas polissêmicas: os domínios do conteúdo (sócio-físico), epistêmico (raciocínio lógico) e conversacional (atos de fala). O domínio do conteúdo é interpretado pela autora como mais básico, pois abrange relações mais concretas, do tipo causa/efeito; o domínio epistêmico é considerado como mais abstrato, uma vez que estabelece relações no nível do raciocínio, envolvendo crenças e julgamentos; e o domínio conversacional compreende relações entre momentos de uma argumentação, conforme exemplificado abaixo, a partir de dados do português, extraídos de Neves; Braga; Dall’aglio-Hattner (2008, p. 959-950):

- (7) *...se na mulher se retira os ovários... retirando portanto a fonte pro/da/eh::/ elaboradora de hormônio... feminino. o::as glândulas mamárias... elas se atrofiam* [EF SSA 49]
- (8) a identificação, *se tiver assim, um caráter já de uma pequena, um pequeno exame*, então já está com um nível mais complexo [EF POA 291]
- (9) [bem... então::... a partir disto olha nós vamos poder entender... qual o tipo de arte que se desenvolveu *porque*] *se eu quero criar... uma réplica da realidade... um Duplo do animal que eu quero caçar* qual é o único estilo que eu posso usar? [EF SP 405]

Na ocorrência em (7), a relação estabelecida entre as orações pertence ao domínio da causalidade, na qual “retirar os ovários” constitui a causa e “atrofiar as glândulas mamárias” configura a consequência, representando uma construção típica de conteúdo. Por sua vez, na ocorrência em (8), a relação pertence ao nível epistêmico, tendo em vista que o falante conclui, com base em crenças, que o processo de identificação pode ser considerado mais complexo, quando se realiza um pequeno exame. E, na ocorrência em (9), a oração “se eu quero criar uma réplica da realidade, um duplo do animal que eu quero caçar” motiva uma pergunta, isto é, o ato de fala interrogativo “qual é o único estilo que eu posso usar?”.

A partir dessa diferenciação, Sweetser (1990) afirma que os sentidos podem passar de um domínio para outro, sendo esse caminho unidirecional, sempre das relações mais concretas para as mais abstratas, fato que revela uma tendência filogenética: as relações no nível do conteúdo (mais básicas e referenciais) são desenvolvidas historicamente mais cedo do que aquelas em nível epistêmico (mais subjetivas), indicando um aumento de complexidade crescente.

Essa tendência, todavia, não se restringe apenas à história da língua, podendo ser apreendida no processo de aquisição de linguagem, o que indica uma correlação entre filogênese e ontogênese, já discutida anteriormente no âmbito das relações semânticas, a partir dos estudos de Kortmann (1997). Por sua vez, no âmbito das relações pragmáticas, esse aumento de complexidade cognitiva, verificado por Sweetser em uma perspectiva filogenética, também pode ser observado a partir de dados ontogenéticos, e, nesse sentido, destacamos o trabalho desenvolvido por Sanders e Evers-Vermeul (2010), que investigam a aquisição de construções que veiculam causa em dados de fala infantil.

Sanders e Evers-Vermeul (2010) observam que as relações causais no domínio do conteúdo são adquiridas antes que aquelas pertencentes ao domínio epistêmico e de atos de fala, mas, curiosamente, as crianças de diferentes faixas etárias estudadas, entre quatro e seis anos de idade, não divergem, em números, na produção das relações epistêmicas e de ato de fala. Sendo assim, os autores questionam essa tendência ontogenética de que as relações em nível de conteúdo são adquiridas primeiro do que as relações em nível epistêmico e de atos de fala, indicando que há fatores de outra ordem influenciando na produção das causais.

A esse respeito, Sanders e Evers-Vermeul (2010) defendem que o contexto em que as relações de causa são produzidas é essencial para a definição dos tipos de construções realizadas, isto é, os sentidos produzidos dependem, fundamentalmente, da tarefa de comunicação estabelecida. Para chegar a esse resultado, que revela uma correlação entre o tipo de texto e os tipos de esquemas de junção realizados, os autores trabalham com crianças

holandesas em fase de aquisição de linguagem, aplicando experimentos linguísticos que solicitam diferentes tarefas comunicativas, ou seja, o contexto para realização das construções de causa é variável. Com base nessa metodologia, Sanders e Evers-Vermeul (2010) constataam, por exemplo, que, na tarefa em que as crianças devem fazer uma descrição, prevalecem as relações de conteúdo, enquanto que na tarefa de conversação, cujo objetivo é formular uma opinião a respeito de um fato polêmico, prevalecem as relações no domínio epistêmico e de atos de fala, independentemente da faixa etária, fato que leva os autores a constatação de que a frequência no emprego das causais não está exclusivamente relacionada a fatores cognitivos, mas ao contexto de produção das construções.

Diante dessas considerações, a proposta de Sweetser (1990), aliada aos estudos desenvolvidos por Sanders e Evers-Vermeul (2010), é relevante para a nossa pesquisa, pois entendemos, com base nessa teoria cognitivista, que é possível apreender diferentes graus de complexidade para as construções que veiculam condição, a partir da diferenciação dos domínios pragmático-cognitivos. Mais do que isso, a proposta contribui para investigarmos em que medida esse aumento de complexidade, verificado por Sweetser (1990) em dados filogenéticos, pode ser apreendido nos nossos dados de escrita do EF II, visto que analisamos textos dos mesmos escreventes ao longo dessa fase escolar e, para nós, o tempo de escolarização constitui um parâmetro importante para avaliar a complexidade das construções condicionais.

Além de partilharmos das noções defendidas por Sweetser (1990), nossa expectativa é a de que a frequência e os tipos de construções condicionais empregados nos textos do EF II podem não estar relacionados apenas com a cognição, que envolve um conjunto de conhecimentos adquiridos a partir de práticas sociais que são vernáculas e formais. Por esse motivo, nos aproximamos também da pesquisa desenvolvida por Sanders e Evers-Vermeul (2010), para investigarmos, nos dados de escrita do EF II, a hipótese, defendida pelos autores, de que o tipo de texto influencia na codificação de determinados tipos de construções juntivas.

2.2 A expressão de condicionalidade

As construções condicionais, de modo geral, apresentam, muitas vezes, uma hipótese como ponto de apoio e é nesse sentido que esse tipo de construção recebe a denominação de período hipotético, sendo considerada de natureza lógica a relação estabelecida entre as partes que o constitui. Equiparar as noções de hipótese e de condição não é, entretanto, algo tão simples, como sinaliza Leão (1961, p. 19):

O reconhecimento do caráter lógico da relação hipotética pede que comecemos por uma tentativa de definição, cuja dificuldade aliás é impossível negar. Os próprios filósofos confundem, às vezes, os termos *proposição hipotética* e *proposição condicional*, reunindo sob um desses nomes tôdas as proposições em que ou uma afirmação ou uma negação está subordinada a uma condição ou hipótese.

A autora discute, a esse respeito, que a contradição aparece na própria comparação das definições apresentadas para esses termos que, ora são considerados como sinônimos, ora são tratados distintamente. Essa distinção repousa na ideia de que, numa proposição condicional, há uma condição obrigatória e suficiente, da qual depende o evento representado na outra oração. Já, numa proposição hipotética, admite-se uma hipótese, da qual depende o conteúdo expresso na sentença seguinte. Pensando dessa forma, aparentemente, fica nítida uma diferenciação entre os conceitos, até que se encontre no verbete “condicional” a definição de “sinônimo de hipotético” ou “consequência de um julgamento hipotético qualquer”, como debate Leão (1961, p. 20).

No entanto, para a autora, essa distinção deixa de ser significativa, uma vez que propôs um estudo, no qual discute detalhadamente os períodos hipotéticos iniciados por *se*, cujo foco é uma estrutura ou um molde de frase, correspondente a uma categoria linguística. Desse ponto de vista, Leão (1961, p. 21) não faz nenhuma diferenciação entre hipótese e condição e chama de período hipotético “ao conjunto de duas orações, uma das quais (geralmente a primeira) exprime uma suposição, condição, ou ponto de partida de raciocínio, iniciando-se pela conjunção *se* e subordinando-se sintaticamente à outra”, como ilustra a construção seguinte, exemplo da própria autora:

(10) Se a noite estiver bonita, iremos todos ao circo. (p. 73)

Em consonância com a denominação “período hipotético”, defendida por Leão (1961), estão os estudos de Neves (2000), para quem a relação emergente da combinação das orações que constituem uma construção de condição repousa na ideia de que a partir de uma condição expressa na prótase (oração subordinada), dá-se uma consequência apresentada na apódose (oração principal), conforme o esquema prototípico $se\ p \rightarrow q$. Essas noções, que constituem o ponto de partida para a compreensão do nexos de condicionalidade, alimentam discussões de diferentes naturezas que dão origem a interpretações diversificadas para a relação condicional.

Comrie (1986), inserido em uma corrente voltada à lógica, por exemplo, ao defender que há uma relação intrínseca entre *p* e *q*, pertencente ao domínio da causalidade, reconhece que essa relação ocorre de tal modo que, no esquema das condicionais: (i) ambas as orações, tanto *p* como *q*, podem ser verdadeiras, ou (ii) *p* pode ser falsa, enquanto *q* é verdadeira, ou

ainda (iii) ambas as orações podem ser falsas. Exclui-se, no entanto, a possibilidade de o elemento consequente, representado pela oração q , ser considerado falso, conforme presente também em Haiman (1978, p. 577), para quem um antecedente falso, assim como um consequente verdadeiro não fere a relação lógica de uma construção condicional, e uma condicional verdadeira pode ser construída a partir de duas declarações quaisquer. Diante disso, Comrie (1986) afirma que o nexo de condicionalidade pode ser explicado/interpretado com base, fundamentalmente, em um esquema lógico que privilegia os valores de verdade das orações, assim como em uma relação de causa/efeito indispensável na leitura de condição.

A esse respeito, Neves (2000) discute que, de acordo com a tradição lógica, considerando os valores de verdade expressos nas orações relacionadas, as construções condicionais são classificadas em *reais*, *irreais* e *eventuais*, de modo que a realidade dos fatos se sobrepõe à realidade do enunciado, fato não aceito pela autora, que afirma:

O que se diz tradicionalmente é que o período “real” repousa sobre a realidade: o **enunciado** da **prótase** é concebido como **real**, e, a partir daí, o **enunciado** da **apódose** é concebido como uma consequência necessária, e, portanto, também **real**. Ocorre que essa generalização, que tem base lógica, não se confirma quando se avaliam usos efetivos da língua. (NEVES, 2000, p. 836)

Desse modo, Neves (2000) defende que, quando se considera a língua em uso, não se deve falar em realidade, tendo em vista que a realidade de um estado de coisas não implica, obrigatoriamente, a realidade de um enunciado, ou seja, realidade e linguagem não se confundem. Desse ponto de vista, Neves (2000) adota, então, o termo *factualidade*, para ela, o que se afirma é sempre a factualidade do que é dito. Nesse sentido, Neves; Braga; Dall’aglio-Hattner (2008, p. 958) alegam que os valores de verdade expressos nas orações representam um dos critérios para a análise das construções condicionais e permitem a classificação dessas construções em: (i) real/factual – dada a realização/verdade de p , segue-se, necessariamente, a realização/a verdade de q ; (ii) irreal/contrafactual – dada a não-realização/falsidade de p , segue-se, necessariamente, a não-realização/a falsidade de q ; (iii) eventual/potencial – dada a potencialidade de p , segue-se a eventualidade de q , respectivamente, exemplificadas abaixo:

(11) mas *se* pode não precisa essa auto-análise [D2 REC 05] (p. 962)

(12) e a a imagem que eu fazia era a seguinte *se* o Japão fosse uma Birmânia, por exemplo que é um dos países atrasados, as economias industriais que ganharam a Segunda Guerra não teriam ajudado o Japão, quer dizer de outra maneira, se o Japão fosse a Birmânia né? [EF RJ 379] (p. 965)

(13) eu memorizei o meu processo, *se* vocês me trouxerem o livrinho aquele eu respondo todos eles e (es)tou no nível de conhecimento; bem, mas é preciso que eu aplique, que eu utilize os sinais de trânsito na hora certa, o que eu tenha a habilidade de passar mais rápido pelo guardinha [EF POA 278] (p. 966)

Em (11), de acordo com as autoras, a construção envolve um componente de causalidade, de modo que o evento descrito na prótase é tomado como factual e, a partir dele, o evento expresso na apódose é interpretado como uma consequência necessária. Já, em (12), a relação de causa/efeito é de outra natureza, pois ocorre uma inversão de polaridade entre as orações, ou seja, a prótase positiva “se o Japão fosse uma Birmânia” pressupõe uma negação “o Japão não é uma Birmânia” e a apódose negativa “as economias não teriam ajudado” pressupõe um conteúdo positivo “as economias ajudaram”. Por sua vez, em (13), não há uma relação de causalidade, nesse caso, a prótase repousa sobre a eventualidade, e o evento descrito na apódose é tomado como certo, caso a condição expressa na prótase seja satisfeita.

Como se vê, Neves (2000) e Neves; Braga; Dall’aglio-Hattner (2008) apontam que a relação de condicionalidade extrapola um esquema lógico, cujo principal critério para interpretação das condicionais repousa sobre a realidade do enunciado. Neves (2000) defende que, ao observar os usos efetivos da língua, explicações lógicas para as construções de condição não são suficientes, assim como afirmam Paiva e Braga (2010) sobre a relação de causa/efeito em um trabalho que discorrem sobre a natureza de construções justapostas e paratáticas com *e*. A relação de causalidade, concebida por Comrie (1986) no domínio da lógica formal, foi eleita pelo autor como a base do nexos de condição, entretanto, em direção inversa, ao investigar as causais justapostas e paratáticas com *e*, Paiva e Braga (2010) verificam que a relação de causa/efeito excede a esfera da lógica para atuar mais efetivamente em um plano discursivo-pragmático, no qual estão em jogo as intenções de dizer, ou seja, as escolhas do sujeito, que é intencional.

Paiva e Braga (2010) reconhecem que, em muitos casos, a relação causal é alimentada por um sequenciamento temporal lógico, que reflete eventos sucessivos, em um tempo contínuo, linear, característico de uma sequencialidade icônica. Todavia, destacam que, em determinados casos, o nexos causal só fica garantido quando se recorre a esquemas interpretativos do mundo, como no exemplo discutido por elas:

(14) O indivíduo não gostou, Ø mandou a professora ir para aquele lugar. (p. 321)

Para a interpretação causal da construção apresentada, é necessário reconhecer que, entre aluno e professora, já estava instaurada uma situação problemática, devido a um pedido feito pela docente ao estudante, que ficou irritado. Fora desse contexto específico, a relação de causalidade não se legitima, como ocorre na ocorrência em (15):

(15) Eu cheguei em casa, Ø encontrei a patroa chorando. (p. 320)

Nesse caso, Paiva e Braga (2010) mostram que apesar de haver um sequenciamento temporal claro dos eventos descritos na ocorrência em (15), a relação de causa é bloqueada pela ausência de esquemas de mundo que validam uma leitura do tipo $p \rightarrow q$, na qual o evento “chegar em casa” seria interpretado como causa e o evento “encontrar a esposa chorando” representaria uma consequência.

Nesse sentido, as pesquisadoras afirmam que “a avaliação que autoriza um nexo de causalidade não funciona se não se considerar as relações discursivas e as intenções do locutor” (PAIVA; BRAGA, 2010, p. 321). Desse ponto de vista, a causalidade ultrapassa o domínio lógico e funciona no domínio do discurso, em um nível argumentativo. Essas considerações, a nosso ver, estendem-se também para o nexo de condição, que se sustenta, muitas vezes, em uma relação de causa e efeito, mas nem sempre essa relação pertence ao domínio da lógica. A condicionalidade, então, não se restringe apenas ao esquema lógico $se\ p \rightarrow q$, cuja leitura indica que, com base em uma condição expressa na prótase, tem-se um resultado apresentado na apódose, a condicionalidade implica uma relação interpessoal entre falante e ouvinte, da qual emergem diferentes sentidos, já que estão em jogo as intenções dos participantes do discurso, conforme o exemplar abaixo, retirado do trabalho de Hirata-Vale e Oliveira (2011):

(16) Se você ficar com fome, tem comida na geladeira. (p. 200)

Essa ocorrência configura um caso de condicional que não está pautado em uma relação lógica, e Hirata-Vale e Oliveira (2011) afirmam que a causalidade não se sustenta para todos os esquemas condicionais, mostrando que o evento descrito na oração “tem comida na geladeira” não pode ser interpretado como efeito de “se você tem fome”. Segundo as autoras, esse tipo de condicional seria entendido como uma construção atípica nas abordagens lógicas, como a de Comrie (1986), discutida anteriormente, entretanto, defendem que esses usos são empregados com frequência para expressar o sentido de condição e, geralmente, revelam intenções comunicativas.

Nessa perspectiva, que considera o caráter discursivo das construções condicionais, está o reconhecido trabalho “Condicionais são tópicos”, de Haiman (1978), que tem grande relevância nos estudos do nexo de condição. Para Haiman, até então, tanto linguistas como filósofos não haviam apresentado uma explicação coerente para as construções condicionais, uma vez que os lógicos, em sua maioria, se detinham em explicar a condicionalidade partindo

dos valores de verdade expressos na relação, e os linguistas sequer apresentaram definições. Ademais, Haiman aponta que o critério comum para a identificação desse tipo de construções restringia-se à verificação de sua forma superficial, ou seja, à identificação de aspectos estruturais como, por exemplo, no inglês, a presença do conectivo prototípico *if* ou, em outras línguas, à ordem das palavras, à desinência verbal, entre outros. O objetivo do trabalho de Haiman foi apresentar, então, um significado comum para as construções de condição: a semelhança com as construções de tópico, que tem o papel de atuar como uma “moldura de referência” para o que vai ser dito na oração principal.

Haiman (1978) discutiu a similaridade entre as construções condicionais e aquelas que funcionam como tópicos, conferindo-lhes uma função pragmática, fundamental na organização das informações que constituem os discursos. O autor destacou, em seu trabalho, diversos pontos semelhantes entre esses dois tipos de construções, dentre eles, por exemplo, a posição anteposta das orações e concluiu que as condicionais podem ser consideradas tópicos das sentenças em que ocorrem, pois, assim como estes, representam uma porção do discurso, cuja função é dar sustentação, funcionar como uma “moldura de referência” para o que está expresso na oração núcleo, conforme indicamos anteriormente. Haiman (1978, p. 564) defendeu, então, que as condicionais, enquanto tópicos sentenciais, “são dados que constituem um quadro de referência, e, em relação a esse quadro, a oração principal pode ser tomada como verdadeira (se for uma proposição), ou adequada (se não o for)”.

Desse ponto de vista, Haiman (1978) contribui de forma inovadora para os estudos das condicionais, uma vez que privilegia o papel pragmático dessas construções e não apenas o aspecto lógico relacionado ao nexo de condição, discussão que está em consonância com a pesquisa de Fillenbaum (1986), para quem o esquema das condicionais também ultrapassa o nível lógico e, mais do que isso, vai além de uma relação de contingência entre p e q , sustentada por uma hipótese que pode ou não ser confirmada. Em um estudo sobre as condicionais que expressam ameaças e promessas, Fillenbaum (1986) afirma que construções desse tipo envolvem algo mais do que uma simples relação de contiguidade hipotética entre p e q , mais ainda do que uma relação de causalidade entre as proposições, para o autor, as condicionais de ameaças e promessas estão, necessariamente, relacionadas aos efeitos de sentido que emergem da relação entre os participantes do discurso. Segundo Fillenbaum (1986), esses tipos de condicionais estão ligados, essencialmente, à intenção do falante de induzir, persuadir o seu ouvinte a realizar uma determinada ação, como sinalizam os exemplos do autor:

- (17) If you fix the car I'll give you \$100. (p. 179)
Se você consertar o carro te darei 100 dólares.
- (18) If you come any closer I'll shoot. (p. 179)
Se você chegar mais perto eu vou atirar.

Em ambas as ocorrências, verificamos a tentativa, por parte do enunciador, de convencer o seu interlocutor a fazer algo. Na ocorrência (17), essa estratégia de persuasão caracteriza-se por um ato de fala que expressa promessa, enquanto que, no item (18), por um ato de fala que indica uma ameaça. Nesse sentido, o autor destaca a utilização intencional das condicionais. Para ele, o que é dito explicitamente, a princípio, parece envolver uma ligação causal, em que p representa a causa da contraparte q . Contudo, estaria implícita, nessa relação, uma intenção do falante, pois, o que se oferece em q representa uma tentativa intencional para se conseguir ou não o que foi expresso em p (FILLENBAUM, 1986, p. 181).

O autor ressalta, ainda, que a compreensão dessas condicionais requer dos participantes do discurso uma leitura que privilegia os sentidos que não estão expressos de modo explícito, ou seja, uma leitura pragmático-inferencial. Sendo assim, a noção de inferência, tomada como uma tarefa que demanda julgamento ou apreciação por parte do ouvinte sobre determinada ação, é fundamental no estudo realizado por Fillenbaum (1986) e permite uma interpretação para as condicionais que privilegia o caráter discursivo-pragmático dessas construções.

À semelhança do que propõe Fillenbaum (1986) a respeito da intencionalidade das condicionais de ameaças e de promessas, Hirata-Vale e Oliveira (2003) discutem a condicionalidade enquanto estratégia de polidez, buscando descrever os efeitos de sentido decorrentes das construções de condição em situações reais de interação. Nesse caso, assim como defende Fillenbaum (1986), as condicionais de polidez também estão relacionadas, diretamente, aos efeitos perlocucionários sobre o ouvinte, tendo em vista que são empregadas em casos cujo objetivo do falante é convencer o seu interlocutor a fazer algo, o que configura uma atitude intencional, de caráter persuasivo.

Hirata-Vale e Oliveira (2003) mostraram que as condicionais de polidez estão ligadas, fundamentalmente, às atitudes do falante em relação à situação de interação e são empregadas para: (i) sugerir uma ação ao ouvinte, (ii) introduzir uma informação 'delicada', ou (iii) apresentar uma alternativa ao interlocutor. As pesquisadoras concluem, então, que as condicionais de polidez são, de fato, construções intencionais, cuja finalidade é preservar os *face needs* (FORD, 1997 apud HIRATA-VALE e OLIVEIRA, 2003) dos participantes da interação, conforme ilustra a ocorrência abaixo, extraída da obra das autoras:

- (19) “[...] **Se vocês permitirem** eu só vou faze(r) uma uma observação que pra mim é bastante importante: o ensino é a projeção é a projeção sempre necessariamente, é a projeção oficiosa, não diria oficial, mas projeção oficiosa de um determinado contexto social, político, econômico, religioso, de uma determinada sociedade, então, o ensino o que que é? (NURC/PA – D2) (HIRATA-VALE; OLIVEIRA, 2003)

O emprego dessa sentença condicional, segundo as autoras, permite ao falante afirmar algo que, para ele, é de grande importância, apresentando sua declaração como uma alternativa para o interlocutor. Desse modo, a afirmação não é categórica, não fere os *face needs* do ouvinte, o que torna o enunciado mais polido. A construção condicional revela, então, as atitudes do falante em relação à situação de comunicação.

Em conformidade com essa discussão, está também o trabalho de Hirata-Vale (2008), em que a autora discute a condicionalidade em construções paratáticas, analisando orações justapostas, orações coordenadas aditivas e coordenadas disjuntivas. A autora considera que as construções paratáticas condicionais são utilizadas como um recurso argumentativo, como estratégia de persuasão, podendo expressar ordens, ameaças, promessas, recomendações, bem como situações habituais ou genéricas e representam uma estratégia discursiva muito importante, dado que os falantes as empregam na argumentação com a intenção de convencer o ouvinte, alcançando, assim, seu objetivo na comunicação.

Além dos trabalhos discutidos, destacamos ainda que, quanto ao tratamento dispensado às condicionais no nível pragmático, a teoria semântica de base cognitivista, desenvolvida por Sweetser (1990), é relevante para nossa pesquisa, conforme sinalizado na subseção 2.1. Como já discutido, para a autora, as conjunções que codificam as estruturas condicionais podem ser interpretadas com base em três domínios de análise: *conteúdo*, *epistêmico* e *ato de fala*. Nesse sentido, Sweetser (1990) distingue a condição de um evento no mundo real, a condição de uma crença ou conclusão, e a condição de um ato de fala realizado.

Segundo a pesquisadora, no domínio de conteúdo a conjunção condicional sugere que a realização do evento ou estado de coisas descrito na prótase é uma condição suficiente para a realização do evento ou estado de coisas apresentado na apódose, conforme o exemplo abaixo (SWEETSER, 1990, p. 114):

- (20) If Mary goes, John will go. (p. 114)
Se Maria vai, João irá.

Nesse domínio, a relação entre a prótase e a apódose pode ser de causalidade, de modo que um evento, nesse caso, a ida de Maria, desencadeia outro evento, ou seja, a ida de João.

Entretanto, a relação que se dá no domínio epistêmico, por sua vez, é de outra natureza, como explica Sweetser (1990, p. 116), pois a conjunção condicional expressa que o conhecimento da verdade da premissa hipotética apresentada na prótase seria uma condição suficiente para a conclusão da verdade da proposição descrita na apódose, como indica a construção apresentada pela autora:

- (21) If she is divorced, she's been married. (p. 116)
Se ela é divorciada, ela já foi casada.

Diferentemente do domínio de conteúdo, a relação estabelecida entre a prótase e a apódose não é de caráter lógico, ou seja, a relação de condicionalidade ocorre em uma esfera mais subjetiva, em que o conhecimento sobre determinado evento como, por exemplo, “ela é divorciada”, condiciona uma determinada conclusão “ela já foi casada”, nesse sentido, entram em jogo interpretações de caráter avaliativo.

No terceiro domínio proposto pela autora, o dos atos de fala, a performance do ato de fala representado na apódose é condicionada ao preenchimento de um fato expresso na prótase (SWEETSER, 1990, p. 118), isto é, o fato descrito na prótase acarreta o ato de fala presente na oração núcleo:

- (22) If it's not rude to ask, what made you decide to leave IBM? (p. 118)
Se não é indelicado perguntar, o que fez você decidir sair da IBM?

Com base em Sweetser (1990), notamos que o foco está na relação entre os conteúdos expressos na prótase e na apódose, uma relação de condicionalidade que se dá em diferentes domínios cognitivos e pragmáticos, podendo ser interpretada não só conforme um esquema puramente lógico, mas de acordo com informações de natureza pragmática, assim como mostram outros estudos aqui mencionados (FILLENBAUM, 1986; HIRATA-VALE e OLIVEIRA, 2003; PAIVA e BRAGA, 2010).

Ainda em uma perspectiva cognitivista, destacamos também as considerações de Ferrari (2001) a respeito do nexo de condição. Para a autora, nas construções condicionais, a conjunção prototípica *se* pode ser tomada como um *operador de encaixe*, responsável por criar dois espaços mentais hipotéticos, sendo o segundo espaço sempre subordinado ao primeiro, ou, com base em Dancygier (1998), essa conjunção pode corresponder a um *marcador de não-assertividade*, empregado em situações em que é necessária a consideração de algo que, de fato, não pode ser afirmado, e a conjunção assume a função de introduzir uma

das orações que constituem a construção condicional, conforme os exemplos abaixo, retirados de Ferrari (2000):

(23) Se Jorge fosse mais velho, seus cabelos brancos inspirariam respeito. (p. 22)

(24) Se ela preferiu ficar sozinha, ou se tem um outro bem, se ela me deixou, a dor é minha, não é de ninguém. (p. 25)

Na ocorrência em (23), por exemplo, segundo Ferrari (2000), a condicional abre um espaço hipotético, que vai contra as evidências apresentadas na oração núcleo, denominada de espaço-base. Nesse sentido, a conjunção condicional indica domínios cognitivos, espaços mentais, que atuam sobre o discurso, estabelecendo suas condições de validação. Já na ocorrência em (24), que corresponde ao trecho de uma canção popular, interpretada por Marisa Monte, Ferrari (2000) destaca o caráter da não assertividade da construção de condição. De acordo com a autora, nessa música, nada fica de fato confirmado, nem que a amada preferiu ficar sozinha, nem que ela tem outro amor e tão pouco que tenha deixado alguém, todos os eventos são descritos no domínio das possibilidades, sendo a conjunção *se* responsável por introduzir a construção condicional.

Ferrari (2001) atenta-se também, nesse trabalho, para a relevância da escolha dos tempos verbais das orações e destaca, segundo estudos de Dancygier (1998), que a morfologia verbal está relacionada à natureza típica da não assertividade da suposição introduzida pela conjunção condicional e da relação entre *p* e *q*, ou seja, Ferrari (2001, p. 147) afirma que “O que os diferentes tempos verbais estão sinalizando é o tipo de não-assertividade em questão”, assim como podem indicar para o ouvinte o ponto de vista que o falante adota. Como se vê, o trabalho de Ferrari, de cunho cognitivo, concebe as construções condicionais como introdutoras de espaços mentais e tenta mostrar que a seleção da conjunção, bem como da morfologia verbal dessas construções são fundamentais para uma interpretação pragmática do nexo de condição e demarcam funções discursivas específicas.

2.3 Síntese

De acordo com os estudos resenhados nesta seção, que permitem uma descrição mais detalhada das construções de condição, entendemos a condicionalidade como uma relação de sentido que prevê um alto grau de complexidade estrutural e de sentido.

Do ponto de vista estrutural, interpretamos os esquemas condicionais como complexos, pois pressupõem a mobilização de diferentes arranjos morfossintáticos e de uma

variedade de juntores, podendo as construções ser interpretadas como mais ou menos complexas a depender das combinações do eixo tático e do eixo lógico-semântico, nos termos de Halliday (1985), conforme mostramos na subseção 2.1. Destacamos ainda que, a partir do modelo funcionalista de Halliday (1985), as condicionais podem se resolver em diferentes contextos sintáticos, abrangendo parataxe e hipotaxe, mecanismos que, para o autor, não possuem fronteiras claras e bem delimitadas, fato que permite interpretarmos os esquemas condicionais de modo não discreto. Além disso, consideramos a condicionalidade como uma relação que envolve grande complexidade de sentidos, uma vez que possui afinidades com outros domínios semânticos, conforme defende Kortmann (1997), graus de parentesco muito próximos que podem causar ambiguidades.

Defendemos, ainda, que as construções condicionais não se constituem apenas a partir de um esquema lógico, sustentado por uma relação de causa e efeito, conforme defende Comrie (1986). Na verdade, a condicionalidade, a nosso ver, atua no domínio discursivo-pragmático, ao assumir diferentes funções na comunicação, que mostramos, por exemplo, com base nos trabalhos de Paiva e Braga (2010) e de Sweetser (1990), que postulam a necessidade de se considerar os esquemas de mundo na interpretação de uma relação de sentido; e também com base nas pesquisas de Fillenbaum (1986) e Hirata-Vale e Oliveira (2003), para os quais as construções de condição podem funcionar como estratégias discursivas de ameaça, promessa e polidez. Sendo assim, concebemos a condicionalidade como uma relação altamente polissêmica, tanto no nível semântico, em que o sentido de condição mantém proximidades com outras relações, como no nível pragmático, em que o sentido de condição abrange relações de diferentes domínios, que podem ser mais concretos ou mais abstratos.

Com base nesses pressupostos teóricos, nesta pesquisa, destacamos os diferentes mecanismos utilizados para codificar o nexos de condição, que pressupõem particularidades sintáticas, semânticas e pragmáticas, como já explicitamos, atentando para o modo de inserção dos escreventes nas técnicas idiomáticas da língua e buscando mostrar que essas formas variáveis de expressão da condicionalidade estão relacionadas com seus usos no discurso, que envolve sempre uma finalidade comunicativa e as escolhas do sujeito, conforme discutiremos na seção seguinte.

3 TRADIÇÃO DISCURSIVA

Esta seção está centrada na discussão e definição de Tradição Discursiva, conceito que surge no campo da filologia alemã, mais especificamente, fundamentado nas concepções de linguagem e de mudança linguística, defendidas por Eugênio Coseriu, sendo refinado por Koch (1997) e Österreicher (1997) e, posteriormente, por Kabatek (2005). Com base nos pressupostos teóricos defendidos por esses autores, que se filiam a uma abordagem textual, nosso objetivo, nesta subseção, é apresentar o percurso teórico que resultou na definição de TD, discutindo os principais traços definidores das TDs, na subseção 3.1, bem como a possível correlação existente entre TDs e junção, nos moldes de Kabatek (2005, 2006), na subseção 3.2.

3.1 O conceito de Tradição Discursiva

O conceito de TD nasceu com base nos estudos linguísticos realizados por Eugênio Coseriu, na esfera da filologia alemã, a partir de uma concepção de linguagem que propõe três níveis de atividade linguística: o *universal*, o *histórico* e o *atual/individual*, conforme apresentado no Quadro 3, adaptado a partir de Coseriu (1979):

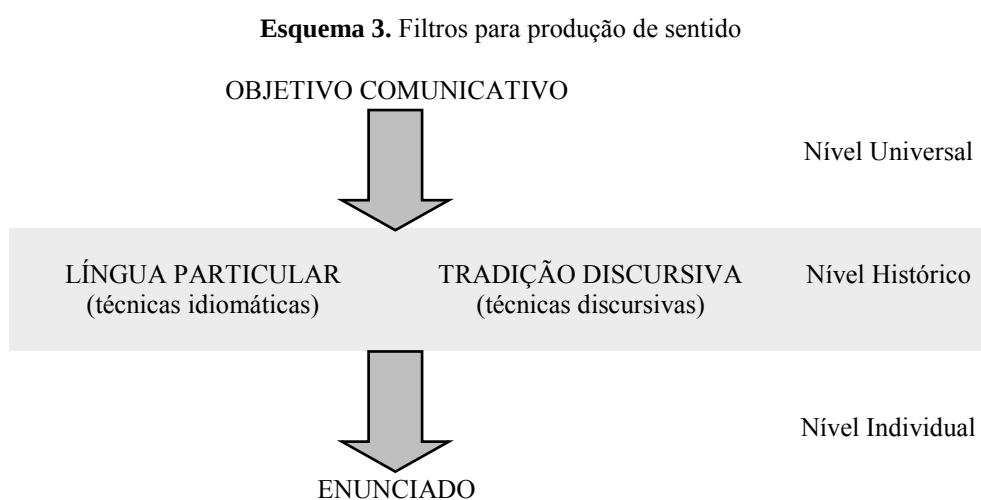
Quadro 3. Níveis linguísticos, de acordo com Coseriu (1979)

Nível	Campo	Tipo de técnicas
<i>Universal</i>	Atividade de falar	Técnicas elocucionais
<i>Histórico</i>	Língua histórica particular	Técnicas idiomáticas
<i>Individual</i>	Discurso	Técnicas expressivas

A partir desses três níveis, Coseriu (1979) defende uma concepção teórica em que a linguagem é tomada como uma atividade humana universal, que se concretiza no nível individual, de acordo com técnicas determinadas pela história. Diante disso, o nível universal, que é comum aos seres humanos, relaciona-se com a capacidade inata do ser humano de falar. O nível histórico, por sua vez, está relacionado com as línguas históricas, ou seja, as línguas são tomadas como produtos historicamente determinados da atividade humana. E, por fim, o nível individual trata da linguagem enquanto discurso único, resultante da capacidade universal do falar e de uma tradição histórica. Nessa perspectiva, então, os níveis propostos por Coseriu (1979) mantêm uma relação intrínseca, não havendo separações nítidas entre eles, o que caracteriza um todo constitutivo da atividade linguística.

Essa diferenciação proposta por Coseriu (1979), no entanto, foi reavaliada por Koch (1997) e Österreicher (1997), para os quais há uma distinção entre a história dos textos e a história das línguas, conforme já defendida por Schlieben-Lange (1993), discípula de Coseriu em Tübingen. Nesse sentido, os autores introduzem, no esquema Coseriano, mais especificamente no nível histórico, o domínio das TDs. A partir dessa reformulação, os autores diferenciam também os tipos de técnicas que envolvem a atividade do falar, distinguindo, no nível histórico, as técnicas idiomáticas, relacionadas às línguas particulares, das técnicas discursivas, relacionadas às TDs. Para Koch (1997), as técnicas idiomáticas e as técnicas discursivas diferenciam-se, dado que as técnicas discursivas têm relação justamente com o discurso ou texto enquanto unidade hierárquica mais alta, na qual os conteúdos estritamente linguísticos são organizados, a partir de convenções sócio-históricas. Já as técnicas idiomáticas têm relação apenas com o que é da ordem da língua, ou seja, com os níveis fonético, morfológico, sintático e lexical.

A partir dessa reinterpretação, Koch (1997) e Österreicher (1997) postulam que toda produção de sentido atravessa dois filtros: (i) o das técnicas da língua, que incluem sistema e norma, por isso, estritamente linguísticas, em que estão envolvidas opções dos níveis sintático, morfológico, fonológico e lexical, conforme já dito; e (ii) o das técnicas da tradição dos textos, que são linguísticas, mas também discursivas, culturais e históricas, em que está prevista a organização dos arranjos linguísticos em unidades maiores, conforme ilustra o Esquema 3, adaptado a partir de Kabatek (2005):



Com base nesse modelo de produção do enunciado, que tem origem na proposta textual de Koch (1997), e se compatibiliza com a perspectiva discursivo-pragmática assumida nos trabalhos de Fillenbaum (1986), Neves (2000), Hirata-Vale e Oliveira (2003) e Paiva e

Braga (2010), para os quais o sujeito da linguagem é dotado de intenções, entendemos que todo discurso, todo modo de dizer, realizado ou não por meio de textos, parte sempre de uma dada finalidade comunicativa e pressupõe um sujeito intencional, que realiza escolhas no eixo das técnicas da língua e no eixo das técnicas do discurso.

Além disso, desse ponto de vista, considerando a existência de dois filtros que regem a produção e a recepção do discurso, o da língua particular e o da TD, como ilustrado no Esquema 3, Kabatek (2005) propõe uma diferenciação entre a história das línguas e a história dos textos, conforme já adiantamos anteriormente. A esse respeito, no que concerne à historicidade das línguas particulares, Kabatek (2005) destaca que se encontram, nesse domínio, o *sistema* e as *normas* de uma determinada língua, como já definimos com base nos estudos de Coseriu (1979), que prevê, conforme destaca Longhin (2014, p. 18) “uma distinção entre o que é funcionalmente possível (*sistema*) e o que é tradicionalmente realizado (*norma*)”. Além disso, na esfera das línguas históricas, encontram-se, ainda, as variedades linguísticas, seja no nível geográfico, social ou estilístico, que atuam ativamente nas opções linguísticas e nas formas de dizer dos sujeitos, que assumem uma dada identidade. Sendo assim, a historicidade da língua tem relação com a historicidade do próprio homem enquanto ser histórico-social, que aprende uma língua, apropria-se dos signos linguísticos, relacionando-os com suas vivências de mundo, que são históricas e sociais, em um processo de resignificação.

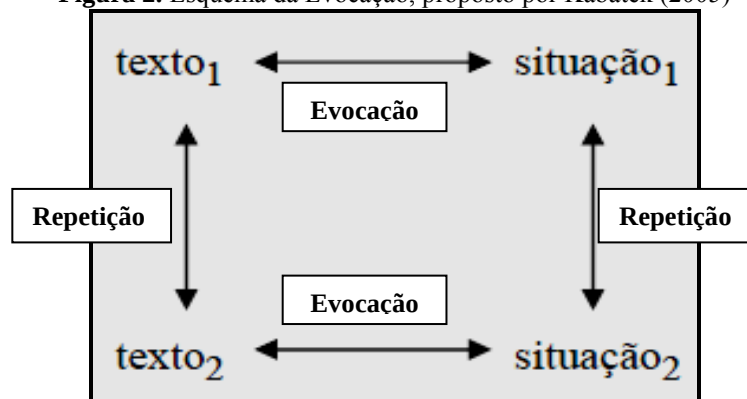
No que diz respeito à historicidade dos textos, Kabatek (2005) defende que está fortemente relacionada com os textos que se repetem no decorrer do tempo, tornando-se tradicionais e convencionalizados. Para Lopes-Damasio (2011, p. 59), que se baseia nos estudos de Kabatek (2005), os textos relacionam-se uns com os outros por meio de traços tradicionais e “essa tradição pode se dar, por um lado, pela repetição de uma determinada finalidade ou conteúdo textual e, por outro, pela repetição de certos traços formais.” Nesse sentido, destacamos, por exemplo, o emprego recorrente de formas de saudação e despedida em cartas pessoais, bem como o uso de listagem e verbos no imperativo em receitas culinárias.

Diante dessas considerações, com base na abordagem textual proposta por Kabatek (2005), entendemos TDs, como modelos linguísticos, convencionalizados e repetidos ao longo do tempo, que envolvem objetivos comunicativos, escolhas linguísticas e modos de dizer que são tradicionais, de acordo com Longhin (2014, p. 9), “Considerando que tudo que é dito ou escrito se realiza por meio de textos, estão em jogo uma intenção de dizer, o acervo

lexical e gramatical da língua, os esquemas textuais normativos, as convenções sociais e históricas.”.

Além disso, reconhecemos como fundamentais para definição do conceito de TD as noções de *repetição* e *evocação*. Segundo Kabatek (2005), a repetição, enquanto parâmetro definidor das TDs, prevê a relação de um texto, em um dado período da história, com outro texto anterior, sendo essa relação marcada não apenas pelo traço temporal, mas pela repetição de conteúdo, que pode ser parcial, total ou, simplesmente, pela repetição de uma forma. Contudo, o autor postula que essa relação estabelecida entre os textos, via repetição, depende sempre de uma evocação, que pode se dar por meio de uma situação concreta, uma instituição ou um meio de comunicação. Sendo assim, Kabatek (2005) reconhece que o traço da tradicionalidade das TDs tem duas faces, o das TDs propriamente ditas e o das constelações discursivas que as evocam, conforme a Figura 2, adaptada do próprio autor:

Figura 2. Esquema da Evocação, proposto por Kabatek (2005)



Nesse esquema, Kabatek (2005) prevê no eixo horizontal as relações de evocação e no eixo vertical as relações de repetição, que juntas funcionam como parâmetros definidores da historicidade e da tradicionalidade das TDs, conforme discutimos anteriormente. Para ilustrar essa relação, trazemos um exemplo, apresentado por Longhin (2014, p. 22), em um trabalho que trata sobre o conceito, a história e o processo de aquisição das TDs. A autora discorre sobre a situação de uma garota que, na fila da bilheteria de um cinema, portando documentação de estudante, evoca o enunciado *uma meia*, repetido mais de uma vez, não só por ela, mas por outros que tinham o objetivo de dizer literalmente *eu quero comprar uma meia entrada*. Para a autora, ocorre, nesse enunciado, uma combinação entre atualização e tradição, e, por conta de acordos convencionais na sociedade, não houve nenhuma dificuldade de compreensão, por parte do atendente, em relação ao conteúdo da mensagem. Diante do exposto, é essa relação de tradição, envolvendo repetição e evocação, que define e torna

legítimo o conceito de Tradição Discursiva, nos termos de Koch (1997) e Öesterreicher (1997), modelos linguísticos normativos e convencionalizados que regem a produção e a recepção do discurso.

Dada essa definição, a partir da perspectiva de Kabatek (2005), que é fortemente textual e pragmática, entendemos TD como um conceito bastante amplo, na medida em que abrange uma variedade de fenômenos, desde fórmulas conversacionais e atos de fala, tais como a saudação e o agradecimento, até gêneros e tipos textuais mais complexos.

Para Kabatek (2005), por exemplo, um ato de fala como *bom dia* constitui uma TD, uma vez que o encontro de duas pessoas pela manhã evoca uma determinada situação, cuja finalidade comunicativa é a de expressar uma saudação e, para o autor, essa finalidade deve ser concretizada não apenas com base no acervo lexical e gramatical do português, a partir do qual poderiam ser produzidos enunciados do tipo “emito uma saudação para você” ou “desejo-lhe um dia bom”, mas também com base em um modo de dizer convencionalizado historicamente, que pode ou não realizar-se por meio de textos, ou seja, uma tradição que extrapola as regras da língua, de maneira que numa situação como essa se emprega a expressão “bom dia”, na qual o adjetivo aparece anteposto, quando, na verdade, segundo as normas da língua, a posição preferencial, não marcada dos adjetivos, é a posposição.

Para além de atos de fala e fórmulas conversacionais, as TDs estão relacionadas a finalidades comunicativas mais complexas, típicas de determinados grupos sociais, tradições que estão ligadas a certas instituições, como os gêneros políticos, religiosos e jurídicos. Nesse sentido, por exemplo, o discurso parlamentar, gênero textual típico das instituições políticas, constitui também, nos moldes de Kabatek (2005), uma TD, em que reconhecemos um conteúdo temático específico, uma dada finalidade comunicativa, ligada a certo vínculo institucional, além de possuir relação de proximidade com outros textos, assim como determinados arranjos lexicais e sintáticos, que configuram traços composicionais de uma tradição.

Diante dessas considerações, fica evidente que o conceito de TD abarca diferentes unidades, revestindo-se de um polimorfismo que pode causar confusão em relação ao alcance do conceito, muitas vezes entendido como sinônimo de gênero textual. Essa relação, entre gênero textual e TD, relevante para nosso trabalho, é discutida por Kabatek (2005), que defende a não sobreposição desses conceitos, até porque, se fossem entendidos como sinônimos, a noção de TD seria apenas, nos termos do autor, um substituto para o que se entende por gênero textual, já investigado sistematicamente pela linguística do texto.

Assim, Kabatek (2005) postula que o conceito de TD é mais amplo, porque compreende todos os tipos de tradição de textos, não apenas as complexas. E, mais do que isso, para o autor, todo gênero textual é uma TD, mas o contrário não se aplica, ou seja, nem toda TD equivale a um gênero textual. A esse respeito, apresenta um exemplo bastante ilustrativo, tratando do discurso parlamentar da França. Kabatek (2005) afirma que o discurso parlamentar é um gênero textual e também uma TD. Contudo, destaca o fato dessa classe de políticos franceses, que frequentaram a Escola Nacional de Administração (ENA), evocar o passado, empregando, em seus discursos, expressões e formas gramaticais arcaicas, já em desuso, com o objetivo de identificar o grupo, caracterizando uma tradição de falar dentro de um mesmo gênero, o discurso parlamentar. Essa tradição de falar, por sua vez, não caracteriza um gênero textual, segundo Kabatek (2005), mas configura uma TD, que prevê repetição e evocação, nos moldes do que foi acima discutido.

Desse viés, Kabatek (2005) destaca que o texto pode abarcar uma mescla de TDs, assim como observamos no exemplo sobre o discurso parlamentar, o que significa dizer que as TDs não são puras e homogêneas, havendo traços de outras tradições, em uma relação de convivência, reveladora da composicionalidade das TDs, conforme defende o autor, que exemplifica esse caráter múltiplo citando o romance *Ulisses*, no qual há uma sucessão de diferentes tradições no decorrer de um texto bastante longo.

Nesse sentido, de acordo com Kabatek (2005), um texto pode comportar diferentes modos de dizer, fato indicativo do princípio da composicionalidade, que prevê uma hierarquia de tradições, na medida em que uma fórmula conversacional (por exemplo, ato de fala) é parte de um tipo textual (por exemplo, argumentativo), que é localizável em um universo discursivo (por exemplo, ficcional). A partir desse princípio, Kabatek (2005) defende que qualquer texto pode abranger uma gama de tradições, que envolvem diferentes finalidades comunicativas, diferentes formas e significados e, até, diferentes áreas do saber, em uma relação de mescla que, conforme ressalta Longhin (2014, p. 27) “além de fornecer um painel da rede de tradições constitutiva da TD, pode trazer evidências de fatos da história da própria TD [...]”, o que, a nosso ver, revela as relações e os entrecruzamentos existentes entre diferentes tradições de dizer.

Aliados a esse polimorfismo das TDs, um dos parâmetros definidores do conceito de TD, estão os arranjos linguísticos, as escolhas no eixo do léxico e da gramática da língua, que funcionam como outro traço característico das tradições. Nesse viés, Kabatek (2005) defende que as TDs condicionam a utilização de construções linguísticas específicas ou, por outro lado, a combinação de determinadas construções pode caracterizar as TDs. Dessa correlação é

que Kabatek reconhece, do ponto de vista histórico, uma forte ligação entre TD e junção, que discutiremos na subseção seguinte.

3.2 A relação entre junção e Tradição Discursiva

Além de caracterizar-se pela convivência de uma rede de tradições, conforme discutido na subseção anterior (3.1), uma TD pode compreender o emprego de construções linguísticas particulares, que se alteram a depender do objetivo na comunicação. Nesse sentido, as TDs diferenciam-se umas das outras não só pelos diferentes modos de dizer que abarcam, mas também pelos tipos específicos de construções empregadas, dois parâmetros característicos da composicionalidade das tradições, sendo que este último, de acordo com Longhin (2014, p. 31),

Trata-se, em âmbito mais local, dos arranjos linguísticos nas combinações sintagmáticas, na linearidade da linguagem, e nas escolhas paradigmáticas ou associativas, que juntas estão a serviço de uma finalidade de dizer e constituem traço caracterizador de TD.

A partir desse caráter composicional das TDs, que prevê uma mescla de tradições em um mesmo texto, além da mobilização de diferentes arranjos linguísticos, Kabatek (2005) reconhece a possibilidade de distinguir diferentes TDs complexas, a partir de uma metodologia estatística de base textual, fundada na abordagem quantitativa e computacional desenvolvida por Biber (1988).

Em sua proposta, Biber (1988) defendeu uma forte relação entre diferentes traços linguístico-situacionais e dados gêneros textuais, isto é, o autor propôs distinguir uma diversidade de gêneros, a partir da análise de um conjunto muito grande de parâmetros linguísticos e situacionais, dentre eles, por exemplo, advérbios de tempo e lugar, pronomes, perguntas, formas nominalizadas, preposições, classes lexicais e classes verbais, todos analisados com base em uma abordagem quantitativa e computacional, denominada de “Análise Multidimensional”. Nesse trabalho, Biber pôde diferenciar diferentes gêneros textuais, tendo como ponto de partida uma combinação particular de elementos de um texto, reconhecendo traços partilhados e não partilhados por determinados gêneros, que foram distribuídos em um contínuo. O mais interessante da proposta de Biber (1988) foi a verificação de que alguns traços são reconhecidos em textos que estão em posições distantes desse contínuo, o que prova a proximidade existente entre os gêneros textuais.

Conforme dito anteriormente, inspirado na pesquisa de Biber (1988), mas de um viés que prevê a redução desse extenso grupo de parâmetros linguísticos selecionados pelo autor inglês, Kabatek (2005) propõe distinguir as TDs, a partir dos processos de junção, um fenômeno universal da linguagem que envolve todos os níveis de análise – sintático, semântico e pragmático. Para tanto, Kabatek (2005) adota uma abordagem quantitativa e qualitativa, aliando tipos de juntores, frequência relativa, distribuição no texto e grau de complexidade morfosintática e semântico-cognitiva dos processos de junção.

Para alcançar seus objetivos, Kabatek (2005) fundamentou sua pesquisa no modelo de junção proposto por Raible (2001), para o qual esse fenômeno linguístico envolve o cruzamento entre: (i) *arquitetura sintática*, eixo que coloca em jogo os diferentes graus de dependência e/ou integração entre as unidades e (ii) *relações semânticas*, que prevê diferentes graus de complexidade, em termos cognitivos, para os esquemas de junção. Os juntores são classificados pelo autor a partir desse cruzamento, cujas relações semânticas que validam a junção encontram diversificadas possibilidades de expressão no eixo das combinações sintáticas que, segundo ele, se desdobra pelos pólos da *agregação*, abarcando construções menos dependentes, e da *integração*, reunindo construções mais dependentes, todas dispostas em um contínuo.

Além disso, Kabatek (2005), com auxílio de colaboradores, com o intuito de realizar um mapeamento minucioso dos esquemas de junção em um texto, criou o programa computacional *TraDisc*, que permite a geração de gráficos bidimensionais, cujo eixo superior, diz respeito às combinações sintáticas, e o eixo inferior, diz respeito às relações semânticas. Esses gráficos são denominados de *juntogramas* e apresentam um levantamento detalhado dos mecanismos de junção mobilizados em um texto, indicando a frequência, os tipos e a distribuição dos esquemas utilizados.

A partir desse aparato teórico, Kabatek (2005), em um trabalho filológico extenso, reconheceu diferentes tipos de TDs, analisando os esquemas de junção em textos jurídicos do espanhol medieval, do século XIII. Nesse trabalho, o autor distinguiu três tipos de TDs, que denominou: (i) *façanhas*, (ii) *direito foral* e (iii) *direito romano*, sendo cada uma delas caracterizadas pelo emprego de construções específicas, que se diferenciam no eixo das relações sintáticas e no eixo das relações semânticas, conforme o Quadro 4, representativo dos resultados obtidos por Kabatek (2005) no que diz respeito à análise desses textos:

Quadro 4. Tipos de esquemas de junção predominantes em TDs jurídicas

	Esquemas sintáticos	Relações semânticas
<i>Façonhas</i>	coordenação	adição
<i>Direito foral</i>	subordinação	condicionalidade
<i>Direito romano</i>	subordinação e técnicas de integração mediante grupos preposicionais, frases gerundiais, nominalizações, etc.	≠ relações (adição, condicionalidade, causalidade, finalidade, concessividade)

Com base nesses resultados, Kabatek (2005) concluiu, por um lado, que diferentes TDs condicionam o emprego de construções linguísticas específicas e, em outra direção, que esses arranjos linguísticos são relevantes para a determinação de uma dada TD. Aproximando-se do que propôs Kabatek (2005) nesse estudo, Longhin-Thomazi (2011), em um trabalho que defende possíveis correlações entre tendências relacionadas aos empregos dos esquemas de junção em textos de indivíduos em fase de aquisição de escrita e tendências sobre o desenvolvimento de juntores na história da língua, busca explicitar a correlação entre junção e TD a partir da análise das TDs: narrativa ficcional, relato de palestra e relato de procedimento.

Para tanto, a autora elaborou juntogramas, que apontam, no eixo superior, as opções de articulação paratática e hipotática, cruzadas, no eixo inferior, com as relações de sentido. Longhin-Thomazi (2011, p 233) concluiu, de acordo com a comparação dos gráficos, que:

(i) na narrativa ficcional, em que os escreventes deveriam criar uma nova versão da história dos três porquinhos, prevalecem esquemas paratáticos de temporalidade;

(ii) no relato de palestra, aparece uma diversidade maior de esquemas, que contempla mecanismos paratáticos e hipotáticos na codificação de diferentes relações de sentido, como alternância, modo, tempo, contraste, causa e condição;

(iii) no relato de procedimento, que diz respeito à tradição “receita culinária”, assim como na narrativa, prevalece a parataxe temporal, nos trechos em que os escreventes discorrem sobre o “modo de preparo”.

Diante desses resultados, Longhin-Thomazi (2011) verificou que, nesse período de aquisição, a inserção dos escreventes no modo de enunciação escrito prevê muita flutuação, configurando um processo em que transparecem as escolhas das crianças no eixo das técnicas idiomáticas e discursivas da língua, e mostrou também, partilhando dos estudos de Kabatek (2005), a correlação existente entre junção e TD. À semelhança do que propôs Longhin-Thomazi (2011), nesta pesquisa, fazemos um deslocamento do conceito de TD, analisado por Kabatek (2005) do ponto de vista histórico, com o objetivo de investigarmos, em textos

escolares, essa possível relação entre processos juntivos e TDs da escrita. Além disso, neste trabalho, recortamos do universo da junção somente as construções condicionais.

3.3 Síntese

Nesta seção, buscamos apresentar uma definição para o conceito de TD, que é fortemente textual e está pautado em um modelo de produção do enunciado no qual há o cruzamento de dois filtros, o das técnicas da língua e o das técnicas do discurso, revelando um sujeito intencional que, dada uma finalidade comunicativa, faz diferentes escolhas linguístico-discursivas. Destacamos, ainda, que a noção de TD, como o próprio nome sugere, relaciona-se com modos de dizer tradicionais, que preveem evocação e repetição no tempo e, por isso, são convencionalizados historicamente. Mais do que isso, buscamos mostrar o quanto esse conceito, criado com base nos estudos de Coseriu (1979), desenvolvido por Koch (1997) e Österreicher (1997) e, posteriormente, por Kabatek (2005), que tinha o propósito de refinamento metodológico em Linguística Histórica, é amplo e abarca uma diversidade de fenômenos, dentre os quais vamos recortar as noções de gêneros e tipos textuais, importantes para o nosso trabalho, uma vez que nortearam as produções escritas dos estudantes do EF II, conforme trataremos na Seção 4.

Dadas essas considerações, a decisão por investigar textos escolares pelo viés das TDs representa uma opção teórico-metodológica que se justifica pelo fato de as tradições serem abordadas a partir de uma perspectiva textual-pragmática, compatível tanto com o modelo funcionalista de junção adotado, que toma o texto como objeto de análise, por isso, chamado por Halliday (1985) de “Gramática do texto”, quanto com os trabalhos de Fillenbaum (1986), Neves (2000), Hirata-Vale e Oliveira (2003) e Paiva e Braga (2010), que, de um ponto de vista discursivo-pragmático, defendem a existência de um sujeito dotado de intenções comunicativas, constitutivas da produção do discurso. Além disso, a opção por investigar produções escritas de jovens estudantes do EF II, a partir do conceito de TD, resulta da hipótese, advinda da tese de Kabatek (2005), de que há uma correlação entre certos esquemas de junção e diferentes modos de dizer. Assim, a partir da perspectiva teórico-metodológica de Kabatek (2005), para nossa pesquisa, conforme já dito, recortamos do domínio da junção os esquemas condicionais, mobilizados em textos escolares, na expectativa de flagrar uma possível correlação entre esses mecanismos de junção condicional e as TDs em que os textos estão inseridos, conforme discutiremos detalhadamente na Seção 6.

4 MATERIAL E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, discorreremos sobre as posições metodológicas que orientaram o desenvolvimento deste trabalho, possibilitando o cumprimento dos objetivos propostos. Desse modo, apresentamos três subseções, nas quais destacamos: (i) a natureza do Banco de Dados do qual foram selecionadas as produções escritas que constituem o material de análise deste estudo, bem como a justificativa por esse tipo de dado (subseção 4.1), (ii) os critérios para a constituição do *corpus* de pesquisa (subseção 4.2), e (iii) os procedimentos para seleção e análise dos dados (subseção 4.3).

4.1 Descrição do Banco de Dados de Escrita do Ensino Fundamental II

O *corpus* deste trabalho foi extraído de um Banco de Dados de Escrita, constituído pelas Profas. Dras. Luciani E. Tenani e Sanderléia R. Longhin, a partir das atividades do Projeto de Extensão Universitária “Desenvolvimento de oficinas de leitura, interpretação e produção de textos no ensino fundamental”, financiado pela PROEX/UNESP. Para esse projeto de extensão, o objetivo foi desenvolver oficinas pedagógicas de leitura, interpretação e produção de textos de diferentes gêneros para alunos regularmente matriculados no EF II, em uma escola pública, localizada em São José do Rio Preto/SP, propiciando o aprimoramento das práticas de leitura e escrita dos alunos participantes. O projeto foi desenvolvido durante um período de quatro anos (2008-2011), permitindo o acompanhamento dos estudantes que, em 2008, cursavam a 5ª série (atual 6º ano), até a conclusão do EF II, em 2011. O principal propósito do projeto, segundo Tenani e Longhin (2014, p. 21),

foi atender à comunidade externa, por meio de propostas que aprimorassem as práticas de leitura e de escrita dos alunos do Ensino Fundamental II (EFII) e, ao mesmo tempo, contribuíssem com a comunidade acadêmica ao propiciar aos alunos universitários uma reflexão sobre as práticas de ensino de Português, gerando subsídios para atividades de pesquisa científica. Assim, o projeto aliou professores e graduandos do curso de Licenciatura em Letras, no âmbito da universidade, e direção, coordenação, professores, alunos e pais de alunos, no âmbito da escola.

Diante disso, o desenvolvimento desse projeto beneficiou não apenas os estudantes do EF II, uma vez que, com base na análise dos textos produzidos durante as oficinas, foram oferecidos minicursos aos alunos, cujas temáticas estavam relacionadas ao ensino de língua portuguesa (como, por exemplo, processos de junção de orações e emprego de pontuação), mas também docentes e estudantes universitários, que utilizam os textos coletados para o

desenvolvimento de pesquisas científicas em nível de graduação e de pós-graduação. Essas produções, resultantes das oficinas, estão organizadas em um Banco de Dados de Escrita que fundamenta estudos voltados para a descrição e a compreensão de diferentes fenômenos linguísticos.

As propostas de produção textual, solicitadas nas oficinas pedagógicas, privilegiaram a circulação dos estudantes por diferentes gêneros textuais da escrita e foram preparadas, de acordo com Tenani e Longhin (2014), com o intuito de propiciar aos alunos experiências de leitura e escrita vinculadas a práticas sociais diversificadas. De modo geral, as propostas tinham como ponto de partida textos de diferentes gêneros, como histórias em quadrinhos e tiras de humor, conforme o exemplar da Figura 3:

Figura 3. Exemplo de proposta de produção textual do EF II

• Observe os quadrinhos abaixo do Chico Bento e seu primo da cidade.

CHICO BENTO DIA DIVERTIDO

• Chico Bento e seu primo fazem coisas parecidas ao longo do dia, mas cada um não sabe o que o outro faz. Suponha que você, como o Chico Bento, tenha ouvido falar sobre a possibilidade de contar sobre as coisas que faz por meio da internet.

• Escreva uma carta ao seu primo da cidade, pedindo para ele contar o que é a internet e como se faz para mandar mensagens por meio do MSN.

• Seu texto deve conter de 20 a 25 linhas e deve ser escrito à tinta. Seu texto não deve ultrapassar os limites designados para a escrita.

Fonte: Banco de Dados de Escrita do Ensino Fundamental II.

Com base nesse exemplar, nota-se que as propostas de produção apresentam temas próximos da realidade dos alunos, como o uso do MSN enquanto meio de comunicação, o que ajudou a incentivar a produção escrita. No entanto, não se pode deixar de considerar o contexto de produção desses textos, isto é, foram produzidos em ambiente escolar, durante as oficinas pedagógicas, monitoradas por estagiárias da UNESP/IBILCE, com o objetivo de trabalhar tópicos relacionados ao ensino de língua portuguesa, que contribuíssem com as práticas de leitura e produção escrita dos estudantes do EF II, tendo como desdobramento a constituição de um banco de dados, informação que foi compartilhada com os estudantes antes do processo de coleta dos textos, que seguem alguns requisitos formais, como extensão, título ou cabeçalho, a depender da proposta, espaço limitado para o texto.

Neste trabalho, dado o objetivo proposto, que é investigar a inserção dos escreventes do EF II nas técnicas idiomáticas e discursivas da língua, partindo do fenômeno da junção condicional, a opção por dados de escrita escolar, que envolvem muita flutuação, pois os estudantes não dominam ainda a morfossintaxe da língua e as TDs da escrita, justifica-se pelo

fato de podermos apreender aspectos relacionados à maneira como os escreventes concebem e realizam os processos juntivos condicionais em seus textos. Ademais, a escolha pelo modo de enunciação escrito, particularmente pela escrita escolar no EF II, parece relevante, visto que, durante essa fase de escolarização (5ª a 8ª série), são abordados, conforme sinalizamos anteriormente, os diferentes conteúdos envolvidos nos processos de junção, como por exemplo, a morfologia verbal do modo subjuntivo desde a 5ª série e, na 8ª série, o fenômeno da subordinação condicional propriamente dito. Então, seria um período possível para flagrar a variação no modo de codificar as construções condicionais, que abrangem conjuntamente aquisições escolares e vernáculas, como já explicitamos, na medida em que entendemos que as escolhas linguístico-discursivas dos escreventes são resultantes tanto de um conhecimento estritamente escolar, institucional, quanto de um conhecimento advindo de diferentes experiências sociais, vividas fora da escola. Dadas essas considerações, acreditamos que a escolha desses dados representa a possibilidade de apreendermos como os esquemas de junção condicional são aprendidos e usados no EF II, e como se dá, nessa fase escolar, a circulação dos escreventes por técnicas que são essencialmente linguísticas e também por técnicas discursivas da língua, já que estão em contato com diferentes tipos de textos, que envolvem diferentes propósitos comunicativos.

4.2 Constituição e caracterização do *corpus*

Nesta subseção, partimos para a exposição do modo de constituição do *corpus* desta pesquisa, destacando os critérios para o recorte desse material e suas principais características.

Para a constituição do *corpus* deste trabalho, procedemos a um recorte que consiste na seleção das produções textuais de dez indivíduos regularmente matriculados no EF II. Esses alunos cursavam, no ano de 2008, a 5ª série (atual 6º ano) e, no ano de 2011, a 8ª série (atual 9º ano), de modo que o recorte aproxima-se do que denominamos longitudinal, já que lidamos com textos dos mesmos escreventes, coletados ao longo dos anos de 2008 a 2011.

A opção por dados longitudinais ocorre em função do primeiro objetivo específico deste trabalho, que diz respeito à análise da realização variável dos processos de junção condicional. Nesse sentido, esse recorte permitirá observarmos as diferentes maneiras de codificar o nexo de condição ao longo desses quatro anos de escolarização e, mais do que isso, permitirá apreendermos possíveis ampliações nesses modos de realizar os mecanismos juntivos condicionais, e possíveis correlações entre o ano escolar e determinados tipos de construções (padrões condicionais), fato que pode revelar (ou não) um aumento de

complexidade das construções que veiculam condição em função do tempo de ensino institucionalizado.

O produto desse recorte longitudinal, que totaliza 221 textos, representa, para nós, as produções de um grupo de indivíduos pertencentes ao segundo ciclo do Ensino Fundamental, ou seja, esse conjunto de produções escritas configura uma amostra representativa de textos do universo do EF II. Sendo assim, o intuito não é analisar o modo como sujeitos individuais se inserem nas técnicas idiomáticas e discursivas da língua, mas sim como os jovens escreventes do EF II circulam pelas referidas técnicas durante esses quatro anos de escolarização, considerando, para tanto, os mecanismos de junção condicional. Desse modo, o foco não está no indivíduo, mas na amostragem, sendo a nossa expectativa a de alcançar um retrato sintomático dessa fase escolar, que nos permitirá reconhecer tendências para o uso das construções condicionais.

No que concerne à identificação dos sujeitos, o anonimato sempre foi uma preocupação do Banco de Dados de Escrita do EF II, cujos textos foram identificados por meio de um código, criado com o objetivo de preservar a identidade dos escreventes. Nesta pesquisa, adotamos, com essa mesma finalidade, uma sigla identificadora para cada indivíduo: a letra maiúscula S, seguida de um determinado número (tal como S01, S02), conforme o Quadro 5, que traz também o número de textos produzidos por cada escrevente, ao longo do EF II:

Quadro 5: Número de textos produzidos pelos escreventes ao longo do EF II

Sujeitos	2008/5ª série	2009/6ª série	2010/7ª série	2011/8ª série	TOTAL
S01	03	05	05	07	20
S02	05	07	03	06	21
S03	06	07	05	07	25
S04	06	06	06	04	22
S05	06	07	04	05	22
S06	05	06	06	06	23
S07	06	07	03	07	23
S08	06	06	06	07	25
S09	05	05	03	06	19
S10	05	05	05	06	21
Total	53	61	46	61	221

Como sinaliza o Quadro 5, o *corpus* é constituído por 221 textos produzidos no decorrer dos quatro anos do EF II. Para a seleção dos escreventes, a princípio, elegemos como principal critério a frequência na realização das propostas de produção textual, ou seja, começamos a selecionar os escreventes que produziram o maior número de textos. No

entanto, esse critério não foi suficiente para a constituição de um *corpus* representativo, tendo em vista que a junção condicional, foco deste trabalho, nem sempre é mobilizada.

Diante dessa constatação, não foi significativo, por exemplo, manter no *corpus* a produção de determinados escreventes que realizaram o total de 26 propostas aplicadas durante esse período de quatro anos, no entanto não produziram qualquer construção de condição. Por esse motivo, aliamos ao critério frequência na realização das propostas um novo parâmetro de seleção, pelo qual se contemplou a escolha de escreventes que, mesmo não produzindo todos os textos solicitados, mobilizaram esquemas de junção condicional em suas produções escritas, fato que justifica a variação no total de textos produzidos conforme apresentado no Quadro 5. Com base nesses critérios metodológicos, selecionamos, então, escreventes que produziram mais de 70% das propostas. Dos dez indivíduos selecionados, seis deles produziram mais de 84% dos textos requisitados e, dentre esses seis, dois alcançaram aproximadamente 96% de aproveitamento. Todos os demais sujeitos escreveram mais de 73% das propostas.

No que diz respeito às propostas de produção textual, conforme apontado anteriormente, foi solicitada, entre os anos de 2008-2011, a produção de 26 textos pertencentes a diferentes gêneros textuais da escrita, coletados da seguinte forma: seis propostas aplicadas em 2008, sete propostas em 2009, novamente, seis propostas em 2010 e, por fim, sete propostas em 2011. Os temas que nortearam a produção textual dos escreventes são variados, e, a cada proposta, os alunos foram instigados a escrever com base em um determinado gênero, pertencente a uma tipologia textual específica, conforme indicado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e no Currículo do Estado de São Paulo, que preveem o trabalho com textos em diferentes situações de comunicação.

Assim, as propostas de produção textual foram elaboradas e desenvolvidas com o intuito de atender às orientações desses documentos oficiais, que entendem os gêneros textuais como textos diversificados, construídos a partir de diferentes situações comunicativas, historicamente determinadas. Dessa perspectiva, os gêneros textuais apresentam características sociocomunicativas, definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição específica, conforme consta no Banco de Dados de Escrita do Ensino Fundamental II. Além de estarem embasadas nessa concepção de gênero textual, as propostas de produção escrita seguem a tipologia adotada pelos PCNs e pelo Currículo do Estado de São Paulo, segundo os quais o processo de ensino-aprendizagem deve partir das organizações internas básicas de cada texto, que correspondem a diferentes tipos textuais: narração, argumentação, exposição, descrição e injunção, sendo preferencial o ensino de

textos de caráter mais narrativo nos anos iniciais do EF II e de textos mais argumentativos nos anos finais, fato que permitiu aos estudantes envolvidos no projeto circular por uma diversidade de gêneros textuais, relacionados a determinadas práticas sociais.

A esse respeito, apresentamos um quadro, pertencente ao Banco de Dados de Escrita do Ensino Fundamental II, representativo das propostas de produção textual aplicadas a cada ano, que estão organizadas de acordo com o tema, o gênero e a tipologia dos textos. Destacamos que, no que concerne à classificação por gêneros ou tipos textuais, esse quadro não deve ser considerado discreto. Por conta do caráter mais abrangente de algumas propostas, que acarreta uma mescla de gêneros ou tipos textuais, e pelo fato de os alunos não atenderem, muitas vezes, a determinados traços composicionais de um dado gênero, interpretamos o Quadro 6 como uma forma de organização não categórica das propostas:

Quadro 6. Organização das propostas de produção escrita: tema, gênero e tipologia textual

Ano	Proposta	Tema	Gênero	Tipologia
2008 - 6º	01	Rompimento amoroso	Conto	Narrativa
	02	História pessoal	Cordel	Relato
	03	Poço dos desejos	Relato de experiência	Relato
	04	Internet e uso do MSN	Carta pessoal	Relato
	05	Viagem para outro planeta	Conto	Narrativa
	06	Viagem para Disneylândia	Conto	Narrativa
2009 - 7º	01	Promessas que não cumpre	Relato de experiência	Relato
	02	Perfeição e defeitos pessoais	Relato de experiência	Relato
	03	Conflito entre pais e filhos	Relato de experiência	Relato
	04	Amizade e sofrimento	Relato de experiência	Relato
	05	Sufrimento de adolescentes	Relato de experiência	Relato
	06	Lembranças da infância	Carta pessoal	Descrição/Relato
	07	Brigas entre amigos	Carta pessoal	Descrição/Relato
2010 - 8º	01	Benefícios da imortalidade	Relato de expectativas de vida	Descrição/Relato
	02	Tornar-se famoso	Relato de mudança de vida	Descrição/Relato
	03	Vivência de mal entendido	Relato de experiência	Relato
	04	Tribos de adolescentes	Relato de experiência	Relato
	05	Envolvimento afetivo sem compromisso	Relato de experiência	Relato
	06	Presentes de Natal	Carta argumentativa	Argumentativa
2011 - 9º	01	Amizade e internet	Relato de experiência	Relato

	02	Perfil em redes sociais	Enquete	Descrição
	03	Massacre em Realengo	Carta de opinião	Argumentativa
	04	Aventura em terra distante	Narrativa de ficção	Narrativa
	05	Internacionalização da Amazônia	Artigo de opinião	Argumentativa
	06	Proibição do fumo em locais públicos	Artigo de opinião	Argumentativa
	07	Preocupação do adolescente com o futuro	Artigo de opinião	Argumentativa

Fonte: Banco de Dados de Escrita do EF II

A organização apresentada no Quadro 6 mostra que as propostas de produção textual permitiram a circulação dos escreventes por diferentes práticas de leitura e escrita, o que resultou na produção de textos muito diversificados, que serão analisados neste trabalho sob o viés das TDs, como explicitamos na Seção 3. Nesse sentido, esclarecemos que a perspectiva dos PCNs e do Currículo do Estado de São Paulo, cuja abordagem privilegia o trabalho com os gêneros e os tipos textuais, embasou a elaboração das propostas de produção escrita e direcionou a organização dos textos constitutivos do Banco de Dados de Escrita do Ensino Fundamental II, contudo não representa o ponto de partida para análise dos textos que compõem o *corpus* desta pesquisa, em que assumimos, para o tratamento dos dados, a perspectiva das TDs, a partir da qual recortamos as noções de gênero e tipos textuais, conforme já dito.

Desse ponto de vista, entendemos que as noções de gênero e tipo textual, adotadas pelo Banco de Dados de Escrita do Ensino Fundamental II para o desenvolvimento das propostas, são essencialmente de base textual, perspectiva que está em harmonia com as escolhas teóricas no âmbito das TDs. Sendo assim, quando fazemos menção às noções de gênero e tipo textual, estamos entendendo que ambas são abarcadas pelo conceito de TD, nos moldes de Kabatek (2005), pois constituem modos de dizer que são evocados a partir de uma dada finalidade comunicativa e repetidos historicamente, ou seja, configuram tradições que são culturais, convencionais e históricas.

Ressaltamos, ainda, que a natureza diversificada das propostas, aliada à forma como os jovens escreventes do EF II lidam com o modo de enunciação escrito, resulta na produção de textos que atendem aos gêneros solicitados, outros que atendem apenas em parte, outros que se caracterizam por uma mistura de gêneros e tipos textuais, além de produções que fogem completamente do solicitado. A esse respeito, consideramos essa mescla como um indício da intencionalidade do escrevente e da sua liberdade de escolhas frente às orientações

das propostas de produção. É desse ponto de vista que entendemos que os estudantes se mostram em suas produções escritas, sendo essa amostra heterogênea de textos relevante para a verificação do modo como os escreventes se inserem nas técnicas discursivas da língua, que representa um dos eixos desta pesquisa, no qual o objetivo é investigar uma possível correlação entre junção condicional e determinadas TDs da escrita, conforme já explicitado.

Diante disso, para o cumprimento desse segundo objetivo específico, cuja investigação acerca da correlação entre junção e TD é de natureza essencialmente qualitativa, além de ser pontual em cada texto, selecionamos como *corpus* somente alguns textos que constituem a amostra longitudinal descrita acima, predominantemente, textos que se inserem em TDs tipicamente narrativas e argumentativas. Entendemos por TDs narrativas aquelas em que há o contar de uma história, caracterizada por um sequenciamento de fatos, no qual prevalecem relações temporais, e, por TDs argumentativas aquelas em que há um posicionamento a respeito do assunto abordado, com presença de opiniões e argumentos bem delimitados. Dadas essas considerações, a análise dos textos selecionados será de caráter mais qualitativo e consistirá no mapeamento, por meio de juntogramas, da frequência, da distribuição e dos tipos de esquemas condicionais empregados, que, com base em nossas expectativas, poderão ser diferentes em função das TDs e das finalidades comunicativas de cada texto.

4.3 Procedimentos de análise

Expostas as justificativas pela escolha do material de escrita, assim como pelo modo de constituição do *corpus*, passamos para a discussão dos procedimentos metodológicos que nortearam este trabalho, destacando as abordagens metodológicas adotadas no tratamento dos dados e o percurso desse processo de análise para dar conta dos objetivos propostos.

Dado o objetivo desta pesquisa, que é investigar a maneira variável de inserção dos escreventes do EF II nas técnicas idiomáticas e discursivas da língua, tomando o fenômeno da junção condicional como objeto de estudo, isto é, os diferentes modos de realização das construções que veiculam condição, traçamos um percurso de trabalho que consistiu: (i) na descrição das construções condicionais no conjunto de textos selecionados, observando o cruzamento entre informações sintáticas, semânticas e pragmáticas, envolvidas nos processos de junção e (ii) na investigação da possível correlação existente entre determinadas TDs da escrita e os tipos de esquemas de junção condicional levantados nos textos.

Para realizar essas tarefas, em relação à metodologia de análise, adotamos tanto a abordagem quantitativa como a qualitativa, subsidiadas pelo critério *frequência*, nos moldes

de Heine et al. (1991) e Bybee (2003), para o quais, nos estudos linguísticos, há dois procedimentos relevantes para calcular frequência: a frequência *token*, que diz respeito à frequência textual de ocorrência de um item/construção independentemente de seu significado, e a frequência *type*, que diz respeito à frequência com que um padrão particular ocorre, podendo ser avaliada por meio da consideração das diferentes construções condicionais.

A frequência *token* foi apurada com base na contagem geral das ocorrências das construções condicionais, cujo papel foi fundamental no mapeamento do emprego dessas construções ao longo do EF II, indicando uma tendência mais genérica, e a frequência *type* com base na análise, classificação e quantificação dos diferentes padrões de cada construção, permitindo o reconhecimento de diversos tipos e nuances de condicionais, que caracterizam os modos de expressão dessa relação de sentido. Para caracterização desses *type*, foram levados em conta critérios sintático-semânticos e pragmáticos, que dizem respeito ao pareamento entre forma e significado: (a) as combinações no eixo tático, parataxe e hipotaxe; e (b) as combinações no eixo das relações de sentido, que, segundo Halliday (1985) e Sweetser (1990), dão conta dos principais aspectos da junção.

Para dar conta do primeiro eixo deste trabalho, que diz respeito às técnicas idiomáticas da língua, conforme indicamos anteriormente em (i), procedemos ao mapeamento dos mecanismos de junção condicional presentes nos textos do *corpus*, analisando-os segundo o sistema de taxie e as relações de sentido. A partir dessa quantificação geral das ocorrências, que corresponde à frequência *token*, procedemos ao reconhecimento dos diferentes padrões das construções condicionais. Para a delimitação desses padrões, elegemos como critério norteador o eixo semântico, que abrange diferentes relações de sentido envolvidas na codificação da condicionalidade. Com base nesse eixo, identificamos quatro *type*: (i) condição, (ii) tempo/condição, (iii) modo/condição e (iv) alternância/condição.

Esse mapeamento permitiu o reconhecimento, a separação e a quantificação das construções condicionais, que foram tabeladas de acordo com alguns critérios organizacionais, tais como combinação sintática e relação de sentido estabelecida entre as orações (Halliday, 1985), emprego do juntor, e domínios pragmáticos de uso (Sweetser, 1990), conforme indica a Figura 4²:

² Na coluna referente ao parâmetro “sintaxe”, as opções são H = hipotaxe e P = parataxe. Na coluna referente ao parâmetro “domínio”, consideramos C = conteúdo, E = epistêmico e AF = atos de fala.

Figura 4. Exemplar de tabela utilizada para organização dos dados da pesquisa

Proposta	Sujeito	Série	Ano	Ocorrência	Sintaxe	Semântica	Juntor	Domínio
04	02	5B	2008	“[...] no sítio não tem meio de comunicação mais se tivesse eu falava com você ao vivo mas como não tem eu fico só na carta.” [Z08_5B_02F_04]	H	Condição	se	C
04	02	5B	2008	“Carol quando der pra vocês vim venham vou está esperando!” [Z08_5B_02F_04]	H	Tempo/ Condição	quando	C
05	02	5B	2008	“[...] gostei muito dessa minha viagem a marte quando eu for voltar lá di novo eu falo prá vocês.” [Z08_5B_02F_05]	H	Tempo/ Condição	quando	C
03	03	6A	2009	“Por quê eu tenho que comer mãe? Ela respondeu: – Se você não se alimentar direito vai ser muito pior.” [Z09_6A_03F_03]	H	Condição	se	E
03	03	6A	2009	“Bom ainda bem que eu tinha comido na Escola por que si não taria muito mal.” [Z09_6A_03F_03]	H	Condição	senão	E

Fonte: A autora.

Como desdobramento desse eixo de investigação, referente às técnicas idiomáticas da língua, procedemos à análise das condicionais em termos da complexidade semântico-cognitiva e morfossintática dessas construções. Ao observarmos as construções de condição, ao longo desses quatro anos de escolarização, partimos da hipótese de que, à semelhança do que ocorre na aquisição oral, inicialmente, devem prevalecer relações objetivas entre fatos do mundo sócio-físico, mais concreto, ao passo que as relações em nível epistêmico, mais abstratas e próximas à experiência mental, possivelmente surgem mais tarde, configurando uma ampliação no repertório da junção, que deve contemplar o emprego de mecanismos morfossintáticos mais complexos.

A esse respeito, conforme discutimos na Seção 2, Kortmann (1997), com base em estudos ontogenéticos, em um trabalho sobre aquisição oral, baseado na pesquisa de Reilly (1983) sobre a aquisição do sistema condicional na língua inglesa, postula que, assim como na filogênese, os sentidos mais básicos alimentam os sentidos mais complexos como, por exemplo, a relação semântica de condição, logo, são aprendidos mais tardiamente. Em uma perspectiva semelhante, encontra-se a pesquisa de Sweetser (1990), que também prevê uma ordem na aquisição de determinadas construções. A autora mostra que dentro de um mesmo domínio, por exemplo, o da condição, as relações se dão em diferentes níveis: conteúdo, epistêmico e atos de fala, como já mostrado, sendo que os significados no nível de conteúdo, mais concretos, caminham para aqueles no nível epistêmico, que são mais abstratos e exigem mais do raciocínio lógico, por isso, considerados mais complexos.

Nossa expectativa é a de que o quadro dos esquemas de junção condicional não seja idêntico no decorrer dessa fase escolar, em virtude do tempo de escolarização, e também porque a inserção dos jovens escreventes do EF II nas técnicas idiomáticas da língua configura-se como um processo que prevê muita flutuação. Desse modo, considerando o período de ensino institucionalizado dos estudantes, a vivência social desses escreventes, bem como a aquisição de novas TDs, esperamos que ocorra uma ampliação no repertório da junção, ao longo desses quatro anos, revelando o emprego de mecanismos mais complexos, sendo esse aumento de complexidade avaliado em termos da morfossintaxe das construções (a.), considerando o emprego das correlações modo-temporais (a.1) e a escolha do jutor (a.2), e em termos dos níveis pragmáticos de uso das condicionais (b.), conforme apresentamos abaixo:

a. da morfossintaxe das construções condicionais, conforme os seguintes critérios:

a.1 – *o emprego das correlações modo-temporais*

No que diz respeito aos tempos e modos verbais empregados nas condicionais, consideramos que as combinações estabelecidas determinam diferentes tipos de relações com diferentes nuances de hipótese que podem ser expressas por essas construções. Conforme mencionado anteriormente (Seção 2), segundo Neves (2000), as condicionais podem se resolver de três modos distintos: como realização de um fato, como não-realização de um fato e como realização eventual de um fato, o que distingue três grupos de orações condicionais, isto é, as factuais (F), as contrafactuais (C) e as eventuais (E), ilustradas abaixo respectivamente, a partir de outros exemplos da autora:

(25) **SE** tudo está desse jeito, eu não posso confiar! (p. 832)

(26) Pois olhe, **SE** o Natal estivesse escolhido o secretariado logo que saiu a indicação, a essas horas ele seria o governador eleito de São Paulo. (p. 832)

(27) Quer dizer que, **SE** eu chegar às nove, a revista vai vender de novo, os anunciantes vão voltar, vai ser uma beleza! (p. 833)

Com base nos exemplos de Neves (2000), notamos que as construções condicionais, a depender do emprego da correlação modo-temporal, codificam graus de hipótese diferentes. Na construção em (25), em que se emprega o presente do indicativo, a hipoteticidade da condicional é menor em relação à construção em (26), que combina o pretérito do subjuntivo com o futuro do pretérito do indicativo, fato que indica maior probabilidade de realização da situação expressa na primeira condicional e menor probabilidade na segunda.

Desse ponto de vista, as correlações, envolvendo morfologia verbal, são fundamentais na indicação dos diferentes graus de hipótese codificados em uma construção condicional, e mais do que isso, representam um parâmetro produtivo para avaliarmos os níveis de complexidade dessas construções, uma vez que, a nosso ver, as condicionais que se assemelham à ilustrada em (25), podem ser consideradas como menos complexas do que aquelas que se aproximam da condicional apresentada em (26), tendo em vista que exigem uma manobra linguística com grau dificuldade menor, ou seja, correlacionar verbos no indicativo parece uma tarefa menos complexa do que correlacionar verbos no subjuntivo, prova disso é o fato de os escreventes errarem com maior frequência nas correlações que envolvem esse último modo verbal, como indicam os exemplos abaixo, retirados de um trabalho desenvolvido por Longhin-Thomazi (2011), que investigou uma amostra longitudinal de textos produzidos por duas crianças, pertencentes às primeiras séries do Ensino Fundamental, atentando-se para as escolhas dessas crianças no domínio da junção:

(28) [E1/P25:A2] *se* o lula fosse presidente o Brasil vai ficar mais com segurança.

(29) [E1/P35:A3] *se* eles tivessem um filho vai sair um mini microfone.

Em (28) e (29), a autora mostra a não correspondência, conforme a norma padrão culta, entre os verbos da primeira e da segunda oração, há uma incompatibilidade na correlação modo-temporal empregada, que indica a maneira cambiante como as crianças transitam pelas técnicas idiomáticas da língua, principalmente no que diz respeito às correlações envolvendo a morfologia verbal, essenciais para codificar os diferentes graus de hipótese de uma construção condicional.

a.2 – a escolha do juntor

No que concerne ao emprego dos jutores, destacamos a prototipicidade do juntor *se*, um dos primeiros recursos utilizados na marcação de condicionalidade, conforme defende Leão (1961) em um estudo sobre o período hipotético iniciado por *se*. Com origem no latim clássico, a partícula *si* carregava o sentido de “neste caso, assim”, mas, como destaca Leão (1961, p. 25), “desde os mais antigos textos (Lei das Doze Tábuas) *si* é empregado para introduzir a oração condicionante do período hipotético.”, representando o juntor condicional por excelência, visto que os períodos iniciados por *se* são os que expressam com mais clareza a relação lógica que se estabelece entre os eventos relacionados em determinadas construções condicionais.

Por conta de ser o mais prototípico, além de caracterizar-se como um juntor constituído de pouco material, uma partícula pequenina e produtiva na codificação da relação semântica de condição, consideramos *se* como um juntor condicional menos complexo, em termos morfológicos, em relação a outros elementos juntivos, que, além de carregarem mais material morfológico, como no caso de perífrases, não exprimem tão puramente a relação condicional. Sendo assim, construções condicionais, marcadas pelo uso do juntor preferencial *se*, podem ser entendidas como menos complexas do que construções que envolvem jutores do tipo *desde que* e *vai que*. Entretanto, é válido ressaltar que, mesmo no conjunto das condicionais com *se*, temos construções mais ou menos complexas a depender da morfologia verbal modo/tempo conforme mostramos anteriormente.

- b. dos níveis pragmáticos de uso das condicionais, propostos por Sweetser (1990): conteúdo, epistêmico e atos de fala.

Sweetser (1990) defende a possibilidade de uma construção condicional estabelecer relações entre eventos concretos do mundo sócio-físico (domínio de conteúdo), entre etapas de um raciocínio (domínio epistêmico) e entre momentos de uma argumentação (domínios dos atos de fala). A esse respeito, avaliamos que uma construção no nível epistêmico, mais abstrata e próxima à experiência mental, exige mais do raciocínio do sujeito e, por esse motivo, pode ser entendida como mais complexa do que uma construção pertencente ao domínio de conteúdo.

Para dar conta do segundo eixo de investigação desta pesquisa, que abrange as técnicas discursivas da língua, conforme indicamos no início da seção em (ii), nos apropriamos do conceito de TD – que engloba diferentes fenômenos, dentre os quais recortamos como relevantes para nossa pesquisa as noções de gênero e tipo textual – proposto por Koch e Öesterreicher (1997), segundo os quais as TDs configuram-se como modelos linguísticos normativos e convencionalizados que regem a produção e a recepção do discurso, e defendemos, partilhando dos estudos de Kabatek (2005), que determinadas TDs da escrita podem mobilizar com maior ou menor recorrência esquemas específicos de junção, nesse sentido, acreditamos que os mecanismos de junção condicional podem ser mais recorrentes em algumas TDs e não em outras, ajudando a caracterizar a própria TD. Nossa expectativa é a de que os processos juntivos de condição sejam mobilizados com mais recorrência em textos inseridos nas TDs de caráter argumentativo, que exigem posicionamentos dos escreventes

sobre um determinado tema, e menos recorrentes em textos inseridos nas TDs de caráter narrativo, nas quais, possivelmente, devem prevalecer relações temporais³.

Para tratar desse eixo das técnicas discursivas da língua, procedemos à execução de duas tarefas: (i) o cruzamento das propostas de produção textual, solicitadas em cada ano do EF II, com a quantidade de construções de condição pertencentes a cada *type* condicional, apresentados anteriormente, com a finalidade de verificar, em termos mais quantitativo, até que ponto uma determinada proposta, que evoca diferentes TDs, mobiliza o emprego de um tipo específico de construção condicional, e (ii) a elaboração de juntogramas⁴ que apresentam um mapeamento minucioso dos esquemas de junção encontrados nas produções escritas, colocando em destaque não apenas a frequência e os tipos de mecanismos mobilizados pelos escreventes, mas também a distribuição, no corpo do texto, dos esquemas empregados. Destacamos que, com o cumprimento dessas tarefas, objetivamos apreender possíveis correlações entre determinadas TDs e tipos específicos de construções condicionais e a revelação de possíveis tendências.

A correlação estabelecida entre os resultados obtidos a partir da realização dessas duas tarefas, que envolvem análises de natureza quantitativa e qualitativa, permitiu avaliarmos em que medida uma TD pode mobilizar o uso de construções condicionais ou, na direção inversa, em que medida o emprego de construções condicionais pode ajudar a caracterizar uma Tradição Discursiva. Sobre essa relação, conforme discutido, Kabatek (2005) defende que a caracterização de determinadas TDs depende de uma combinação particular de elementos linguísticos, e os esquemas de junção, com suas possibilidades variáveis de realização quanto à arquitetura sintática e às relações de sentido, constituem um fenômeno privilegiado para apreensão das TDs.

³ Essa hipótese resulta da nossa pesquisa de Iniciação Científica (Processo Fapesp: 2010/17626-1), em que examinamos a flutuação nos mecanismos de *tempo* e *condição*, priorizando a investigação de possíveis correlações entre tendências subjacentes aos usos dos mecanismos de junção em textos de sujeitos que cursavam a 5ª série e a 8ª série do segundo ciclo do EF e tendências sobre desenvolvimento de jutores na história da língua: paralelo entre ontogenia e filogenia. Nesse trabalho, foi possível verificar uma predisposição para o emprego das condicionais em textos mais argumentativos e das temporais em textos mais narrativos.

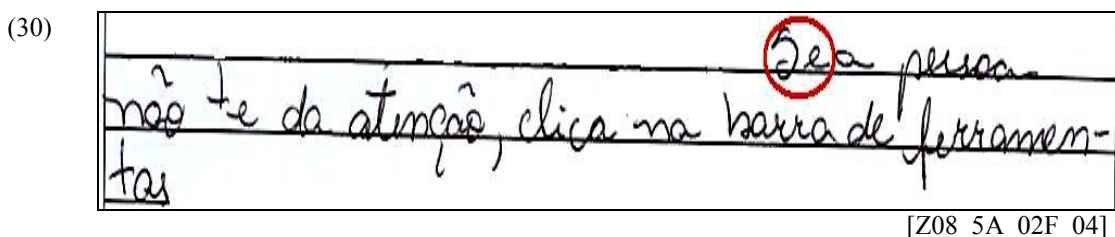
⁴ Os juntogramas aplicam-se a textos separadamente, permitindo uma análise de natureza mais qualitativa, em que o foco está nas particularidades de cada produção que envolve, em maior ou menor recorrência, o emprego de construções condicionais. Desse modo, selecionamos alguns textos representativos para discutirmos a correlação entre determinadas TDs e tipos específicos de construções condicionais.

5 JUNÇÃO CONDICIONAL: A VARIAÇÃO NO EMPREGO DAS CONSTRUÇÕES DE CONDIÇÃO EM TEXTOS ESCRITOS DO ENSINO FUNDAMENTAL II

Nesta seção, apresentamos os resultados obtidos a partir da investigação dos diferentes modos de codificar, em textos escritos do EF II, a relação de condição. Mostramos como são variáveis as escolhas no domínio da junção condicional e como a mobilização de diferentes esquemas juntivos permite apreender evidências não apenas da complexidade dessa relação de sentido, mas da maneira como esses jovens lidam com o sistema e as normas da língua. Para tanto, expomos, na subseção 5.1, a análise das construções condicionais, levantadas nos textos dos escreventes, que conjuga informações dos níveis sintático, semântico e pragmático, apresentando resultados alcançados com base na contagem geral das ocorrências de condicionais, bem como na observação dos diferentes padrões de cada construção. Na subseção 5.2, por sua vez, apresentamos uma sistematização desses resultados, levando em conta a discussão acerca dos diferentes padrões das construções de condição em função do tempo de escolarização.

5.1 A condicionalidade no EF II: os diferentes mecanismos de expressão

Conforme definido anteriormente, a relação de condição é codificada morfossintaticamente segundo o esquema prototípico $se\ p \rightarrow q$, no qual o *se* introduz uma oração condicional, representada por *p*, que vem seguida de uma oração núcleo, indicativa de consequência, representada por *q*, como na ocorrência em (30):



O nexos condicional que se estabelece, nesse caso, é alimentado por uma relação de causa/efeito, que, por sua vez, origina-se de um sequenciamento temporal icônico, ou seja, as orações organizam-se de tal modo que a sequência temporal dos acontecimentos corresponde

⁵ Neste trabalho, utilizamos a sigla que identifica os textos no Banco de Dados de Escrita do Ensino Fundamental II, definida de acordo com os seguintes critérios: Z = letra que identifica a escola, seguida do ano de produção_série/turma_número identificador do sujeito/sexo_número da proposta.

à ordem dos fatos no mundo, o que sugere uma leitura de causalidade, que sustenta a relação de condição expressa na ocorrência em (30), nitidamente marcada pelo uso do jutor *se*.

A partir dessa ocorrência, ilustrativa da natureza dos dados desta pesquisa, notamos que a codificação da relação de condição prevê certa complexidade, visto que envolve, do ponto de vista semântico, variações de sentido, como em (30), já que há uma relação tênue entre os nexos de tempo, causa/consequência e condição. Mas, há também, na expressão do sentido condicional, uma complexidade do ponto de vista formal, já que as construções condicionais são codificadas a partir de uma variedade de mecanismos morfossintáticos e do emprego de diferentes tipos de jutores, conforme mostraremos adiante a partir da discussão de outros esquemas.

Para dar início às discussões dos diferentes mecanismos de condição, mostrados nos textos do EF II, apresentamos um mapeamento geral dos casos de junção condicional encontrados no *corpus*. Levantamos, durante o período de escolarização recortado para análise, um total de 196 ocorrências, correspondente ao que denominamos de frequência *token*. Conforme sugere a Tabela 1, observamos, ao longo dos quatro anos, um crescimento no emprego das condicionais, cuja frequência aumenta de 14% em 2008 para 33% em 2011, como sinalizado:

Tabela 1: Total de ocorrências produzidas ao longo do EF II

Ano/série	Total de ocorrências	
2008/5ª série	28/196	14%
2009/6ª série	48/196	24%
2010/7ª série	56/196	29%
2011/8ª série	64/196	33%

Essa frequência mais alta no uso das condicionais, que ocorre na 8ª série, poderia ser interpretada em função da correlação entre a abordagem do conteúdo linguístico sobre junção condicional e a série escolar, já que é no último ano do EF II que são sistematizados, conforme as orientações do Currículo do Estado de São Paulo (2008), os conteúdos referentes a um dos tipos de construção que veicula condição, a subordinação condicional, fato que poderia contribuir para o emprego em quantidade maior de condicionais nessa série escolar.

Entretanto, ressaltamos que, neste trabalho, não lidamos apenas com mecanismos de subordinação, mas com uma variedade de estratégias sintáticas, que envolve esquemas hipotáticos de junção, mas também mecanismos paratáticos. Além disso, mesmo a subordinação condicional não sendo conteúdo de todas as séries do EF II, outros conteúdos linguísticos necessários para a compreensão desse fenômeno são abordados durante toda essa

fase escolar, tais como as conjunções e os sentidos que exprimem, além dos tempos/modos verbais, sobretudo as correlações no modo subjuntivo, típicas das construções condicionais. O conteúdo referente ao modo subjuntivo, por exemplo, é trabalhado, de acordo com o Currículo do Estado de São Paulo (2008), já na 5ª série, e as construções de condição são mobilizadas na abordagem desse conteúdo como forma de induzir o levantamento de hipóteses, conforme o exercício abaixo, retirado do Caderno do aluno, volume 1 (5ª série):

Figura 5: Exemplo de atividade sobre Modo Subjuntivo, aplicada na 5ª série


LIÇÃO DE CASA

D

Ainda em seu caderno, escreva mais dois parágrafos de continuação para o texto *Cíntia, por Sólfi*, iniciando pela frase Se naquele momento aparecesse um vulto em nossa frente.... Não perca essa frase de vista e continue o texto nessa perspectiva, indicando coisas que poderiam acontecer se o vulto aparecesse.

Estudo da língua

1. Para realizar este exercício, você precisa ter em mãos os dois parágrafos que produziu para a continuação do texto *Cíntia, por Sólfi*:
 - a) Você localiza em seu texto usos do Modo Subjuntivo? Circule-os.
 - b) Depois de circular os verbos, organize-os nas linhas a seguir:

verbos de meu texto que estão no Presente do Subjuntivo;

verbos de meu texto que estão no Pretérito Imperfeito do Subjuntivo;

verbos de meu texto que estão no Futuro do Subjuntivo.
 - c) Há ocorrência de outros verbos em seu texto que estão em um modo diferente do Subjuntivo? Grife-os.
 - d) A partir da oração dada para a construção de seu texto Se naquele momento aparecesse um vulto em nossa frente..., você foi induzido a usar, prioritariamente, o Modo Subjuntivo ou o Indicativo? Explique.

A partir dessa atividade, que propõe a produção de um texto cuja frase inicial corresponde a uma construção prototípica de condição, o aluno é motivado a empregar correlações verbais no modo subjuntivo, possibilitando o aparecimento de condicionais. Desse modo, entendemos que os esquemas condicionais, apesar de abordados de modo sistematizado na 8ª série do EF II, devem aparecer em diferentes situações/atividades (dada a prototipicidade das construções e a variedade de mecanismos disponíveis para marcação da

condicionalidade) ao longo de todos os anos desse período de escolarização, no tratamento de diferentes conteúdos linguísticos, não só na disciplina de Português, mas também nas demais disciplinas como, por exemplo, História, Geografia, Biologia, que lidam com textos nos quais esse tipo de construção pode ser frequente.

Além dessa hipótese, sobre esse aumento crescente na codificação do nexos de condição, interpretamos que pode ser justificado também com base em dois caminhos de análise que, a nosso ver, são complementares:

(i) a princípio, por um viés cognitivo, no qual se defende que há uma ordem preferencial na aquisição das relações de sentido, conforme discutimos na Seção 2, a partir de pesquisas ontogenéticas como as de Reilly (1983), Kortmann (1997) e Rodrigues (2001), para os quais a relação de condição, juntamente com outras relações de sentido, como a concessão, tendem a ser mais tardias na aquisição oral. Como neste trabalho investigamos dados de escrita envolvendo jovens e não crianças, consideramos que esse aumento pode ser decorrente da ampliação dos mecanismos de condição, na hipótese de que alguns são adquiridos no vernáculo, enquanto outros, na escola. Nesse sentido, nos aproximamos dos estudos de Fiad (2013), que entende a linguagem “como um trabalho que acontece na interação social, porque os sujeitos vão se apropriando da linguagem ao se constituírem como locutores, junto aos seus interlocutores [...]”. A partir dessa concepção, a autora concebe a escrita como um processo contínuo, cujo início se dá no processo de aquisição infantil, mas desenvolve-se continuamente, revelando a complexa relação que há entre sujeito e linguagem. Assim, partilhando das noções defendidas por Fiad (2013), entendemos que o período de aquisição/desenvolvimento do modo de enunciação escrito pode ser alargado para além da escrita inicial infantil, para abarcar conhecimentos novos de leitura e escrita, já que esta se faz presente em todos os períodos de escolarização, representando um espaço significativo para apreensão da relação existente entre sujeito e linguagem;

(ii) e, também, levando em conta o tipo de texto produzido pelos escreventes do EF II, tendo em vista que, para Koch (1997), Öesterreicher (1997) e Kabatek (2005, 2006), a emergência de determinadas relações de sentido está fortemente ligada às TDs em que os textos estão inseridos. Dessa perspectiva, acreditamos que uma determinada TD pode levar, em maior ou menor grau, à utilização de construções condicionais. Com base nesses dois caminhos de interpretação, analisamos as construções condicionais levantadas no *corpus*, atentando-nos para os diferentes modos de codificação da relação de condição, que discutimos nesta seção, assim como para a relação entre junção condicional e TDs (Seção 6).

Partimos da quantificação geral das ocorrências, frequência *token*, apresentada na Tabela 1, e procedemos ao reconhecimento dos diferentes padrões das construções condicionais, que denominamos *type*. Os *type* foram estabelecidos com base no eixo semântico, conforme já explicitamos anteriormente, no qual as relações de sentido mantêm diferentes graus de parentesco. Os padrões reconhecidos foram: (i) condição, (ii) tempo/condição, (iii) modo/condição e (iv) alternância/condição, cujas frequências, ao longo dos quatro anos do EF II, estão apresentadas na Tabela 2:

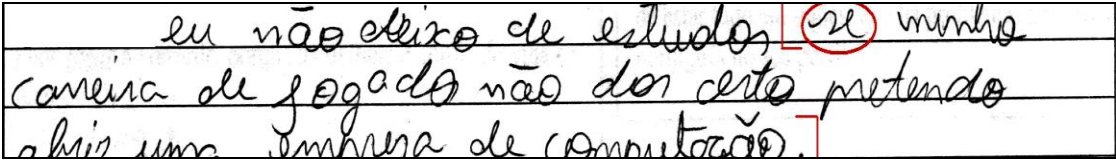
Tabela 2. Total de ocorrências por padrão semântico ao longo do EF II

	condição	tempo/condição	modo/condição	alternância/condição
2008	23/28 (82%)	5/28 (18%)	0/28 (0%)	0/28 (0%)
2009	26/48 (54%)	21/48 (44%)	1/48 (11%)	0/48 (0%)
2010	46/56 (82%)	8/56 (14%)	1/56 (2%)	1/56 (2%)
2011	34/64 (53%)	22/64 (34%)	7/64 (11%)	1/64 (2%)

Na Tabela 2, que é nosso ponto de partida para análise dos padrões condicionais, apresentamos, em números absolutos e percentuais, as frequências das construções de condição levantadas em cada padrão semântico durante os quatro anos do EF II. Em todos os anos, há uma prevalência dos padrões de condição e tempo/condição, sendo os padrões de modo/condição e alternância/condição pouco frequentes. Todos esses *type* serão discutidos nas subseções seguintes, de acordo com a organização: subseção 5.1.1 (condição), subseção 5.1.2 (tempo/condição), subseção 5.1.3 (modo/condição) e subseção 5.1.4 (alternância/condição). Nessas discussões, evidenciamos a variação na maneira de codificar o nexos de condição, buscando mostrar a complexidade dessas construções, que conjugam não só informações do nível semântico, mas também dos níveis sintático e pragmático.

5.1.1 O padrão semântico de condição

O padrão semântico de condição, para nós, é o que codifica mais claramente a relação condicional, não envolvendo ambiguidades na interpretação das construções. Esse padrão inclui basicamente construções que seguem o esquema mais comum *se p → q*, como ilustra a ocorrência em (31):

- (31) 

A construção, em (31), exprime claramente a relação semântica de condição, uma vez que a oração iniciada pelo juntor *se* “Se minha carreira de jogador não dar certo [...]” está combinada sintaticamente a outra e exprime, de acordo com Leão (1961, p. 21), uma suposição, condição ou ponto de partida de um raciocínio, que será concluído na oração que segue “[...] pretendo abrir uma empresa de computação”. Essa condicionalidade é alimentada em parte pela relação semântica de tempo, uma temporalidade sustentada, nesse caso, por eventos sucessivos, em uma ordem icônica, que implica uma leitura de causalidade e, por sua vez, uma leitura de condição. Essa predisposição derivacional, nos termos de Kortmann (1997), pode ser verificada no Esquema 4:

Esquema 4. Relações de derivação entre os sentidos de tempo, causa e condição

	Minha carreira de jogador não dá certo	Abro uma empresa de computação
Tempo	momento anterior	momento posterior
	Minha carreira de jogador não dá certo	Abro uma empresa de computação
Causa	causa	efeito
	Minha carreira de jogador não dá certo	Abro uma empresa de computação
Condição	suposição/condição	conclusão



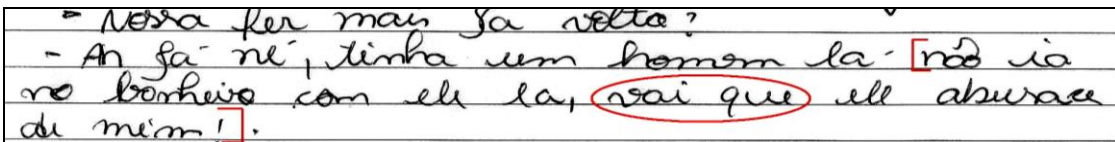
As relações de tempo e causa, conforme o Esquema 4, estão latentes na ocorrência em (31) e são constitutivas do sentido condicional, que é indiscutível, nesse caso, dada a prototipicidade da construção. Contudo, há outros tipos de esquemas condicionais em que essa predisposição derivacional revela ambiguidades de sentido. Diante disso, no padrão de condição, exploramos a variabilidade nos modos de expressar o sentido condicional, que conjuga não só informações do nível semântico, como mostramos no exemplo em (31), ao discutirmos o caminho de derivação entre as relações de tempo/causa/condição, mas também dos níveis sintático e pragmático.

A esse respeito, verificamos que a condicionalidade, considerando esse padrão, é marcada preferencialmente pelo juntor mais comum *se*, entretanto pode ser interpretada também em construções cujos mecanismos de junção mobilizados fogem ao tradicional período hipotético, como indica a Tabela 3, em que apresentamos os tipos de esquemas de junção mobilizados nesse padrão:

Tabela 3. Tipos de esquemas de junção para o padrão semântico de condição

se	Ø	senão	pronome interrogativo	e	gerúndio	vai que	desde que	com isso
96/129 (74%)	18/129 (14%)	03/129 (2%)	03/129 (2%)	03/129 (2%)	02/129 (2%)	02/129 (2%)	01/129 (1%)	01/129 (1%)

Na Tabela 3, observamos que, para o padrão semântico de condição, os mecanismos mais utilizados para a codificação do sentido condicional correspondem ao emprego do juntor prototípico *se* (74%), e das construções justapostas (14%). Os demais esquemas de junção, que aparecem em frequência baixa, representam outras estratégias possíveis para a expressão da condicionalidade, como ilustra o exemplo em (32), que contempla o emprego de *vai que*:

- (32) 

[Z10_7A_08F_03]

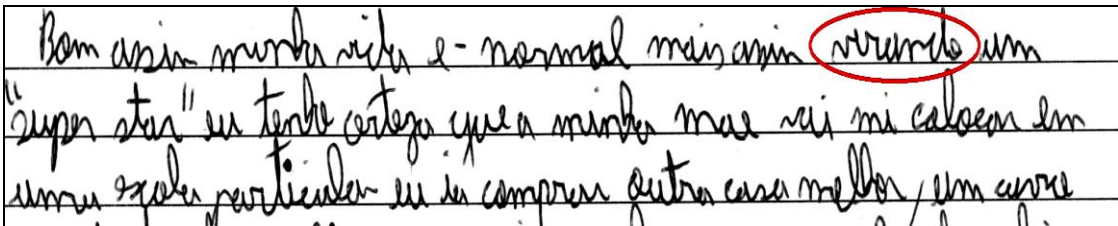
De modo geral, em (32), observamos que a condicionalidade está marcada não por um juntor comum do tipo *se*, que pode expressar possibilidade, dúvida, certeza, mas por uma estrutura de natureza mais complexa, a perífrase *vai que* que codifica preferencialmente a ideia de possibilidade e marca a expectativa ou a atitude do escrevente em relação ao que está sendo exposto. Nesse sentido, a escrevente considera possível ser abusada por um homem que estava no banheiro feminino, local impróprio para ele, fato que gera suspeitas e, por isso, representa uma situação ameaçadora.

Além disso, ressaltamos que a perífrase *vai que* é resultante de um processo de gramaticalização, nos termos de Hopper e Traugott (1993), um tipo de mudança, em contextos específicos, de itens lexicais para gramaticais ou de itens menos gramaticais para mais gramaticais. O uso dessa perífrase pode representar uma tentativa de ampliar as opções do sistema das conjunções no que concerne à marcação de condicionalidade, sendo essa estratégia muito comum e produtiva, caracterizada pelo emprego da combinação *x + que*, uma representação que, segundo Longhin-Thomazi (2010, p. 135), baseada nas noções defendidas por Heine; Kuteva (2007), “[...] contém uma variável que é preferencialmente preenchida por nomes, verbos e advérbios, os principais canais de derivação desse processo de mudança comum a muitas línguas.”.

Ao interpretar a perífrase *vai que* como indicativa do nexo de condição, observamos que o verbo *ir* deixa de carregar o seu sentido mais referencial e passa a exprimir um sentido mais subjetivo, relacionado às expectativas do sujeito, ou mais especificamente nesse exemplo, a uma avaliação de caráter hipotético, tendo em vista que fica nítido o fato de a escrevente levantar possíveis hipóteses do que poderia acontecer com ela no banheiro feminino, já que havia um homem lá dentro, situação que foge ao comum e pode indicar uma circunstância de perigo, conforme já mencionamos. A esse respeito, Longhin-Thomazi (2010,

p. 147) afirma que “Ao mobilizar uma hipótese, *vai que* codifica uma atitude epistêmica, que é a avaliação de algo como possível”.

Esse caráter epistêmico é comum nas construções condicionais, uma vez que a codificação do sentido de condição envolve o levantamento de uma hipótese, que, muitas vezes, exige certa reflexão ou tomada de opinião por parte do sujeito em relação a um determinado fato. Nesse domínio hipotético, entendemos que há, em alguns casos, predisposição para uma atitude avaliativa do sujeito, como na realização da ocorrência (33):

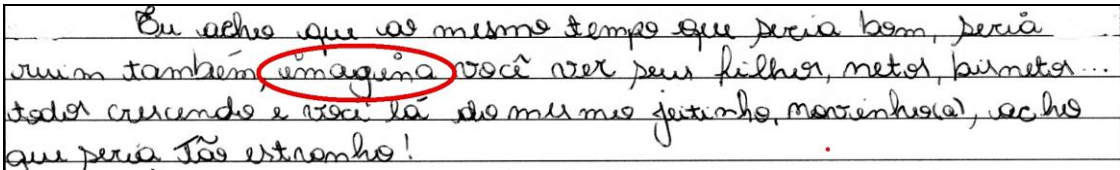
- (33) 
- [Z10_7C_12M_02]

Nessa construção, observamos que o nexos condicional é sustentado pelo emprego do verbo *virar* no gerúndio, cujo valor semântico envolve a ideia de uma ação não concluída. Essa não finitude da ação configura um traço relevante para o levantamento de uma suposição, que permite uma leitura condicional da construção em (33). Nesse sentido, Braga (2002, p. 240), ao estudar amostras de um *corpus* falado, defende que “as orações reduzidas de gerúndio podem codificar relações semânticas diferenciadas, referendando, assim, as descrições das gramáticas tradicionais”. Desse modo, em (33), a ideia transmitida pelo verbo no gerúndio corresponde a uma possibilidade e não a uma ação concreta, já que o escrevente considera a hipótese de se tornar um “Super star” e, a partir de uma atitude avaliativa, conclui que estudará em uma escola particular.

Nessa esfera das possibilidades, então, interpretamos que, na construção em (33), se instaura uma relação de condicionalidade, sustentada pelo uso do verbo no gerúndio, que pode ser parafraseada da seguinte forma “Se eu virar um Super star, tenho certeza de que a minha mãe vai me colocar em uma escola particular”. Contudo, observamos que a presença do gerúndio pode codificar diferentes relações semânticas, sendo que, de acordo com Braga (2002), as orações de gerúndio estão predispostas a codificar mais de um sentido concomitantemente. Por esse motivo, essas orações demandam um esforço maior, por parte do leitor, no que diz respeito ao processo de interpretação do significado. Sendo assim, quanto à ocorrência em (33), defendemos que a leitura condicional se sustenta pelo levantamento de uma hipótese por meio do emprego do gerúndio, aliado a uma temporalidade icônica dos

acontecimentos (primeiro vira um Super Star e depois é colocado em uma escola particular) que alimenta um sentido causal, fundamental para uma leitura implicada de condição, conforme já mostrado no Esquema 4, explicativo do canal de derivação de tempo/causa/condição.

Diante do exposto, constatamos que há uma variabilidade nos modos de expressar a condicionalidade e ressaltamos que, em muitos casos, como no emprego de orações reduzidas de gerúndio, o tipo de mecanismo utilizado para codificar condição exige um empenho maior no processo de interpretação dessa relação de sentido, tal como ocorre também em (34):

(34)  [Z10_7B_01F_01]

Nesse caso, a leitura condicional não está evidente como nas construções de condição mais prototípicas e, por isso, exige uma interpretação de outra natureza, que extrapola a simples identificação de um juntor capaz de sinalizar a relação de sentido. Nesse caso, a condicionalidade aparece indiciada pelo emprego do verbo *imaginar*, cujo valor semântico está relacionado ao domínio das possibilidades e das hipóteses. Sobre essa questão, Leão (1961, p. 55) defende que o sentido condicional pode ser apreendido pelo contexto “ficando a hipótese implícita ou exprimindo-se com o auxílio de um verbo de conteúdo semântico apropriado, como *imaginar*, *supor*, etc.” Ao considerar a semântica do verbo, atribuímos à construção em (34), que configura um caso de parataxe, uma leitura implicada de condição, parafraseável por “Se você visse seus filhos, netos, bisnetos, todos crescendo e você lá do mesmo jeitinho, novinho(a), acho que seria tão estranho!”. Essa leitura justifica-se também, a nosso ver, se consideramos a relação estabelecida pelo escrevente com a proposta de produção, conforme ilustra a Figura 6:

Figura 6. Trecho da proposta de produção textual 01 do ano de 2010

- Com base no que informa a reportagem, é possível que você venha a ser imortal num futuro próximo.
- Descreva como será a sua vida, levando em conta as informações dadas pela reportagem. Conte, também, o que você pretende fazer para desfrutar dos benefícios da imortalidade.

Na Figura 6, notamos que a própria proposta de produção textual instaura uma possibilidade: a de ser imortal. A partir dessa hipótese, o escrevente inicia seu texto, que se constitui como uma “resposta” às instruções fornecidas para a produção, conforme ilustra o

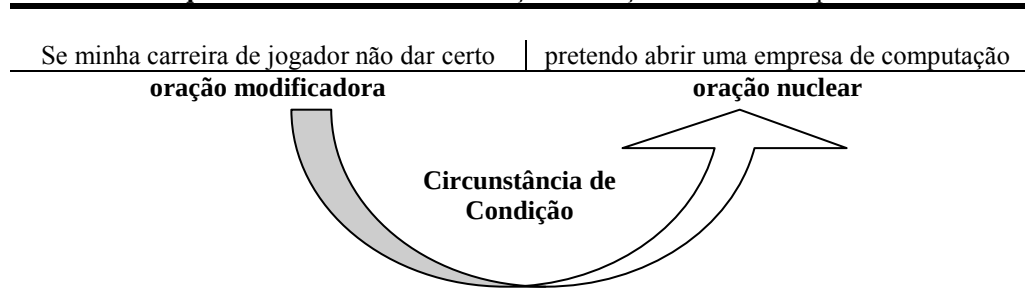
trecho em (34). Ao escolher o período “Eu acho que ao mesmo tempo que seria bom, seria ruim também [...]” para dar início ao texto, o escrevente parece responder à proposta, uma vez que não há antecedente para o conteúdo exposto nessa parte inicial, isto é, se não considerarmos as instruções de produção, é como se o texto do estudante não tivesse sentido, quando, na verdade, o que ele faz é apresentar a sua opinião sobre a imortalidade. Nesse contexto, o escrevente faz uma escolha lexical produtiva para marcar a hipoteticidade, empregando o verbo *imaginar* para levantar uma nova hipótese, que diz respeito à possibilidade de um ser imortal manter sua aparência física imutável, enquanto os demais mudam com o passar do tempo.

De acordo com as ocorrências de construções condicionais analisadas neste padrão, ao discutir os modos de expressão da condicionalidade com base em informações de natureza semântica (a proximidade entre as relações de sentido, os canais de derivação existente entre elas, a semântica dos verbos), fundamentais para a construção do sentido condicional, foi possível verificar que são variáveis as técnicas idiomáticas utilizadas nos textos do EF II. Mas, aliado a esse eixo das relações de sentido, está também o eixo das relações sintáticas, que diz respeito ao modo de combinação das orações que caracterizam o processo de junção condicional (HALLIDAY, 1985), nível para o qual se voltam as discussões que apresentaremos a seguir.

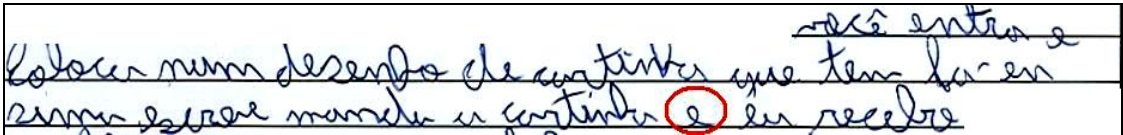
No que concerne às informações sintáticas, as construções condicionais levantadas no *corpus* são discutidas com base nas noções de parataxe e hipotaxe nos moldes de Halliday (1985), para o qual as combinações do eixo tático se dão em um processo de modificação de orações. Conforme discutido anteriormente, a parataxe configura-se como um mecanismo em que as orações relacionadas são de mesma natureza, já a hipotaxe caracteriza-se como um mecanismo em que as orações relacionadas são de naturezas diferentes, os estatutos são desiguais, sendo uma oração modificadora da outra.

As construções hipotáticas que caracterizam o padrão semântico de condição são predominantemente aquelas marcadas pelo uso do juntor *se*, conforme os exemplos em (30) e (31), respectivamente, discutidos acima. Em ambos os casos há uma arquitetura sintática constituída por uma oração nuclear e uma modificadora, sendo esta última, de acordo com o eixo de realce proposto por Halliday (1985), responsável por enfatizar o sentido da oração núcleo, indicando uma dada circunstância, como ocorre também nos exemplos em (32), construção com a perífrase *vai que*, e (33), construção com uma oração reduzida de gerúndio. Em todos esses casos, há uma dependência sintática maior entre as sentenças, de maneira que uma oração atua sobre a outra em um processo de modificação, como ilustra o Esquema 5:

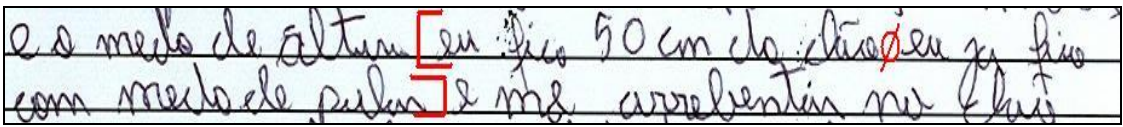
Esquema 5. Processo de combinação de orações no eixo da hipotaxe



Nos períodos paratáticos, por sua vez, como indicam os trabalhos de Halliday (1985), Paiva e Braga (2010) e Longhin-Thomazi (2011), a sintaxe diferencia-se da apresentada no Esquema 5, tendo em vista que as orações relacionadas são de estatutos iguais, não havendo o mesmo grau de dependência estrutural dos períodos hipotáticos, conforme ilustra a construção em (35):

- (35)  [Z08_5A_09M_04]

Nessa ocorrência, as orações “manda a cartinha”/“eu recebo” são funcionalmente equivalentes, ou seja, são orações simples e estão combinadas sintaticamente por meio do juntor *e*, configurando um caso típico de parataxe. A leitura condicional, conforme interpretamos, sustenta-se pela relação temporal icônica estabelecida entre as sentenças, que alimenta uma leitura do tipo causa/efeito, permitindo uma interpretação condicional para a construção, parafraseável da seguinte forma “Se (você) manda a cartinha, eu recebo”. Outro caso semelhante pode ser ilustrado em (36):

- (36)  [Z09_6C_07M_02]

Nessa ocorrência, as orações também estão combinadas parataticamente, mas, diferentemente do caso anterior, são justapostas, sem a presença de um juntor explícito, o que poderia levar, a princípio, à conclusão de que são sentenças sem dependência estrutural e de sentido, um tipo de coordenação conforme proposto pelas gramáticas tradicionais. No entanto, não é de fato o que se pode concluir de casos como esse, se for levada em consideração, por exemplo, a existência de uma simetria morfossintática, caracterizada pelo partilhamento do

tempo/modo verbal, e partilhamento do sujeito das orações, o que garante certo grau de interdependência entre as sentenças que, do ponto de vista semântico, fica ainda mais saliente, pois a sequência dos fatos, nesse caso, “ficar no alto” e “ficar com medo”, é focalizada de modo a enfatizar a totalidade do evento e não necessariamente as partes que o constituem, aspecto discutido também por Paiva e Braga (2010). Sendo assim, parece que os eventos relacionados “ficar a 50cm do chão” e “ficar com medo” representam um único momento, fato indicativo de uma dada integração entre as orações. Ademais, as orações relacionam-se não em um tempo icônico, como em (35), mas em um tempo contingente, garantido, principalmente, pelo emprego do presente do indicativo, fato que permite uma leitura do tipo “Sempre que fico 50cm do chão, eu já fico com medo de pular”, essa contingência ou habitualidade, por sua vez, pode sustentar uma interpretação condicional para a construção (HIRATA-VALE, 2008).

Desse modo, a construção em (36), que admite a leitura condicional “Se eu fico 50cm do chão, eu já fico com medo de pular [...]”, configura um tipo de parataxe que não só prevê determinado grau de dependência entre as orações, diferentemente, é claro, daquela dependência típica do caso de hipotaxe, ilustrado no Esquema 5, mas que também permite pensar em construções que estão em fronteiras fluidas entre parataxe e hipotaxe, tomadas aqui como processos não-discretos, podendo estar próximas uma da outra, a depender do modo de configuração dos mecanismos de junção empregados, que cruza informações tanto do nível sintático como do nível semântico.

Conforme a discussão apresentada, podemos afirmar que, no padrão semântico de condição, os períodos hipotéticos iniciados por *se*, apesar de não representarem o único meio para expressar a condicionalidade, caracterizam o esquema com maior recorrência e produtividade no *corpus*, já que mais de 70% dos casos de construções condicionais codificadas nesse padrão contam com o emprego desse elemento juntivo, considerado como juntor condicional mais prototípico. A alta frequência no emprego desse juntor pode ser explicada pela sua prototipicidade, sendo o recurso mais antigo na expressão de condicionalidade, vindo do latim clássico, e por ser considerado como o elemento que indica, por excelência, a ideia de condição, abarcando um número amplo de acepções condicionais, enquanto outros jutores são mais específicos, codificando determinadas nuances de condição. Nesse sentido, sinaliza Leão (1961, p. 72):

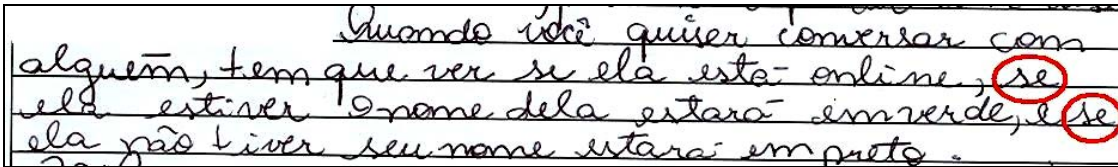
Em primeiro lugar, é nas estruturas de frase iniciadas por *se* que melhor se evidencia a relação lógica entre os dois fatos. Depois, ao passo que as outras conjunções excetam um fato hipotético ou exprimem aquilo que se exige como condição, ou

acentuam a contingência da hipótese, *se* exprime a hipótese pura e simplesmente. A prova é que, quando precisamos explicar qualquer dos giros que impliquem uma idéia de condição, usamos como “identificador” um período iniciado por *se*.

Diante dessas afirmações, destacamos que a prevalência das construções de condição, marcadas pelo emprego do juntor *se*, aliada aos demais casos desse padrão, que fogem aos esquemas mais comuns de expressão da condicionalidade, evidenciam a variação nos modos de codificar essa relação condicional, que conjuga informações de vários níveis de análise e o emprego de diferentes jutores, mas também permite o reconhecimento de diferentes padrões pragmáticos de uso, relacionados aos diferentes propósitos comunicativos dos escreventes, conforme discutimos a seguir.

Verificamos que as construções pertencentes ao padrão semântico de condição revelam funções pragmáticas diversificadas, envolvendo as diferentes intenções do escrevente na comunicação, que serão discutidas com base nos domínios pragmáticos propostos por Sweetser (1990), para quem uma construção condicional pode envolver informações de diferentes níveis: (i) o nível do conteúdo, (ii) o nível epistêmico e (iii) o nível dos atos de fala, conforme explicitamos na Seção 2.

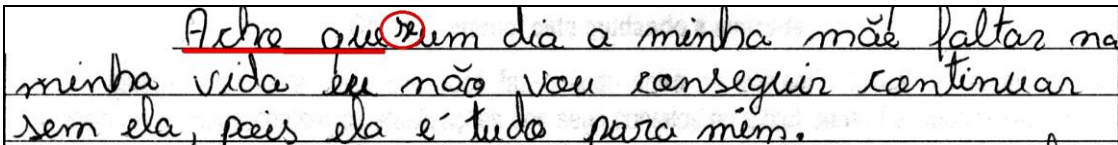
No nível do conteúdo, as relações estabelecidas entre as sentenças envolvem eventos do mundo sócio-físico, mais próximos da realidade do sujeito, podendo haver, como defende Sweetser (1990), um nexos de causalidade entre as orações, conforme o exemplo (37):

- (37) 
- [Z08_5A_02F_04]

Em (37), observamos um trecho tipicamente condicional, constituído por duas construções iniciadas pelo juntor *se*. Em ambos os casos, a relação que se estabelece é de natureza objetiva, entre fatos concretos do mundo, em que o escrevente explica como funciona uma conversa em contexto virtual. A condicionalidade expressa nos dois esquemas é alimentada por uma relação de causa/consequência, na qual um dado evento, por exemplo, “estar online”, desencadeia outro fato “o nome estar em verde”, que não estão ligados às experiências mentais dos escreventes, ao contrário, são fatos próximos da realidade objetiva desses sujeitos.

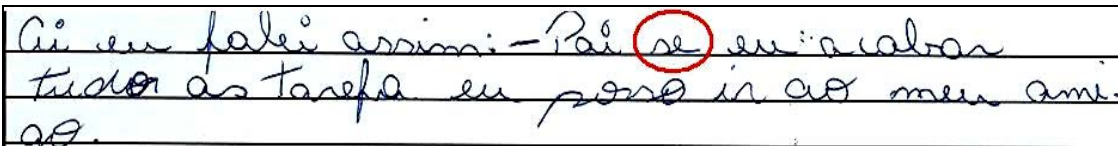
No nível epistêmico, que extrapola o domínio da lógica, pois as orações relacionam-se em uma esfera mais subjetiva, segundo Sweetser (1990), as relações que se estabelecem são

mais abstratas. Nesse domínio, entram em jogo, por exemplo, as crenças e as avaliações do sujeito a respeito de um determinado evento, por esse motivo, é comum que as construções pertencentes a esse nível apareçam mais tarde, como defendem Sanders e Evers-Vermeul (2010), para o quais as relações no domínio do conteúdo são adquiridas antes que aquelas pertencentes ao domínio epistêmico e de atos de fala, conforme discutimos anteriormente. A ocorrência em (38) representa esse tipo de relação estabelecida no domínio epistêmico e foi retirada de um texto produzido no último ano do EF II:

- (38)  [Z11_8D_06F_01]

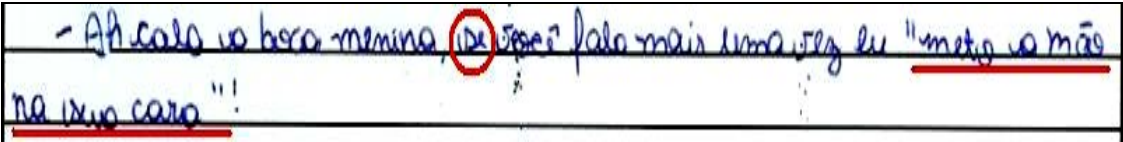
Nessa ocorrência, claramente há uma postura avaliativa do escrevente, que julga não conseguir viver sem a presença da mãe, uma vez que a considera como fundamental em sua vida. Esse caráter mais abstrato da construção condicional epistêmica, nesse caso, pode ser enfatizado, por exemplo, pelo emprego de *acho que*, conforme grifado em vermelho no exemplo em (38), que sugere, nesse contexto, um caráter mais subjetivo, relacionado às expectativas e crenças do sujeito.

No nível dos atos de fala, por sua vez, a relação que se configura entre as sentenças é de outra ordem, o evento descrito na sentença condicional, como sinaliza Sweetser (1990), motiva um ato de fala, afirmativo, exclamativo ou interrogativo, que constitui a oração nuclear, conforme o exemplo (39):

- (39)  [Z09_6A_06M_03]

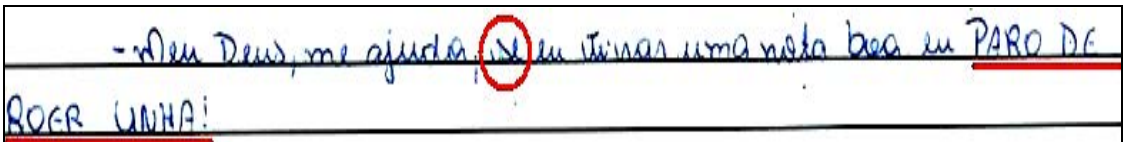
A sentença “se eu acabar tudo as tarefa” é condição necessária para a realização do ato de fala interrogativo presente na oração principal “eu posso ir ao meu amigo”, mesmo que não sinalizado por um ponto de interrogação. Nesse caso, a sentença condicional representa uma forma de negociação, um recurso persuasivo utilizado pelo escrevente na tentativa de convencer o pai a deixá-lo sair de casa. Nesse sentido, destacamos que os esquemas de junção condicional são empregados com os mais diferentes propósitos comunicativos, sendo a estratégia de persuasão apenas um deles.

Outra estratégia comunicativa desempenhada pelas condicionais no padrão semântico de condição é a de ameaça, de acordo com Fillenbaum (1986), empregada como um recurso de intimidação, cujo uso é intencional e revela as finalidades comunicativas do falante, conforme o exemplo em (40):

- (40)  [Z09_6B_03F_03]

Essa ocorrência ilustra uma discussão entre mãe e filha, na qual a figura materna está bastante nervosa diante de algumas atitudes da adolescente, então, como forma de intimidar a garota, afirma enfaticamente “meto a mão na sua cara”, que se configura como um ato de fala de advertência. Esse caráter de intimidação fica evidente, também, por conta de outro ato de fala que introduz o trecho “Ah cala a boca menina”, uma forma de ameaça bastante comum em um diálogo face a face, situação relevante para se utilizar uma condicional como forma de advertir o interlocutor, conforme defende Hirata-Vale (2008) em relação às construções condicionais paratáticas. Verificamos, então, que, nesse esquema, a relação de condição dá-se no domínio dos atos de fala, pois o que está expresso na sentença condicional oferece o contexto em que se torna pertinente o ato de fala da oração núcleo e, nessa ocorrência, o ato de fala exclamativo “meto a mão na sua cara!” é empregado justamente para conseguir um resultado em relação ao interlocutor.

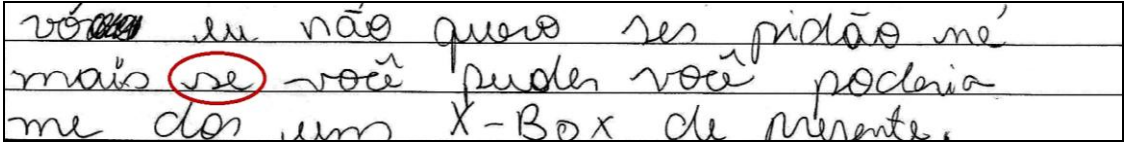
De modo semelhante funcionam as construções condicionais de promessa, utilizadas, muitas vezes, como uma estratégia de indução, em que o enunciador deseja obter algo do seu interlocutor e, para tanto, promete alguma coisa em troca daquilo que almeja, como na ocorrência em (41):

- (41)  [Z09_6B_03F_01]

O conteúdo de (41) não configura um caso de interação face a face, visto que a promessa expressa pelo ato de fala “paro de roer unha” direciona-se a uma figura divina, contudo, a ocorrência também representa uma situação de diálogo. Nesse caso, a recompensa esperada é “tirar uma nota boa”, conteúdo expresso na sentença condicional, que garante o

caráter argumentativo da construção. Como se vê, a condicional funciona como uma estratégia discursiva e está diretamente relacionada aos efeitos perlocucionários sobre o interlocutor, corroborando a tese de Fillenbaum (1986). Por isso, é válido destacar o uso das letras maiúsculas na oração que expressa promessa, uma vez que parece colocar o juramento em plano de relevância, conferindo-lhe um caráter de confiabilidade, ou seja, é como se o enunciador estivesse garantindo o cumprimento do que foi prometido na expectativa de ter seu pedido atendido.

Analisamos também construções condicionais, cuja estratégia comunicativa é a da polidez, empregadas, de modo geral, para “suavizar” o conteúdo que se enuncia, bem como em situações nas quais o enunciador tem o objetivo de convencer seu interlocutor a fazer algo, como ilustra a condicional em (42):

- (42) 
[Z10_7A_06M_06]

Em (42), interpretamos que o escrevente direciona um pedido ao interlocutor, que corresponde ao desejo de ganhar um “X-Box” de presente, entretanto, essa vontade não é imposta como algo que precisa, obrigatoriamente, ser realizado, já que o verbo empregado na oração condicional está no modo subjuntivo, caracterizando um grau de hipótese mais elevado. Sendo assim, é como se o escrevente deixasse claro para o interlocutor que é uma escolha deste atender seu pedido ou não, ficando evidente que o desejo não é uma imposição. Desse modo, o enunciador preserva a face do seu interlocutor, oferecendo-lhe a opção de realizar ou não o que foi sugerido, bem como impede qualquer forma de conflito que poderia surgir caso o pedido fosse imposto de modo obrigatório. A esse respeito, Hirata-Vale e Oliveira (2003) destacam que a condicionalidade, enquanto estratégia de polidez, tanto permite ao falante demonstrar respeito pelo ouvinte, preservando-lhe a face e dando-lhe liberdade de escolha, como auxilia a convencê-lo de realizar a ação proposta. De modo geral, com base nesse último exemplo, assim como nos demais aqui apresentados, é possível concluir que as construções de condição parecem representar diferentes estratégias comunicativas, empregadas, principalmente, com o objetivo de persuasão.

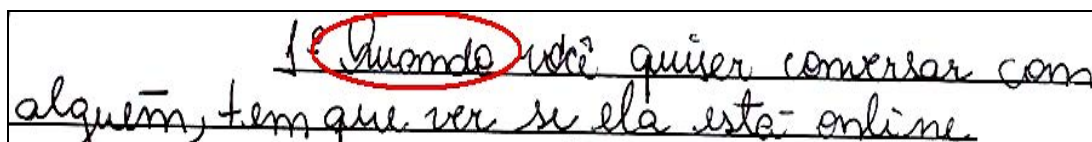
Nesta subseção, descrevemos o padrão semântico de condição, analisando as construções condicionais segundo os eixos semântico, sintático e pragmático de uso e verificamos que as escolhas dos escreventes para codificar o nexo de condição são variáveis

no que diz respeito a todos os níveis de análise, revelando diferentes modos para a expressão da condicionalidade e a complexidade dessa relação de sentido. Todavia, o padrão semântico de condição não foi o único encontrado no *corpus*, como já mencionamos anteriormente, o que indica uma variação ainda maior nos esquemas empregados pelos escreventes para marcar a relação condicional que, em muitos casos, aparece atrelada a outras relações de sentido, como mostraremos nas subseções seguintes.

5.1.2 O padrão semântico de tempo/condição

A partir desta subseção, abordamos, mais detalhadamente, a fluidez nos limites existentes entre as relações de sentido, destacando que nem todas as construções encontradas expressam nitidamente o nexos de condição, como nos casos dos períodos hipotéticos iniciados por *se*, conforme discutido em 5.1.1, muitas vezes, há casos em que o limite entre uma relação e outra é tênue demais e torna-se difícil classificá-las. É, nesse sentido, que defendemos a não-discretude na classificação dessas construções, o caráter derivacional das relações de sentido (Kortmann, 1997), bem como a variabilidade na codificação da condicionalidade. No que segue, discutimos o padrão semântico de tempo/condição, que, para nós, envolve ambiguidade no reconhecimento do sentido condicional, relacionado com diferentes noções temporais, como mostra o exemplo (43):

(43)



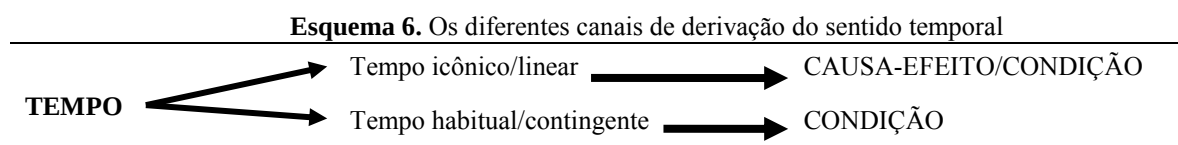
Se quando você quiser conversar com alguém, tem que ver se ela está online.

[Z08_5A_02F_04]

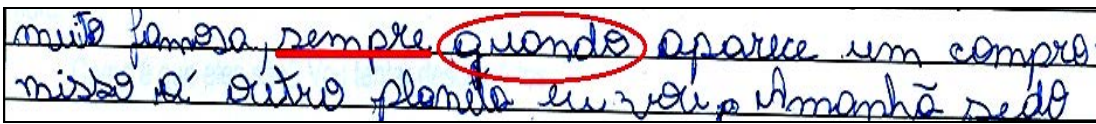
Em (43), o mecanismo de junção mobilizado pelo escrevente corresponde ao uso do conjutor *quando*, empregado prototipicamente para a marcação de relações temporais, porém, permite, nesse contexto, uma leitura implicada de condição, parafraseável por “Se você quiser conversar com alguém, tem que ver se ela está online”. Nota-se que, para esse mecanismo, a condicionalidade não é tão evidente, pois há uma convivência entre os sentidos temporal e condicional. Essa relação de proximidade entre as noções de tempo e de condição já foi bastante discutida na literatura e, conforme defendem Neves; Braga (1999), Dancygier; Sweetser (2000), Rodrigues (2001) e Hirata-Vale (2008), existem vários casos de construções temporais que podem ser interpretadas como condicionais a depender de fatores sintáticos (morfologia verbal), semânticos e pragmáticos (intenções do falante).

Assim, em (43), verificamos que a condicionalidade deriva em grande parte de uma relação temporal diferente daquela do Esquema 4, que se caracterizava pela sucessão de eventos no mundo. Em (43), a relação temporal é outra, uma vez que expressa recorrência ou habitualidade e não mais uma ordem icônica de fatos. Essa relação habitual decorre, por exemplo, do emprego do futuro do subjuntivo, que tem valor fortemente temporal e condicional, e permite a leitura “Sempre que você quiser conversar com alguém, tem que ver se ela está online”, esse tempo recorrente, por sua vez, sustenta a leitura de condição.

Nessa via de análise, a relação temporal pode alimentar diferentes sentidos a depender do tipo de tempo codificado pela construção, ou seja, não é qualquer nuança temporal que pode sustentar uma leitura de condição. Com base nos exemplos discutidos anteriormente, notamos que o sentido temporal, que caracteriza uma sucessão de eventos no mundo, isto é, um tempo icônico, alimenta o sentido de causa/efeito, que pode ou não sustentar uma leitura condicional, enquanto a noção de tempo habitual/contingente alimenta, frequentemente, o sentido de condição, corroborando Kortmann (1997) e Longhin-Thomazi (2011), como indica o Esquema 6:



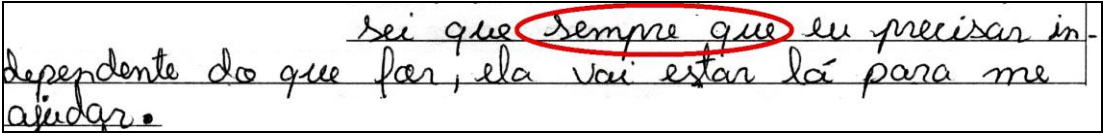
De acordo com o Esquema 6, entendemos que os sentidos de tempo e condição podem ser intercambiáveis, fato que decorre, em determinados casos, da presença de um tempo habitual/recorrente, conforme (43), e também (44), em que a habitualidade aparece ainda mais reforçada pela presença de *sempre*:

(44) 

[Z08_5B_02F_05]

No exemplo em (44), o tempo habitual decorre do emprego dos verbos no presente do indicativo que, segundo Hirata-Vale (2008), configura um dos contextos mais produtivos para a marcação de habitualidade. Contudo, nesse caso, a noção de tempo recorrente é reforçada pelo uso do advérbio *sempre*, que aparece introduzindo a oração temporal. A esse respeito, Longhin-Thomazi (2011, p. 159) defende que “a contingência opera de maneira diferenciada no eixo do tempo, sinalizando uma habitualidade, uma eventualidade temporal, admitindo, em

português, paráfrase com *sempre que*.”, conforme indicamos na ocorrência apresentada em (43), assim como ocorre na construção em (45), cujo esquema de junção mobilizado corresponde exatamente ao uso dessa perífrase temporal:

- (45)  [Z11_8D_06F_01]

Na ocorrência em (45), a relação tênue entre os sentidos de tempo e condição se mantém, e a fluidez de sentido se dá, como vem sendo discutido, pela presença de um tempo habitual, contexto em que, de acordo com Neves (2000), Rodrigues (2001) e Hirata-Vale (2008), as construções de tempo deixam de implicar factualidade e passam a indicar eventualidade, o que significa dizer que o sentido de condição passa a coexistir com o sentido de tempo.

Essa coexistência, considerando o padrão semântico em questão, é justamente caracterizada pela marcação de um tempo contingente, reconhecido pelo emprego de determinados tempos/modos verbais, como mostramos nos exemplos anteriores, e pelo uso de juntores típicos na codificação de habitualidade, que vai além da perífrase *sempre que*, isto é, verificamos que o padrão semântico de tempo/condição caracteriza-se por construções, cujos esquemas de junção mobilizados estão na Tabela 4:

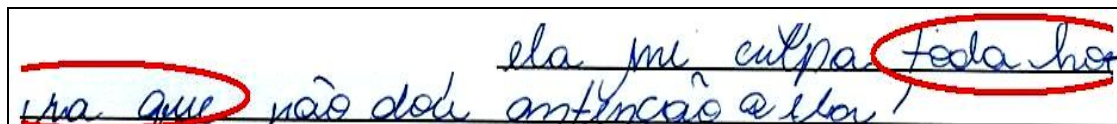
Tabela 4. Tipos de esquemas de junção para o padrão semântico de tempo/condição

quando	toda vez que	toda hora que	sempre que	no dia que	cada vez	se/cada vez que
48/56 (85%)	3/56 (5%)	1/56 (2%)	1/56 (2%)	1/56 (2%)	1/56 (2%)	1/56 (2%)

Verificamos, com base nas frequências, que o mecanismo de junção mais recorrente para o padrão semântico de tempo/condição corresponde ao uso do juntor *quando*, o mais comum na codificação do sentido temporal, que corresponde a 85% das ocorrências. Nos casos levantados, no entanto, esse juntor, aliado à morfologia verbal de cada construção, deixa de codificar o sentido de tempo puramente, marcando uma nuance temporal específica capaz de alimentar leituras condicionais para as construções, conforme mostrado nos exemplos (43) e (44). Os demais esquemas contam com poucas ocorrências, mas não deixam de ser ilustrativos para a caracterização do padrão semântico de tempo/condição, uma vez que codificam mais claramente a noção de tempo habitual/contingente, como discutido na ocorrência em (45), fundamental para uma interpretação condicional das construções. Nesses

esquemas, há certa transparência na marcação da habitualidade, decorrente do próprio sentido dos juntores, que apontam para algo que se repete no tempo, ou seja, para eventos recorrentes/habituais como, por exemplo, nos casos das perífrases *toda vez que*, *sempre que*, *toda hora que*, esta última ilustrada em (46):

(46)



[Z09_6D_02F_01]

Em (46), o sentido de condição também é motivado por uma relação temporal, indicativa de habitualidade. Porém, o esquema de junção que sustenta essa leitura condicional corresponde ao uso da perífrase *toda hora que*, aliada ao emprego dos verbos no presente do indicativo. Essa perífrase constitui um recurso bastante produtivo para marcação de tempo habitual, por conta da combinação do pronome indefinido *toda* com o substantivo *hora*, que juntos trazem a ideia de recorrência, sustentando uma interpretação condicional para a construção. No entanto, nessa combinação, notamos que o nome *hora* perde o seu sentido original, que corresponde a um horário específico, passando a indicar um tempo mais genérico.

Nesse sentido, em um trabalho que discorre sobre a forma, o significado e a origem do juntor perifrástico *(na) hora que*, em contexto de mudança linguística, Longhin-Thomazi (2011, p. 149) defende que “[...] o heterogêneo conjunto dos elementos de junção é propenso à constante transformação no tempo, sendo ampliado por meio do reaproveitamento de elementos da língua, via processos de gramaticalização.”, sendo a construção perifrástica *(na) hora que* resultante desse processo de mudança, que amplia o quadro conjuncional da língua.

A perífrase *toda hora que*, à semelhança de *(na) hora que*, também parece indicar um percurso de mudança, pelo menos no que diz respeito aos traços semânticos, já que se distancia do seu significado original e pode ser reinterpretada com novos sentidos. Sobre as alterações de sentido de *(na) hora que*, Longhin-Thomazi (2011, p. 148) propõe que essa construção pode manter do nome *hora* o significado semântico mais básico de horário concreto, em determinados contextos, ao passo que, em outros, o sentido de tempo cronológico é menos evidente, ou seja, mais opaco, o que permite que as construções sejam interpretadas em termos de causa e de condição, tal como ocorre com *toda hora que*, em (46), em que a perífrase não codifica mais, exclusivamente, uma relação temporal, deixando

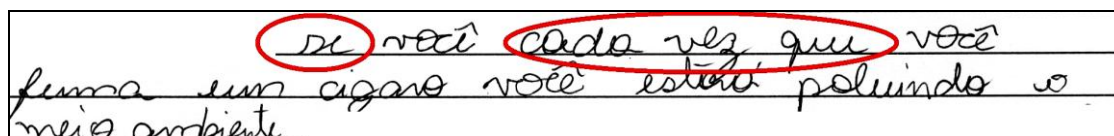
transparecer também uma nuance de condicionalidade. Nessa construção, assim como nas demais discutidas neste padrão, os sentidos de tempo e condição passam a coexistir.

Até aqui, discutimos justamente essa coexistência entre os sentidos de tempo e condição, fundamental na caracterização deste padrão semântico, dando atenção para os principais traços que envolvem essa relação de parentesco tão fluida. Contudo, para discussão completa dos processos de junção condicional, temos de considerar o eixo das relações sintáticas, que, como já dito, diz respeito a um processo de modificação de orações e prevê combinações paratáticas e hipotáticas para as construções, nos termos de Halliday (1985).

Para o padrão semântico de tempo/condição, no eixo das relações sintáticas, as combinações ocorrem, exclusivamente, no domínio da hipotaxe, diferentemente do padrão semântico de condição, discutido em 5.1.1, que contou com esquemas hipotáticos e paratáticos. Neste padrão, as orações mantêm um grau de dependência maior e possuem estatutos desiguais, sendo uma modificadora da outra, conforme os exemplos (43), (44), (45) e (46), analisados anteriormente.

Em todos esses casos, os juntores empregados mobilizam um esquema hipotático de junção, cuja oração modificadora acrescenta à oração núcleo uma dada circunstância, caracterizada pela coexistência entre as nuances de tempo e condição, que fica bastante evidente ao observarmos a ocorrência apresentada em (47), caso típico de flutuação envolvendo o emprego do juntor:

(47)



se você cada vez que você fuma um cigarro você está poluindo o meio ambiente

[Z11_8A_09M_06]

A ocorrência em (47) configura um dado singular do *corpus* por representar o único caso de flutuação “explícita”, em que é possível flagrar o modo variável no qual o escrevente lida com as normas da língua, no que diz respeito ao emprego do juntor, deixando transparecer o processo de escolha no eixo das técnicas idiomáticas, mais especificamente, no domínio da junção, uma vez que mobiliza, a princípio, o juntor *se*, prototípico condicional, e, em seguida, modifica o esquema juntivo, optando pela perífrase temporal *cada vez que*.

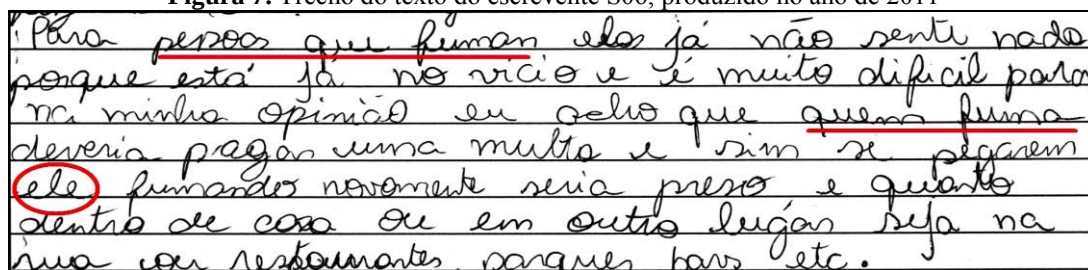
Nesse caso, fica evidente a relação de proximidade existente entre as noções de tempo e condição que aparecem, lado a lado, de um modo bastante particular, tendo em vista o processo de reelaboração realizado pelo escrevente. Nessa reelaboração, ocorre a passagem de uma hipótese, instaurada pelo uso do *se*, para um fato recorrente, marcado pelo emprego da

perífrase *cada vez que*. Nesse sentido, enquanto o uso do juntor *se* parece evidenciar uma recomendação, a reformulação seguinte constitui um alerta/advertência para os destinatários da mensagem, que retoma, por exemplo, os alertas dos maços de cigarro.

Essa transição de sentido, passando de hipótese para fato recorrente, e de recomendação para alerta/advertência, pode estar relacionada, a nosso ver, com os propósitos comunicativos do escrevente, que envolvem, no nível pragmático, as diferentes intenções do sujeito na comunicação, conforme mostramos na subseção 5.1.1. Na ocorrência em (47), pertencente ao padrão semântico de tempo/condição, observamos, claramente, o caráter argumentativo da construção, que funciona como uma estratégia discursiva, um recurso persuasivo que, segundo Fillenbaum (1986), está diretamente relacionado aos efeitos perlocucionários sobre o interlocutor, já que o escrevente tem o intuito de convencer o destinatário sobre os malefícios do cigarro.

Com esse propósito comunicativo, o escrevente parece dirigir-se não só aos fumantes, mas às pessoas em geral, com o objetivo de convencê-las a não fumar. Sendo assim, ao mobilizar o juntor *se*, que instaura uma hipótese e não uma conclusão, o escrevente não considera que o seu interlocutor seja, de fato, um fumante, mas sim qualquer pessoa que esteja propensa a esse hábito, nesse sentido, dirige-se a um interlocutor coletivo. Já, ao empregar a construção com *cada vez que*, na qual o ato de fumar um cigarro é marcado como fato recorrente e não mais como possibilidade, o escrevente dirige-se, necessariamente, a classe dos fumantes, ou seja, um interlocutor particular, a quem se reporta com maior frequência no decorrer de todo o texto, posicionando-se contra o uso do cigarro, conforme o trecho ilustrado na Figura 7:

Figura 7. Trecho do texto do escrevente S06, produzido no ano de 2011



Nesse trecho do texto, verificamos, conforme as marcações em vermelho, que o escrevente direciona-se, necessariamente, às pessoas que fumam, argumentando, em tom de alerta, a favor da proibição do cigarro. Porém, como destacamos em relação à ocorrência em (47), o escrevente tem o objetivo de persuadir não só os fumantes, mas a sociedade como um

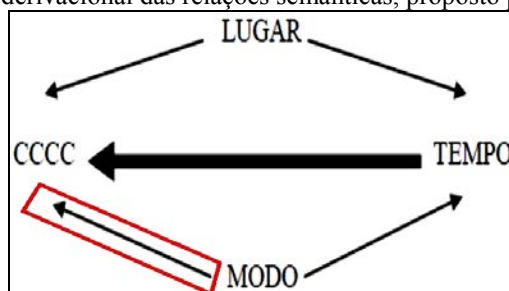
todo, sobre as consequências ruins causadas pelo hábito de fumar. Nesse sentido, acreditamos que a mudança no rumo da argumentação, mostrada por meio do caso de flutuação do exemplo (47), seja de ordem pragmática e tenha sido motivada pelos propósitos comunicativos do escrevente, que, provavelmente, por conta de dirigir-se ora a um interlocutor coletivo, a sociedade em geral, ora a um interlocutor particular, a classe dos fumantes, modificou suas escolhas linguísticas, realizando uma reformulação no que diz respeito ao emprego do juncor condicional.

Com esse exemplo de flutuação e com os demais apresentados nesta subseção, mostramos o quanto são tênues os limites entre as relações de tempo e condição, analisando as construções de acordo com os eixos semântico, sintático e pragmático de uso. Constatamos que o sentido condicional pode coexistir com o sentido de tempo, sobretudo, quando a nuance temporal indica habitualidade/contingência, principal contexto que alimenta interpretações condicionais para construções temporais. Constatamos também a variação e a complexidade nos modos de expressão da condicionalidade, que mantêm laços fluidos com diferentes relações de sentido.

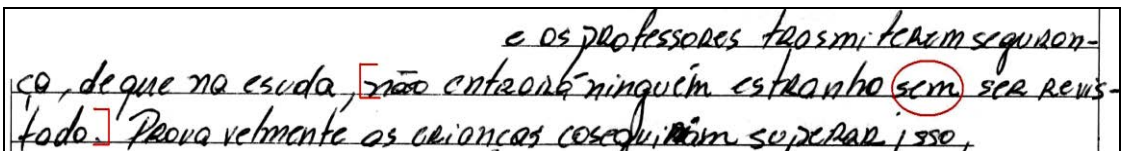
5.1.3 O padrão semântico de modo/condição

O padrão semântico de modo/condição, que abordamos nesta subseção, também ilustra de forma significativa a fluidez nas fronteiras entre as relações de sentido, apesar da baixa frequência de ocorrências: um total de nove construções, todas marcadas pelo uso da preposição *sem*, que funciona, nesses casos, como elemento juncor. Nesse padrão semântico, o sentido de modo alimenta interpretações condicionais para as construções e, conforme Kortmann (1997), esse é um canal de derivação produtivo, tendo em vista as afinidades semânticas existentes entre essas relações, como indica o esquema do autor, apresentado na subseção teórica (2.1) e retomado aqui com o objetivo de reiterar esse caminho derivacional, grifado em vermelho na Figura 8:

Figura 8. Esquema derivacional das relações semânticas, proposto por Kortmann (1997)

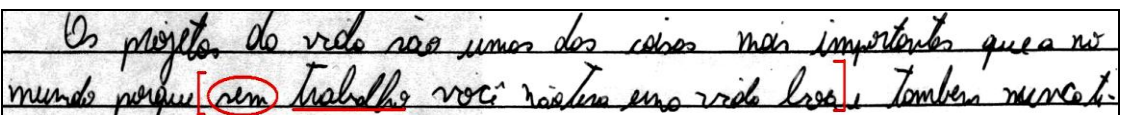


Esse canal de derivação, em que o sentido de modo alimenta as relações de causa, condição, concessão e contraste (CCCC), conforme a Figura 8, no padrão semântico em questão, restringe-se à coexistência dos sentidos modal e condicional, de forma que a nuance de modo assume um caráter de condição indispensável para a realização de um determinado fato, conforme ilustra o exemplo em (48):

- (48)  [Z11_8B_02F_03]

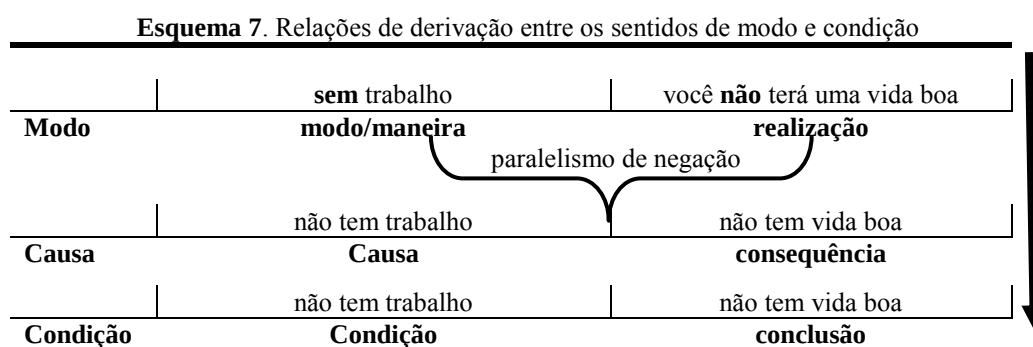
Em (48), observamos que a condicionalidade emerge de uma estrutura com uma oração reduzida de infinitivo, iniciada pela preposição *sem*. Nessa construção, as orações “não entrará ninguém estranho” e “ser revistado” relacionam-se de maneira que, a princípio, fica estabelecida entre elas uma circunstância modal. Ou seja, o modo aceitável para a entrada de alguém na escola é mediante a realização de uma revista. Considerando o significado básico da preposição *sem*, que indica ausência/negação, entendemos a construção em (48) da seguinte forma: “Não tem revista, não tem entrada”. Sendo assim, concluímos que a oração iniciada pela preposição *sem* configura-se como uma condição necessária para a realização do evento expresso na oração anterior e, desse ponto de vista, a construção inicialmente interpretada como um esquema de junção, cujo nexos estabelece uma circunstância de modo, admite uma leitura implicada de condição, parafraseável pela construção “Não entrará ninguém estranho, se não for revistado”.

Portanto, essa relação de proximidade entre os sentidos de modo e condição está relacionada, nesse padrão, com o emprego da preposição *sem*, conforme apresentamos na ocorrência em (48), que se repete em 100% dos casos levantados no *corpus*. Porém, apesar da frequência no uso desse elemento juntivo, há um tipo de esquema diferente do anterior, em que não ocorre de fato uma combinação de orações. Nesses casos, as construções são marcadas pelo uso de *sem* + substantivo, que constitui um adjunto adverbial, segundo Leão (1961, p. 64), capaz de exprimir condição, às vezes, em ambiguidade com a noção de modo, como na ocorrência em (49):

- (49)  [Z11_8A_09M_07]

No exemplar em (49), a ocorrência “sem trabalho você não terá uma vida boa” configura uma construção que também estabelece um sentido modal, já que a principal ideia expressa corresponde à crença de que a única forma/modo para se conseguir uma vida boa é trabalhando. No entanto, assim como em (48), a preposição *sem*, que pode veicular implicatura de condição, contribui para uma leitura do tipo “Não tem trabalho, não tem uma vida boa”, tipicamente condicional, parafraseável por “Se não trabalhar, você não terá uma vida boa”.

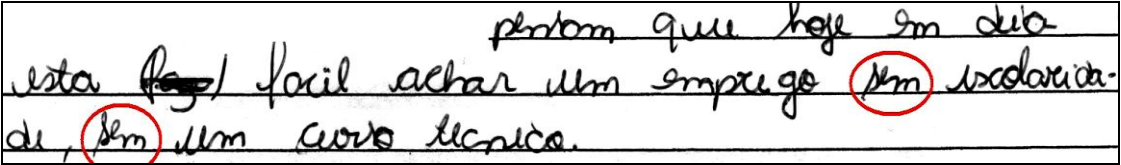
Diante do exposto, verificamos que a relação entre as noções de modo e condição tem limites fluidos, uma vez que os sentidos podem coexistir quando é possível interpretar o que se configura como “modo de realização” em termos de “condição para realização”. Sendo essa coexistência, nesse padrão semântico, sustentada principalmente pelo emprego da preposição *sem*, que codifica o significado básico de ausência e marca uma relação de causa/consequência para a construção, por meio de um paralelismo de negação, conforme apresentamos no Esquema 7, que retoma a ocorrência em (49):



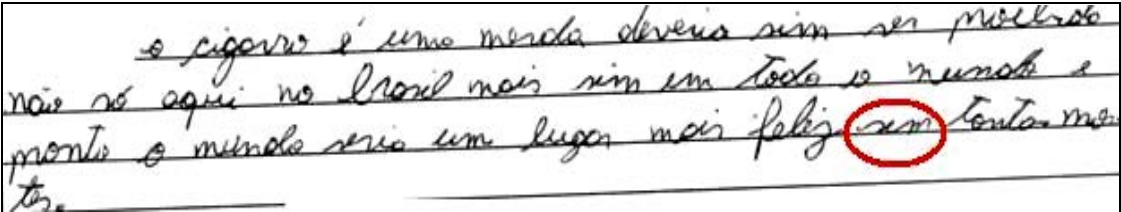
A partir do Esquema 7, verificamos que o padrão semântico de modo/condição, cujos mecanismos de junção contam, exclusivamente, com o emprego da preposição *sem*, caracteriza-se por essa relação derivacional entre os sentidos de modo, causa e condição, sendo o paralelismo, ilustrado no esquema acima, fundamental para alimentar essa derivação de sentido. Nas ocorrências em (48) e (49), esse paralelismo fica mais evidente, tendo em vista que, nas contrapartes das construções, há o emprego do advérbio de negação *não*, assim como ocorre também em outras construções constitutivas deste padrão, conforme o exemplar em (50):

(50) Para mim não tem sentido ficar ~~sem~~ nenhum sentido

Essa construção também evidencia a proximidade existente entre as noções de modo e condição, seguindo o mesmo mecanismo de junção do exemplar em (49), que interpretamos da seguinte forma “Não tem sentimento, não tem sentido ficar”, leitura que reitera a discussão exposta até o momento e legitima o tipo de relação que caracteriza o padrão semântico discutido nesta subseção. Contudo, apesar desse esquema marcado pela presença de um paralelismo de negação ser o mais recorrente e característico desse padrão, nem todas as ocorrências encontradas no *corpus* são dessa mesma natureza, em alguns poucos casos, esse paralelismo, que contribui para uma leitura de causa/efeito e, conseqüentemente, para uma interpretação condicional das construções, não aparece de forma explícita, ou seja, marcado pelo uso do advérbio *não*, exigindo a recuperação dessa relação de paridade, como no exemplo em (51):

- (51) 
[Z10_7C_11F_05]

Na ocorrência em (51), mesmo sem o emprego do advérbio *não*, a interpretação condicional sustenta-se pelo mesmo canal de derivação discutido até aqui, em que observamos o sentido modal alimentando uma relação de causa/efeito e, por sua vez, uma leitura de condição para a construção, seguindo o Esquema 7, que permite a interpretação “Não tem escolaridade/curso técnico, não é fácil achar um emprego” e, por consequência, uma leitura condicional, parafraseável pelo emprego do juntor prototípico *se*, “Se não tiver escolaridade/curso técnico, hoje em dia não está fácil achar um emprego”. Além de casos como o do exemplar em (51), há esquemas juntivos em que esse paralelismo, caracterizado por construções negativas, não ocorre, como podemos observar na ocorrência em (52):

- (52) 
[Z11_8A_19M_06]

Nesse caso, o paralelismo de negação não pode ser recuperado, pois a construção “sem tantas mortes”, ao contrário das apresentadas nos demais exemplos, tem caráter positivo, fato

que anula a possibilidade de um paralelismo em que os pares são de natureza negativa, conforme destacamos no Esquema 8, que contrapõe as ocorrências (49) e (52):

Esquema 8. Construções modo/condicionais com polaridade negativa e positiva

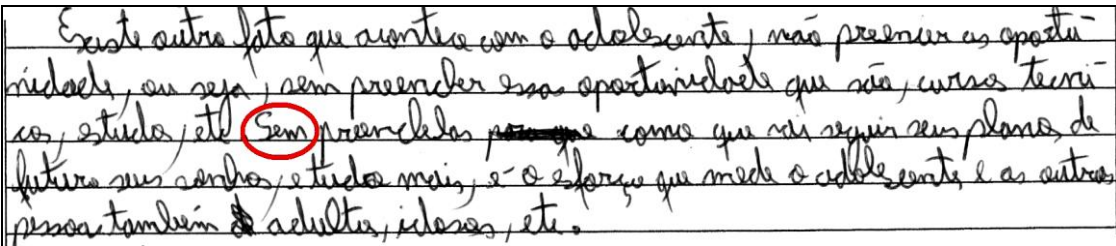
(49)	sem trabalho traço negativo	você não terá uma vida boa traço negativo
	não tem trabalho causa	não tem vida boa consequência
	paralelismo de negação	
(52)	sem tantas mortes traço positivo	o mundo seria um lugar mais feliz traço positivo
	não tem mortes causa	o mundo é um lugar mais feliz consequência

Com base no Esquema 8, observamos que há uma inversão de polaridade, uma vez que, na ocorrência em (49), o emprego da preposição *sem* marca uma ausência com valor negativo, enquanto que, na ocorrência em (52), o uso dessa preposição codifica uma ausência com valor positivo, impedindo o paralelismo que caracteriza a maior parte das construções constitutivas desse padrão semântico. No entanto, em ambos os casos, verificamos a presença de uma relação causal capaz de sustentar interpretações condicionais para as construções.

Em conformidade com as análises apresentadas, concluímos que o caminho derivacional que aproxima os sentidos de modo, causa e condição é fundamental para o reconhecimento e a caracterização do padrão semântico discutido nesta subseção, já que as ocorrências com *sem* configuram um tipo de mecanismo de junção que codifica uma nuance condicional para as construções, advinda de uma relação de modo, que perpassa os sentidos de causa/consequência.

Aliado ao eixo dessas relações de sentido, examinamos também os mecanismos sintáticos de junção mobilizados neste padrão e interpretamos que, assim como no padrão semântico de tempo/condição, as construções que codificam os sentidos de modo/condição pertencem ao domínio da hipotaxe⁶, em que há um grau maior de dependência sintática entre os elementos combinados, conforme o exemplo em (53):

⁶ Nas ocorrências em (49), (50), (51) e (52), não ocorre um processo de combinação de orações, nos termos de Halliday (1985). Nesses casos, entendemos que há a combinação de termos, de modo que se estabelece uma relação entre determinada oração e um tipo de adjunto adverbial, constituído por *sem* + substantivo, nos moldes de Leão (1961), conforme já citado. Apesar de não configurar um esquema prototípico de junção, consideramos o mecanismo mobilizado nessas construções como produtivo na codificação do sentido condicional e classificamos as ocorrências dessa natureza no domínio da hipotaxe.

- (53) 
- [Z11_8E_04M_07]

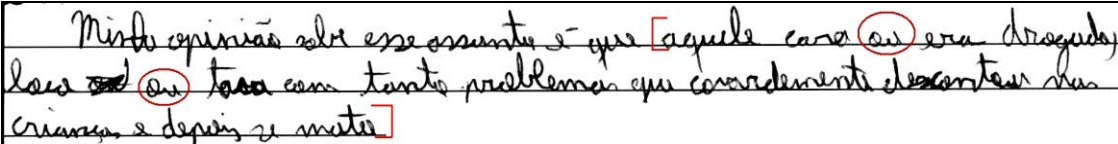
Em (53), a construção “Sem preenchê-las, como que vai seguir seus planos de futuro, seus sonhos, e tudo mais” constitui, no eixo da sintaxe, uma combinação hipotática, pois a oração “Sem preenchê-las” atua sobre a oração núcleo, atribuindo-lhe uma circunstância modal, que coexiste com o sentido de condição, seguindo o caminho de derivação que discutimos anteriormente. Nesse caso, há, entre as orações, um grau de dependência estrutural que, no modelo de Halliday (1985), configura um caso típico de hipotaxe.

Ademais, sobre a ocorrência (53), sobressai o caráter argumentativo da construção que, no nível pragmático, funciona como uma estratégia de persuasão, tendo em vista que o escrevente tem o objetivo de convencer o interlocutor de que é necessário, para alcançar planos de futuro e sonhos, aproveitar as oportunidades, que correspondem a cursos técnicos e estudos de modo geral. Nesse sentido, a construção interpretada com sentido condicional atua no domínio da argumentação, funcionando como um recurso discursivo que, nos moldes de Fillenbaum (1986), tem relação com os propósitos comunicativos do sujeito. O mesmo ocorre com as construções em (49), (51) e (52) que também possuem esse traço argumentativo, já que os escreventes defendem uma dada posição e tentam, numa estratégia persuasiva, que envolve a mobilização de esquemas condicionais, convencer o interlocutor sobre o assunto. A esse respeito, Hirata-Vale (2008) reconhece o caráter argumentativo das condicionais, defendendo que essas construções representam uma estratégia discursiva importante, dado que são empregadas com um objetivo comunicativo, ou seja, como um recurso de persuasão, conforme observamos não apenas nas construções que envolvem o sentido de modo/condição, mas também nas construções discutidas nos demais padrões apresentados.

5.1.4 O padrão semântico de alternância/condição

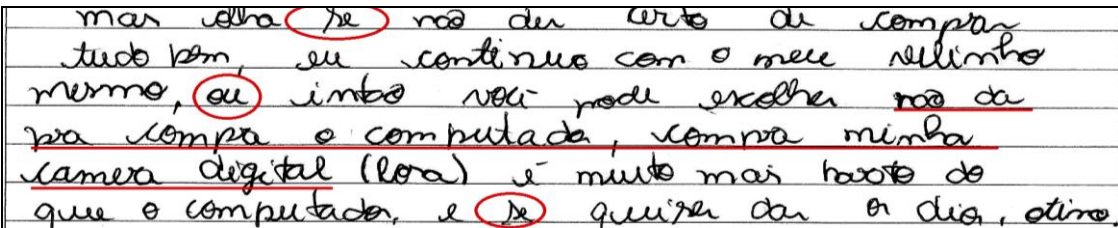
Nesta subseção, apresentamos o último padrão semântico levantado no *corpus*, denominado de alternância/condição, dando continuidade às discussões a respeito da variação nos mecanismos empregados pelos escreventes do EF II para codificar o sentido condicional. Nesse padrão, observamos a relação de alternância, alimentando um tipo de condicionalidade

diferente dos esquemas que já mostramos nos demais padrões. Apesar de ser constituído por apenas duas ocorrências, o padrão de alternância/condição caracteriza-se por representar outro modo possível de codificar o sentido condicional, como ilustra a ocorrência em (54):

- (54) 
- [Z11_8E_07M_03]

Em (54), verificamos que as orações relacionam-se de tal forma que ficam evidentes duas alternativas, visto que o escrevente está discutindo sobre o que teria levado um rapaz a maltratar crianças indefesas e depois cometer o suicídio, e, nesse contexto, as alternativas propostas são: (i) o cara era drogado ou (ii) o cara estava com muitos problemas. Essas opções estão organizadas em um esquema de junção indicativo de alternância, marcado pelo uso do juntor prototípico *ou*. Contudo, notamos que esse traço de alternância envolve a consideração de duas hipóteses/suposições, tomadas como ponto de partida para a conclusão de uma idéia expressa na oração “[...] descontentou nas crianças e depois se matou.”. Diante disso, apesar de consideradas como orações alternativas, é nítido o caráter hipotético da construção, que permite uma leitura do tipo “Se não era drogado, estava com muitos problemas” ou o contrário “Se não estava com muitos problemas, era drogado”.

Nesse esquema de junção, os sentidos de alternância e condição coexistem, sendo a arquitetura sintática, característica desse padrão semântico, pertencente ao domínio da parataxe, cujas orações relacionadas são de mesmo estatuto. Em (54), há o que denominamos de equivalência funcional, já que as orações são simples e estão combinadas sintaticamente por meio do juntor *ou*. Nesse sentido, temos uma típica construção de alternância, caracterizada pelo esquema “*x ou y*”. Esse mecanismo, por sua vez, envolve um processo de escolha de alternativas, que coloca em evidência um caráter condicional para a construção, ao reinterpretarmos o esquema da seguinte forma “*se não x → então y*”, como observamos na ocorrência em (55):

- (55) 
- [Z10_7A_09F_06]

Em (55), “não dá pra comprar o computador, compra minha câmera digital”, grifada em vermelho na imagem acima, não ocorre o emprego do juntor prototípico de alternância *ou*, como na ocorrência (54). Nesse caso, a construção configura um tipo de parataxe por justaposição, mas, mesmo assim, é possível verificar a existência de duas alternativas, isto é, a compra de um computador ou de uma câmera digital, sendo esse caráter de alternância, marcado pelo trecho “você pode escolher”, característico do processo de seleção/escolha que envolve os esquemas de alternância, assim como pela presença do juntor *ou*, que antecede a construção, conforme circulado em vermelho na imagem em (55). Além disso, constatamos que, nesse trecho, as noções de alternância e condição estão, de fato, numa coexistência, marcando as proximidades existentes entre essas relações de sentido, uma vez que, tanto antes como depois da construção justaposta, constitutiva desse padrão semântico, aparecem construções condicionais propriamente ditas, marcadas pelo uso do juntor *se*.

Ressaltamos ainda que o trecho apresentado em (55) é fortemente argumentativo, dado que o escrevente tem o intuito de convencer o interlocutor a comprar um presente, que pode ser um computador ou uma câmera digital. Contudo, mais do que mostrar o traço argumentativo desse trecho, constituído de construções condicionais e de alternância, destacamos a estratégia comunicativa empregada na argumentação, a da polidez, nos termos de Hirata-Vale e Oliveira (2003), para as quais esse é um recurso discursivo que possibilita ao falante demonstrar respeito pelo interlocutor, dando-lhe a opção de escolha.

Desse ponto de vista, na ocorrência em (55), o escrevente não impõe seu pedido como algo obrigatório, já que, ao afirmar “você pode escolher”, dá liberdade de opção para o interlocutor, ou seja, o pedido é dirigido de modo educado/polido, o que representa uma estratégia de persuasão, empregada para “suavizar” o que está sendo solicitado. Ao utilizar esse recurso, de acordo com Hirata-Vale e Oliveira (2003), a face do interlocutor fica preservada e anula-se a possibilidade de conflito entre as partes, visto que o pedido não foi imposto, mas sim sugerido. Sendo assim, no nível pragmático, que envolve as intenções comunicativas do sujeito, de modo geral, as construções condicionais funcionam como recursos discursivos que atuam, significativamente, no domínio da argumentação, não apenas as construções prototípicas, analisadas no padrão semântico de condição, mas também aquelas que apresentamos nos demais padrões que constituem o *corpus* desta pesquisa.

Em suma, nesta subseção (5.1), analisamos as construções condicionais segundo quatro padrões semânticos encontrados no *corpus* e, para tanto, lançamos mão de um aparato teórico que, considerando o fenômeno da junção, objeto de análise desta pesquisa, conjuga o

pareamento entre forma e conteúdo semântico e pragmático das construções. Dessa perspectiva, destacamos: (i) os principais aspectos relacionados ao eixo das relações de sentido, mostrando como o nexo de condição é complexo e pode ser codificado de modos distintos na língua, uma vez que mantém laços de proximidade com diferentes relações de sentido, tais como a de tempo, modo e alternância; (ii) a variação nas formas de codificar a relação de condicionalidade no eixo da sintaxe, que envolve o reconhecimento de esquemas paratáticos e hipotáticos de junção, além do emprego de diferentes juntores; (iii) as diferentes funções discursivas desempenhadas pelas construções condicionais, dentre as quais estão a de ameaça, promessa e polidez, todas funcionando como estratégias argumentativas que, no nível pragmático, relacionam-se com as intenções do sujeito na comunicação.

5.2 Sistematização dos dados, ao longo do EF II, conforme três eixos de análise: semântico, sintático e pragmático

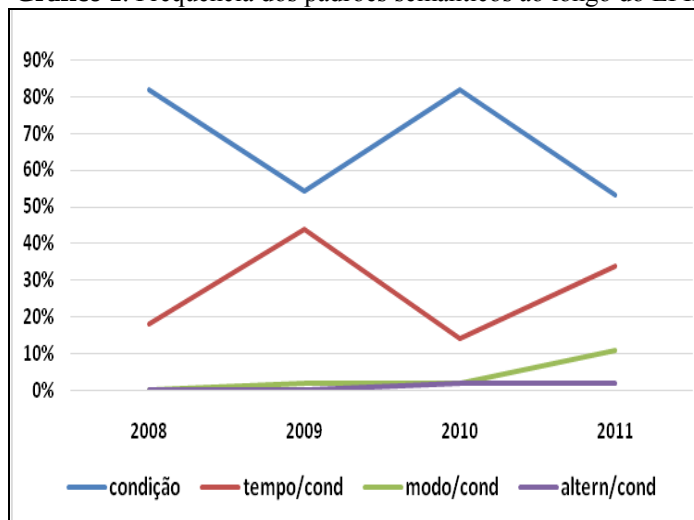
Nesta subseção, apresentamos uma sistematização dos resultados alcançados, por meio de um viés de caráter mais quantitativo, que privilegia as frequências das construções condicionais, segundo os três eixos de análise discutidos na subseção anterior (5.1): o das relações semânticas, o das relações sintáticas e o das relações pragmáticas. O objetivo é apresentar os resultados obtidos a partir da análise dos diferentes padrões de condição, em função desses quatro anos de escolarização, reconhecendo possíveis correlações entre os tipos de condicionais e cada ano escolar do EF II e um possível aumento de complexidade cognitiva das construções no decorrer desse período, o que justifica o recorte longitudinal desta pesquisa. Para tanto, iniciamos pela sistematização das informações referentes ao nível das relações semânticas, passando para o eixo da sintaxe e concluindo com os resultados que dizem respeito ao nível pragmático de análise.

Com base na discussão dos padrões semânticos, verificamos que a expressão da condicionalidade não se restringe apenas ao esquema lógico $se\ p \rightarrow q$, tradicionalmente chamado de período hipotético, base da relação semântica de condição, ao contrário, observamos que, em muitos casos, é preciso conceber proximidades entre determinadas relações para, então, reconhecer uma possível leitura implicada de condição em mecanismos de junção que prototipicamente indicam outras relações de sentido, conforme mostramos a partir das análises dos padrões semânticos de tempo/condição (5.1.2), modo/condição (5.1.3) e alternância/condição (5.1.4).

Sobre essa convivência entre as relações semânticas, Leão (1961, p. 22) argumenta que “[...] as várias idéias expressas pelo conjunto do período hipotético às vezes não se distinguem nitidamente. Há casos em que é quase impossível saber se se trata de causa ou condição, de condição ou tempo, de condição, concessão ou restrição.” Desse modo, considerando a discussão das ocorrências analisadas nos quatro padrões semânticos, e compartilhando das tendências defendidas por Kortmann (1997), destacamos que, no que diz respeito ao nível semântico, não existe uma separação discreta entre as relações de sentido, há, na verdade, uma predisposição derivacional entre elas, de modo que uma pode dar lugar à outra por meio de um processo de derivação, o que nos permite compreender como são fluidos os limites entre as relações de sentido envolvidas nos processos de junção condicional.

Dada essa complexidade da relação condicional, que prevê uma mescla, ou melhor, uma relação polissêmica entre os sentidos de condição, tempo, modo e alternância, que caracterizam os quatro padrões semânticos discutidos, apresentamos, com base nos 196 casos de construções condicionais, o Gráfico 1, que esboça, em percentuais, a frequência de cada padrão semântico ao longo dos quatro anos do EF II:

Gráfico 1. Frequência dos padrões semânticos ao longo do EFII



O Gráfico 1 mostra que o padrão semântico de condição é o mais recorrente durante todo EF II, com frequência acima de 50% em todos os anos, atingindo os picos de 80% em 2008 e 2010, conforme a linha em azul do gráfico. Em seguida, está o padrão semântico de tempo/condição, cuja frequência varia entre 15% e 45%, sendo o pico maior marcado no ano de 2009, como indica a linha em vermelho. Os demais padrões não são mobilizados em todas as séries do EF II, o de modo/condição, por exemplo, aparece somente a partir de 2009, e o padrão de alternância-condição apenas a partir de 2010, em frequências baixas. Ambos

contam com um número reduzido de construções, não alcançando 5% dos casos, exceto em 2011, em que o padrão de modo/condição atinge uma frequência de 11%.

A partir desses dados, constatamos também que os padrões semânticos de condição e de tempo/condição seguem tendências inversas como sinalizam as linhas nas cores azul e vermelho, que marcam picos contrários no gráfico. A frequência do padrão semântico de condição aumenta nos anos escolares de 2008 e 2010, já a frequência do padrão de tempo/condição diminui. O inverso ocorre em 2009 e 2011, em que a frequência do padrão semântico de condição diminui, e aquela referente ao padrão de tempo/condição aumenta.

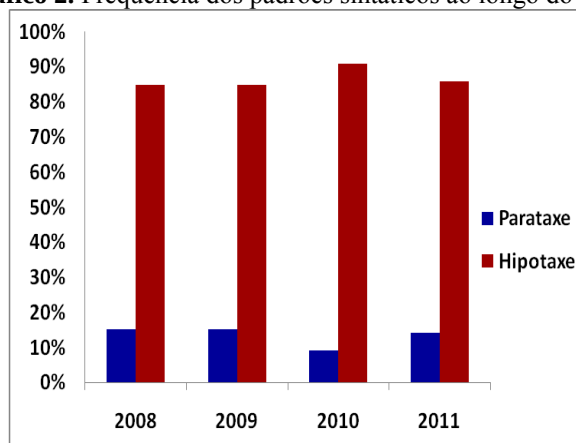
Diante dessas constatações, verificamos que há variação nos modos de codificar o sentido condicional no que diz respeito ao emprego dos padrões semânticos levantados no *corpus* que, do ponto de vista qualitativo, revela diferentes estratégias linguísticas produtivas para a marcação da condicionalidade, ou seja, em termos qualitativos, a mobilização de diferentes arranjos linguísticos, que codificam diferentes nuances de condição, demarca o quanto é complexa a relação condicional do ponto de vista semântico, pois é altamente polissêmica, conforme discutimos na subseção 5.1.

Entretanto, em termos quantitativos, os dados do Gráfico 1 mostram que a variação no emprego dos padrões condicionais não atende parte das expectativas iniciais deste trabalho, na medida em que, apesar de sinalizar a diversidade semântica das construções, as frequências obtidas não apontam para uma ampliação dos tipos de esquemas juntivos condicionais ao longo do EF II, já que predominam, em todas as séries, os padrões de condição e tempo/condição, que são os mais prototípicos, sendo muito baixas as frequências dos esquemas de modo/condição e alternância/condição, conforme já dito. Diante desses resultados, especificamente para a amostra de textos investigada, entendemos que o tempo de escolarização contribuiu pouco para aquisição de uma variedade maior de mecanismos juntivos condicionais.

No que concerne à investigação dos padrões sintáticos, conforme discutimos na subseção 5.1, as construções condicionais foram analisadas a partir do modelo sistêmico-funcional de Halliday e classificadas segundo os eixos da parataxe e da hipotaxe, que compõem o Gráfico 2⁷:

⁷ Do total de 196 construções, há três casos de condicionais, cuja leitura de condição é alimentada pelo emprego de pronomes interrogativos, que não se aplicam às noções de parataxe e hipotaxe, uma vez que possuem uma organização sintática diferente, não contemplada neste trabalho. Seguem os exemplares:

- (1) “Um dia em minha escola e e meus amigos fizemos uma excursão de um trabalho e quem ganha-se em 1º e 2º iria para a Disney.” [Z08_5B_06M_06]
- (2) “Eu combinei com ele de ir no sesc é tipo um clube aí eu levei a Karla, pois quem sabe ele dava uma chance para ela.” [Z09_6A_04F_04]

Gráfico 2. Frequência dos padrões sintáticos ao longo do EF II

A partir do Gráfico 2, verificamos que a grande maioria das ocorrências segue uma arquitetura sintática com maior grau de dependência estrutural e, nesse sentido, constituem construções hipotáticas, cujas frequências correspondem às colunas em vermelho no gráfico. Os casos de parataxe, por sua vez, são mais reduzidos e aparecem em graus variáveis nos quatro anos de escolarização, como sinalizam as colunas em azul.

No domínio da hipotaxe, as construções características do *corpus* são predominantemente aquelas marcadas pelo uso dos juntores *se* e *quando*, conforme discutido, respectivamente, nos padrões semânticos de condição e de tempo/condição. Já, no domínio da parataxe, as construções justapostas são as mais recorrentes, conforme mostramos no Quadro 7, que recupera os exemplos discutidos nas ocorrências em (30), (43) e (55):

Quadro 7. Construções condicionais no domínio da hipotaxe e da parataxe

Hipotaxe	(30) “ Se a pessoa não te dá atenção, clica na barra de ferramentas [...]” [Z08_5A_02F_04]
	(43) “ Quando você quiser conversar com alguém, tem que ver se ela está online [...]” [Z08_5A_02F_04]
Parataxe	(55) “[...] não da pra compra o computador, Ø compra minha camera digital [...]” [Z10_7A_09F_06]

Essa prevalência de construções hipotáticas ao longo do EF II, a nosso ver, pode estar relacionada com o emprego dos juntores. Sobre essa questão, constatamos que o quadro dos juntores mobilizados para a codificação do nexos de condição na amostra de textos que compõem o *corpus* é diversificado, uma vez que verificamos o emprego de diferentes elementos capazes de realizar ou colaborar no processo de junção condicional, entretanto o

(3) “Eu iria ser menos santinha, seria mais encrenquera. Prestaria varios cursos e **que sabe** eu fosse rica e ajudaria os pobres e os orfanatos.” [Z10_7C_05F_01]

juntor *se*, tipicamente hipotático, é o mais recorrente, durante os quatro anos do EF II, como sinaliza o Quadro 8:

Quadro 8. Tipologia e distribuição dos esquemas de junção ao longo do EF II

Esquemas de junção	2008	2009	2010	2011
Se	18	16	38	24
quando	05	16	08	19
Ø	01	05	05	08
sem	-	01	01	07
perífrase temporal “x + que” (ex. toda vez que, sempre que)	-	05	-	03
com isso	01	-	-	-
senão	-	02	-	01
pronome interrogativo	01	01	01	-
e	02	01	-	-
gerúndio	-	-	02	-
vai que	-	-	01	-
vai + infinitivo	-	01	-	-
desde que	-	-	-	01
ou	-	-	-	01

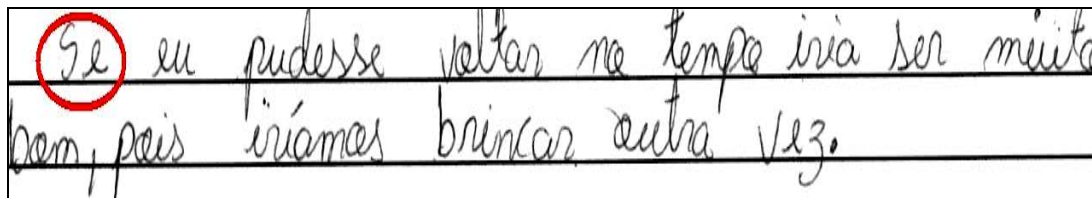
A partir do Quadro 8, observamos o uso de 14 tipos diferentes de esquemas de junção, mobilizados de modo variável no decorrer do EF II. Em 2008, por exemplo, foram empregados seis tipos, que corresponde a um percentual de 42,9%; em 2009, os alunos utilizaram oito tipos de esquemas juntivos, que equivale a 57,1%; em 2010, foram mobilizados sete tipos, totalizando 50%; e, em 2011, novamente oito tipos de juntores, que corresponde, conforme já explicitado, a um percentual de 57,1%.

Diante desses dados, notamos a variação nos mecanismos empregados para marcar o sentido condicional e reconhecemos, com isso, que a condicionalidade pode ser codificada também em construções cujos esquemas de junção mobilizados não são tão prototípicos. Todavia, a partir do Quadro 8, constatamos, em termos quantitativos, que não há uma ampliação do quadro de juntores ao longo do EF II, visto que os escreventes mobilizam poucas vezes os esquemas menos prototípicos, ficando restritos ao emprego dos juntores *se* e *quando*, que são mais comuns e, possivelmente, são itens abordados de modo mais sistematizado no EF II. Nesse sentido, o emprego frequente do juntor *se*, que é tipicamente hipotático e sofre uma ampliação nos anos finais do EF II, para nós, pode ajudar a explicar a alta frequência das condicionais no domínio da hipotaxe ao longo dessa fase escolar.

A prevalência no uso do juntor *se*, em detrimento de outros elementos juntivos, a nosso ver, está relacionada com a complexidade desses itens. Neste trabalho, consideramos que há juntores que são mais ou menos complexos a depender, por exemplo, do tipo de condicionalidade que codifica, bem como da quantidade de material que carregam. Nesse

sentido, conforme já dito, ressaltamos a prototipicidade do juntor *se*, um dos recursos mais antigos utilizados para codificar o sentido de condição, como ilustra a ocorrência em (56):

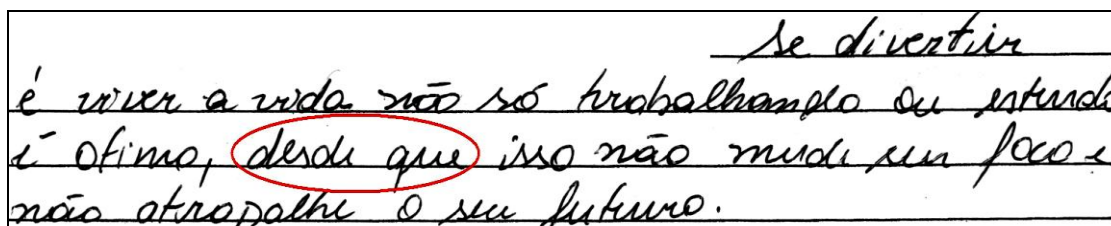
(56)



[Z09_6A_07F_06]

Em (56), observamos o juntor *se* atuando na marcação da condicionalidade, obedecendo ao esquema lógico mais tradicional, em que o *se* introduz a oração condicional do período hipotético. Em ocorrências como a apresentada em (56), não há dúvidas sobre o caráter condicional do esquema de junção, tendo em vista que o *se* funciona como juntor de condição por excelência. A esse respeito, conforme já discutimos anteriormente na Seção 4, Leão (1961) destaca que, desde a antiguidade, reconhecemos, nos textos, a partícula *si* codificando o nexo de condição, por esses motivos fica justificada a recorrência no emprego desse juntor. Além disso, o juntor *se* é constituído de pouco material, caracterizando-se como um elemento juntivo bem pequeno, mais fácil de ser mobilizado nos esquemas de junção. Sendo assim, interpretamos que os mecanismos de junção condicional, marcados pelo uso de *se*, do ponto de vista morfológico, podem ser considerados como esquemas menos complexos em relação àqueles que mobilizam jutores constituídos de mais material e que codificam determinadas nuances de condição, como é o caso da perífrase *desde que*, apresentada no exemplar em (57):

(57)



[Z11_8B_04F_07]

Na ocorrência em (57), temos uma construção de condição marcada pelo emprego da perífrase *desde que* que, neste contexto, funciona como um juntor condicional. Contudo, esse elemento juntivo é polissêmico, podendo codificar outras relações de sentido como, por exemplo, uma relação temporal. Em uma construção do tipo “Desde que cheguei, não consegui almoçar”, essa perífrase codifica tempo e não condição. Sendo assim,

diferentemente do jutor *se*, *desde que* não codifica a condicionalidade em seu sentido mais puro, como expressão de uma hipótese, essa perífrase, na verdade, excetua uma hipótese, conforme defende Leão (1961). Esse tipo de jutor exige, por exemplo, o emprego de formas verbais no presente ou imperfeito do subjuntivo, porém não aceita o uso do futuro do subjuntivo, forma verbal bloqueada pela presença do *que*. Nesse sentido, construções dessa natureza determinam manobras linguísticas mais complicadas do que a mobilização do jutor prototípico *se* na codificação do sentido condicional e, por isso, podem ser interpretadas como mais complexas, fato que, possivelmente, pode explicar a mobilização desse tipo de jutor apenas no último ano do EF II, embora somente com uma ocorrência, conforme mostrou o Quadro 8.

Apesar de considerarmos o jutor *se* como menos complexo morfologicamente, no grupo das condicionais com *se*, há aquelas que são mais ou menos complexas em função do emprego da correlação modo-temporal. Verificamos que os modos e tempos verbais mobilizados pelos escreventes motivam determinados tipos de relações, que envolvem graus de hipótese diferentes para essas construções, analisados a partir da contraposição das ocorrências apresentadas no Quadro 9:

Quadro 9. Os diferentes graus de hipótese das construções condicionais

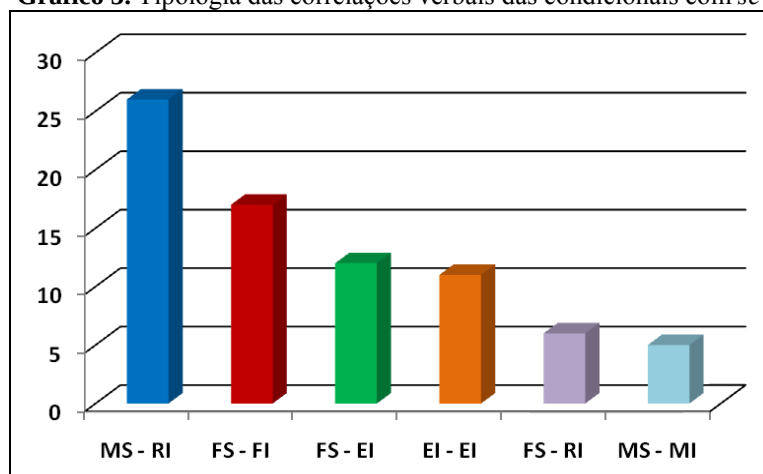
(a)	“[...] Se a pessoa não te da atenção, clica na barra de ferramentas [...]” [Z08_5A_04F_04]
(b)	“Se minha vida fosse imortal, eu não iria ter problemas que levão a morte.” [Z10_7A_02F_01]
(c)	“Se você me explicar como se usa a internet, além de converçar com você poderei converçar com amigo tia, til, avô, avo, parente e ~~outros~~ outros primos que tenho.” [Z08_5A_08F_04]

Na condicional em (a), a correlação modo-temporal mobilizada caracteriza-se pelo emprego do presente do indicativo, que atribui à construção um caráter de factualidade, isto é, nos moldes de Neves (2000), dada a realização de *p* “a pessoa não te dá atenção”, temos, necessariamente, a realização de *q* “clica na barra de ferramentas”. Esse tipo de construção é considerado pela autora como uma condicional factual, indicativa da realização de um fato. Em contrapartida, na construção em (b), a correlação modo-temporal corresponde ao uso da combinação do pretérito imperfeito do subjuntivo com o futuro do pretérito do indicativo, que confere à construção o sentido de não realização de um fato. Nesses tipos de condicionais, denominadas por Neves (2000) contrafactuais, o que fica em evidência é o traço da não-factualidade. E, por sua vez, na construção em (c), cuja correlação modo temporal corresponde ao emprego do futuro do subjuntivo, aliado ao futuro do presente do indicativo, a relação que se estabelece é de eventualidade, conforme Neves (2000), ou seja, dada a

possibilidade de *p* “você me explicar como se usa a internet”, temos a eventualidade de *q* “poderei conversar com amigo, tia, tio, avô, avó, parentes e outros primos que tenho”.

Diante dessas considerações, levando em conta a correlação verbal empregada, observamos os diferentes significados das construções condicionais, que estão relacionados com os graus de hipótese mobilizados nesses esquemas de junção. Nesse sentido, destacamos que há entre essas construções diferentes graus de complexidade, já que a hipoteticidade da condicional em (a) é menor, por isso menos complexa, do que aquela codificada nas construções em (b) e (c), em que há o uso do subjuntivo, modo verbal indicativo de possibilidade, uma nuance de sentido muito próxima da noção de hipótese, que constitui traço definidor das construções condicionais. Por esse motivo, esses tipos de correlação verbal, envolvendo o modo subjuntivo, são prototípicos nos esquemas de junção condicional, sendo as combinações mais recorrentes, por exemplo, na amostra de condicionais marcadas pelo emprego do juntor *se*, padrão com maior frequência no *corpus*, conforme indica o Gráfico 3⁸:

Gráfico 3. Tipologia das correlações verbais das condicionais com *se*⁹

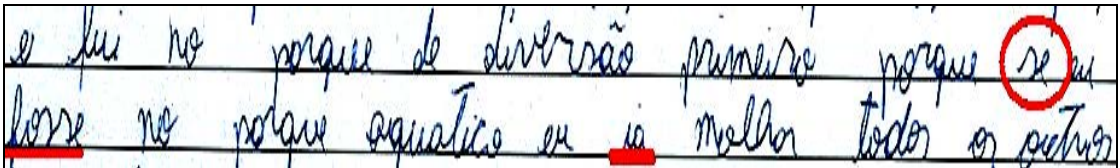


No Gráfico 3, observamos que a correlação verbal empregada com maior frequência corresponde à combinação do pretérito imperfeito do subjuntivo com o futuro do pretérito do indicativo, conforme a ocorrência em (b), seguida da correlação que combina o futuro do

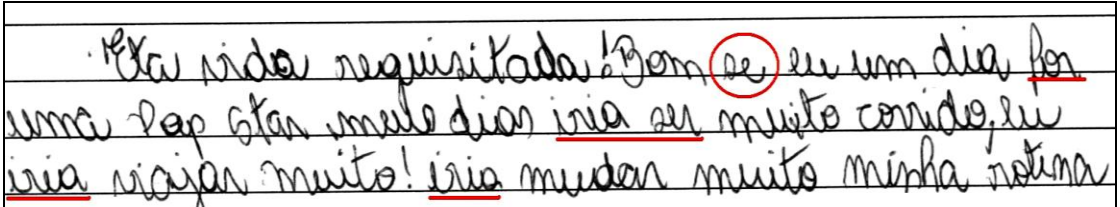
⁸ Por representar o padrão com maior frequência no *corpus*, optamos por apresentar as correlações verbais das construções condicionais iniciadas pelo juntor *se*, prototípicas nos esquemas de junção condicional, para discutirmos os graus de complexidade morfossintática dessas construções. Contudo, no Gráfico 3, não expomos todos os tipos de correlações que aparecem neste padrão, destacamos aqueles que são mais recorrentes e constituem 80% dos dados, tendo em vista que contabilizam, de um total de 96 ocorrências, 77 casos de condicionais. Os demais casos contam com frequências muito baixas, não representando tendências significativas para esta análise.

⁹ Na legenda do Gráfico 3, as letras iniciais correspondem ao tempo verbal, sendo E = presente, M = imperfeito, F = futuro e R = futuro do pretérito. As letras que ocupam a segunda posição correspondem aos modos verbais, sendo I = indicativo e S = subjuntivo.

subjuntivo com o futuro do presente do indicativo, como no exemplar em (c). Destacamos que essas combinações demandam uma manobra linguística de complexidade mais alta em relação à construção em (a), ou seja, correlacionar verbos no modo indicativo parece uma tarefa menos complexa do que correlacionar verbos no modo subjuntivo, por isso é que os escreventes contrariam a norma padrão com maior recorrência nesses esquemas de junção, como ilustra a ocorrência em (58):

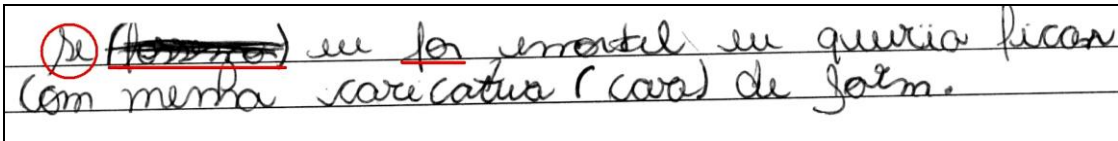
- (58)  [Z08_5A_21M_06]

Na construção em (58), verificamos que, entre os verbos da primeira e da segunda oração, não há uma correspondência conforme prevê a correlação prototípica dos esquemas de junção condicional, que alia o pretérito imperfeito do subjuntivo com o futuro do pretérito do indicativo. Nesse caso, na apódose, o escrevente mobiliza o pretérito imperfeito do indicativo, fazendo com que ocorra uma incompatibilidade na correlação modo-temporal, assim como ocorre no exemplar em (59):

- (59)  [Z10_7A_02F_02]

Nesse caso, o escrevente emprega na oração de condição o futuro do subjuntivo, no entanto, nas demais orações, que funcionam como contrapartes da prótase condicional, ao invés de mobilizar o futuro do presente do indicativo, utiliza o futuro do pretérito que, na verdade, é compatível com o pretérito imperfeito do subjuntivo, segundo regras da norma culta da língua. O que ocorre, nessa construção, é uma mescla entre os dois tipos de correlação modo-temporal mais frequentes para os esquemas de junção condicional, conforme indicam as frequências do Gráfico 3. A esse respeito, interpretamos essas incompatibilidades nas correlações verbais, envolvendo o uso do subjuntivo, como indícios da maneira como os escreventes do EF II circulam pelo eixo das técnicas idiomáticas da língua, revelando que o processo de inserção nas referidas técnicas prevê muita flutuação. Além disso, esse é um lugar

em que esperávamos observar o peso do ensino institucionalizado na aquisição de diferentes arranjos morfossintáticos, já que esse é um tipo de conhecimento aprendido, de modo mais sistemático, em ambiente escolar, ou seja, em contexto formal de aprendizagem. Contudo, entendemos que a contribuição da escola na aquisição de esquemas dessa natureza foi pequena, pois os escreventes contrariam com recorrência a norma padrão da língua, havendo muita variação, por exemplo, no que concerne ao emprego das correlações abrangendo morfologia verbal, traço relevante na codificação dos diferentes graus de hipótese das condicionais, como podemos observar na ocorrência em (60):

(60) 

[Z10_7A_09F_01]

Esse é um caso típico de flutuação, uma vez que podemos flagrar, por meio de um processo de rasura, as escolhas do escrevente em relação à mobilização de um mecanismo de junção condicional. Na construção em (60), o escrevente reconhece duas formas verbais empregadas nos esquemas condicionais, o pretérito imperfeito do subjuntivo e o futuro do subjuntivo, mas deixa transparecer dúvidas quanto à maneira de correlacionar essas formas, optando pela combinação entre o futuro do subjuntivo e o pretérito imperfeito do indicativo, um tipo de correlação pouco comum nos esquemas de junção condicional.

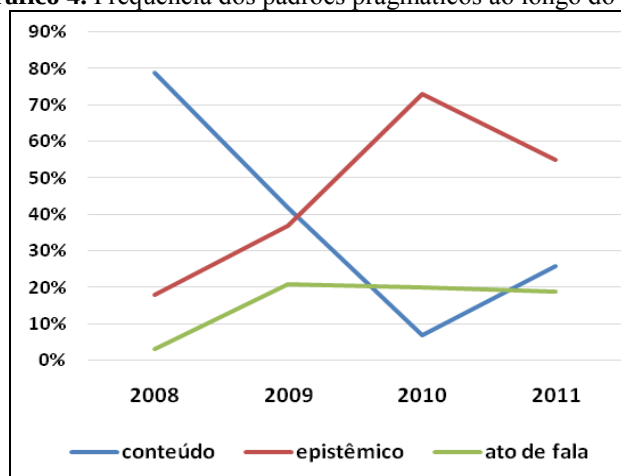
Diante do que foi exposto, verificamos, no que diz respeito à mobilização dos tempos e modos verbais das construções que veiculam condição, que as combinações empregadas definem diferentes tipos de relações, podendo essas construções expressar, nos moldes de Neves (2000), factualidade, não-factualidade ou eventualidade, noções que se relacionam com os graus de hipótese das condicionais. A hipoteticidade das construções, por sua vez, delimita diferentes graus de complexidade, que permitem apreendermos o modo variável de inserção dos jovens escreventes nas técnicas idiomáticas da língua, conforme explicitamos com a discussão das ocorrências apresentadas até aqui.

Contudo, apesar de reconhecermos diferentes graus de complexidade em função da morfossintaxe das construções condicionais, em termos longitudinais, a expectativa inicial deste trabalho não se concretiza, tendo em vista que não há um aumento de complexidade morfossintática dos anos iniciais para os anos finais do EF II. Constatamos que são empregadas construções, interpretadas nesta pesquisa como mais complexas, desde o início dessa fase escolar, como no caso da condicional em (c), do Quadro 9, realizada no ano de

2008, 5ª série. Além disso, os erros de correlação modo-temporal, principalmente abarcando o subjuntivo, conteúdo ensinado desde a 5ª série, como já discutimos anteriormente, configuram, para nós, indícios da complexidade de determinadas construções e, por esse motivo, seria mais comum que ocorressem no início do EF II, mas não é o que acontece, já que observamos a realização de erros dessa natureza em todos os anos escolares, como nas condicionais em (59) e (60), produzidas na 7ª série, mostrando, a nosso ver, que esse aprendizado, envolvendo a morfossintaxe das construções, que é tipicamente escolar, não se efetivou, como já pontuamos, visto que o tempo de escolarização parece não ter colaborado, significativamente, na aquisição/ampliação de diferentes arranjos morfossintáticos empregados nas condicionais.

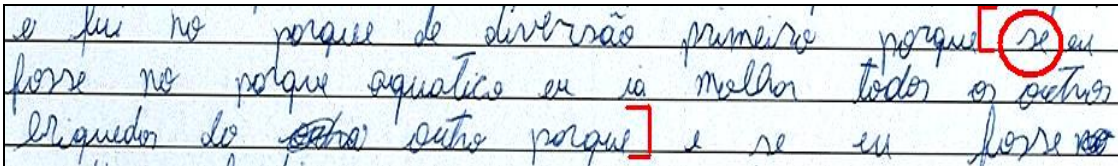
Dadas essas considerações, foi possível verificar até aqui que a variação nos modos de expressão da condicionalidade evidencia um quadro heterogêneo de mecanismos de junção condicional, mais ou menos complexos, que conjuga informações de nível semântico, sintático, bem como uma variedade de juntores. No entanto, a representação do sentido de condição extrapola a conjugação desses eixos de análise, pois prevê o reconhecimento de diferentes padrões pragmáticos de uso, que envolvem as intenções do sujeito na comunicação, conforme mostramos, por exemplo, a partir da análise das ocorrências em (37), (38), (39), (40), (41) e (42), discutidas com base nos domínios pragmáticos propostos por Sweetser (1990). A esse respeito, apresentamos o Gráfico 4, em que sistematizamos as construções condicionais, de acordo com esses três níveis, indicando a frequência, em percentuais, de cada padrão pragmático, ao longo do EF II:

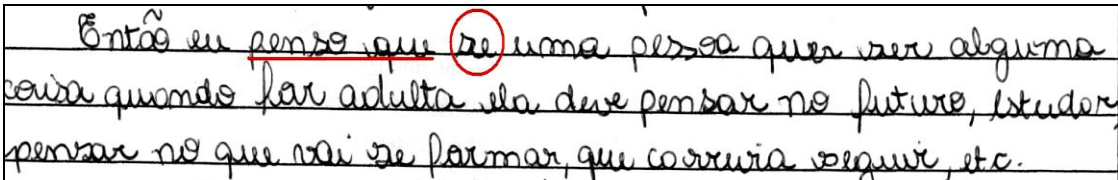
Gráfico 4. Frequência dos padrões pragmáticos ao longo do EFII



Como sinaliza o Gráfico 4, em todos os anos, os escreventes realizam construções condicionais nos três padrões pragmáticos de uso. Porém, verificamos, como indicam as

linhas em azul e vermelho, respectivamente, que os padrões de conteúdo e epistêmico seguem direções opostas, tendo em vista que há, entre os anos de 2008-2011, um declínio no emprego de construções de conteúdo, cuja frequência caiu de 79% para 26% nesse período, assim como um aumento significativo no uso das condicionais epistêmicas, cuja frequência subiu de 18% para 55% nesse mesmo intervalo de tempo. Quanto às condicionais de atos de fala, ocorre um pequeno aumento e manutenção no número de casos nos anos finais do EF II. Essa ampliação das construções epistêmicas é significativa do ponto de vista cognitivo, uma vez que sinaliza uma complexidade crescente na codificação do nexos de condição. Verifica-se, dessa perspectiva, que, nos textos investigados, inicialmente prevalecem relações objetivas entre fatos do mundo sócio-físico, como em (61), ao passo que as relações em nível epistêmico, mais abstratas e próximas à experiência mental, são codificadas, com maior frequência, mais tardiamente, como em (62):

- (61) 
[Z08_5A_21M_06]

- (62) 
[Z11_8D_05F_07]

As relações estabelecidas nas construções em (61) e (62) são de naturezas bastante diferentes, o que permite apreender diferentes graus de complexidade para essas construções, conforme sinalizamos. Na condicional em (61), produzida na 5ª série, a relação estabelecida entre as orações está pautada em um esquema de causa/efeito, que envolve fatos do mundo concreto, e não exige interpretações subjetivas, dado que a sequência dos eventos descritos é previsível, isto é, brincar em um parque aquático e, em seguida, brincar em um parque de diversões acarreta molhar os brinquedos deste último. Construções desse tipo, pertencentes ao domínio de conteúdo, são muito mais frequentes nas séries iniciais do EF II, como indicou o Gráfico 4, e interpretadas, neste trabalho, como menos complexas. Já, a condicional em (62), produzida na 8ª série, envolve crenças e expectativas do escrevente, que avalia como necessário para ser alguém na vida planejar o futuro e estudar. Nesse caso, o grau de complexidade da condicional é maior, pois a construção é mais abstrata e exige mais do

raciocínio lógico do escrevente. As condicionais inseridas nesse padrão são realizadas, em frequência mais alta, nos anos finais do EF II.

O Gráfico 4 sugere que, em termos cognitivos, há um aumento de complexidade na codificação do sentido condicional em função do tempo de escolarização. Mas, além da cognição, acreditamos que fatores de outra ordem podem estar atuando, de modo convergente, na emergência desses resultados. Nesse sentido, investigamos possíveis correlações entre TDs e tipos específicos de arranjos linguísticos. A esse respeito, à semelhança do que propõem Sanders e Evers-Vermeul (2010), acreditamos que as relações de sentido produzidas podem estar relacionadas, pelo menos em parte, com a tarefa de comunicação estabelecida, e a nossa expectativa é a de que os textos que exigem um posicionamento do escrevente, uma postura avaliativa em relação a determinado assunto/fato, tendem a motivar o emprego das condicionais epistêmicas em detrimento das condicionais de conteúdo. Assim, a nossa hipótese é a de que tanto fatores cognitivos como os tipos de textos do EF II podem, juntos, contribuir para explicar o Gráfico 4.

Em suma, nesta subseção (5.2), o objetivo foi trazer uma sistematização dos dados analisados, considerando o período de escolarização que constitui o EF II. Mostramos por meio de frequências as principais tendências na codificação do sentido condicional, das quais destacamos: (i) a realização de construções condicionais em quatro padrões semânticos, sendo os padrões de condição e tempo/condição os mais recorrentes em todas as séries; (ii) a alta frequência das condicionais hipotáticas, ao longo do EF II, que, para nós, pode estar relacionada com o emprego dos juntores; e (iii) a mobilização de condicionais nos três padrões pragmáticos de uso, havendo uma diminuição das construções de conteúdo e um aumento das construções epistêmicas nesse período de escolarização. Esses resultados podem ser interpretados com base em dois caminhos de análise que, a nosso ver, são complementares: por um viés mais cognitivo, que pode ser discutido em termos da complexidade das construções condicionais (Sweetser, 1990), bem como por um viés que privilegia a relação entre junção e TD (Kabatek, 2006), conforme exploramos na Seção 6 deste trabalho.

6 TRADIÇÃO DISCURSIVA: UMA RELAÇÃO ENTRE ESQUEMAS JUNTIVOS DE CONDIÇÃO E DIFERENTES MODOS DE DIZER NO ENSINO FUNDAMENTAL II

Nesta seção, apresentamos a análise dos resultados obtidos no que diz respeito à inserção dos jovens escreventes do EF II nas técnicas discursivas da língua, aquelas referentes às TDs, entendidas como modos de dizer convencionalizados historicamente que regem a produção e a recepção do discurso. Consideramos uma possível correlação entre junção, mais especificamente junção condicional, e TDs da escrita, aproximando-nos dos estudos de Kabatek (2005), para o qual determinadas TDs condicionam o emprego de construções linguísticas específicas que, em outra direção, podem ajudar na caracterização de uma dada tradição. Para tanto, as análises apresentadas, nesta subseção, partem da execução de duas tarefas: (i) o cruzamento das propostas de produção textual com a quantidade de construções condicionais mobilizadas em cada padrão, na expectativa de verificar, quantitativamente, se essas propostas, que evocam determinadas TDs, predispõem o uso, mais ou menos recorrente, de padrões específicos de condicionais, e (ii) a elaboração de juntogramas que oferecem um levantamento detalhado dos esquemas de junção encontrados nos textos, com a expectativa de avaliar, qualitativamente, possíveis correlações entre certas TDs e tipos particulares de esquemas juntivos de condição. Com a realização dessas tarefas, explicitamos em que medida é possível sustentar uma suposta relação entre junção condicional e determinadas tradições, nos moldes de Kabatek (2005), e discutimos sobre a composicionalidade das TDs.

Para tratar da correlação entre junção condicional e TD nos textos do EF II, apresentamos o cruzamento entre as propostas de produção textual de cada ano desse período de escolarização com a quantidade de construções condicionais pertencentes a cada padrão: (i) referentes às relações de sentido, que englobam condição (C), tempo/condição (TC), modo/condição (MC) e alternância condição (AC), e (ii) referentes aos domínios pragmáticos de uso, que abarcam o domínio de conteúdo (C), epistêmico (E) e de atos de fala (AF), de acordo com a proposta de Sweetser (1990). Na tabela 5¹⁰, na coluna *Esquemas condicionais*, indicamos, em números absolutos, a quantidade de construções de condição empregada em cada um dos textos:

¹⁰ Na coluna *Gênero*, entendemos CO = conto, COR = cordel, RE = relato de experiência, CP = carta pessoal, REL = relato, CA = carta argumentativa, EN = enquête, NF = narrativa de ficção e AO = artigo de opinião. Na coluna *Tipologia*, entendemos NA = narrativa, REL = relato, DES = descrição e ARG = argumentativa.

Tabela 5. Cruzamento dos padrões condicionais com as propostas de produção

	Proposta	Gênero	Tipologia	Esquemas condicionais	Relações de sentido				Domínios pragmáticos		
					C	TC	MC	AC	C	E	AF
2008	01	CO	NA	0	-	-	-	-	-	-	-
	02	COR	REL	0	-	-	-	-	-	-	-
	03	RE	REL	3	3	-	-	-	-	3	-
	04	CP	REL	14	12	2	-	-	13	-	1
	05	CO	NA	7	4	3	-	-	7	-	-
	06	CO	NA	4	4	-	-	-	2	2	-
2009	01	RE	REL	6	2	4	-	-	5	-	1
	02	RE	REL	9	5	4	-	-	7	1	1
	03	RE	REL	6	5	-	1	-	1	3	2
	04	RE	REL	8	7	1	-	-	1	6	1
	05	RE	REL	12	6	6	-	-	5	6	1
	06	CP	DES	6	1	5	-	-	-	2	4
	07	CP	DES	1	-	1	-	-	1	-	-
2010	01	REL	DES	21	21	-	-	-	-	18	3
	02	REL	DES	8	7	1	-	-	-	6	2
	03	RE	REL	1	1	-	-	-	-	1	-
	04	RE	REL	5	2	3	-	-	3	2	-
	05	RE	REL	14	9	4	1	-	1	11	2
	06	CA	ARG	7	6	-	-	1	-	3	4
2011	01	RE	REL	5	1	4	-	-	3	2	-
	02	EN	DES	17	6	10	1	-	10	7	-
	03	CO	ARG	6	4	-	1	1	1	5	-
	04	NF	NA	3	3	-	-	-	-	1	2
	05	AO	ARG	8	7	1	-	-	-	4	4
	06	AO	ARG	15	9	5	1	-	3	9	3
	07	AO	ARG	10	4	2	4	-	-	7	3

O objetivo desse cruzamento foi alcançar um mapeamento quantitativo da realização variável dessas construções em cada proposta, que contempla diferentes gêneros e tipos textuais, conforme a perspectiva do Banco de Dados de Escrita do Ensino Fundamental II, para nós, noções abarcadas pelo conceito de TD. A nosso ver, os números apresentados servem como ponto de partida para observarmos o peso das tradições na mobilização de determinados mecanismos de junção. Assim, conforme a Tabela 5, constatamos que há grande variação no uso dos esquemas de junção condicional, considerando as propostas de produção textual, que evocam diferentes tradições, o que dificulta o reconhecimento de tendências e regularidades. Contudo, verificamos que há o emprego mais recorrente de construções de condição em algumas propostas e não em outras, o que nos permite apreender pistas sobre um possível condicionamento entre TDs e esquemas condicionais.

Um dado relevante diz respeito à ausência das construções condicionais nos textos resultantes das duas primeiras propostas de produção do ano de 2008. Nessas propostas, os escrevintes não mostraram nenhum esquema de junção condicional, fato que para nós é bastante significativo, tendo em vista a hipótese que guia este eixo de análise da pesquisa, a

de que, nos textos de caráter mais argumentativo, deve aparecer, com maior recorrência, o emprego de construções de condição, enquanto, nos textos de caráter mais narrativo/descritivo, como é o caso das duas propostas mencionadas, deve ocorrer a mobilização de construções que codificam outras relações de sentido como, por exemplo, a relação temporal, conforme já sinalizamos.

Nesse sentido, não é gratuito, a nosso ver, o fato de os escreventes não mobilizarem esquemas condicionais em seus textos, referentes às Propostas 01 e 02 do ano de 2008, uma vez que foram solicitadas produções de textos tipicamente narrativos/descritivos, como no caso da primeira proposta de produção, composta por uma tirinha de humor, cujo tema é o relacionamento amoroso entre duas personagens. Nessa tirinha, o casal foge em um cavalo, mas a personagem feminina, com medo do pai, pede para Juvêncio, seu companheiro, que corra mais depressa. Juvêncio atende ao pedido, mas percebe que estão sendo perseguidos não só pelo pai da moça, mas por jagunços, delegado, batalhão da guarda, dentre outras figuras de poder. Sendo assim, Juvêncio, com receio do que lhe poderia acontecer, derruba a moça do cavalo e continua a fuga sozinho. Com base nessa tirinha, a proposta de produção pede ao escrevente que continue a história a partir do último quadrinho, representativo do momento em que a personagem feminina foi chutada do cavalo e abandonada na estrada, como mostra a Figura 9:

Figura 9. Proposta de produção textual 01, aplicada no ano de 2008

- Observe a tirinha e discuta com seus colegas e professor(a) como o tema amoroso é tratado.



- A partir da discussão, escreva um texto em que dê continuidade à história, contando o que aconteceu com cada uma das personagens após a cena do último quadrinho. Para escrever seu texto, assuma a visão de uma das personagens.
- Seu texto deve conter de 20 a 25 linhas e deve ser escrito à tinta. Seu texto não deve ultrapassar os limites designados para a escritura.
- Dê um título a seu texto.

Diante dessa proposta, que evoca uma TD tipicamente narrativa, visto que solicita a narração de fatos que dêem continuidade à história, os estudantes produziram textos em que predomina um sequenciamento temporal, representativo das experiências das personagens envolvidas na trama, além de mobilizarem construções causais sustentadas,

fundamentalmente, por esse tempo icônico. Em seus textos, os escreventes contam a história, dando ênfase aos fatos ocorridos, em cada caso, defendendo uma das personagens, ora afirmando que Juvêncio estava correto, já que a moça falava demais, ora dizendo que a personagem feminina era vítima de um rapaz que não a amava ou, até mesmo, mostrando uma vingança por parte da moça, como no exemplar abaixo:

Figura 10. Texto do escrevente S05, produzido no ano de 2008

A vingança

Cu a moça casou e então o seu pai os
deixou, delegado, batalhão de guarda e
a polícia lá ela encontraram.
Ela estava desmaiada mas depois
ela acordou em sua casa.
Depois ela ficou pensando por
que ela tinha o legado do caralho.
Passaram-se meses e meses
e o Juvêncio tinha voltado atrás dela
todo sujo e machucado.
Ele perguntou se ela o desculpara
ela falou que sim e lidou um
bando e cuidava dos prisioneiros.
Ela o levou até o chiqueiro dos
porcos e o jogou na lama junto do
porco morto e falou para ele num
já mais aparecer o Juvêncio
foi embora.
E a moça se apaixonou
por outro e casou e tiveram
filhos e viveram felizes para
sempre.

[Z08_5A_08F_01]

Nesse texto, assim como nos demais pertencentes a essa proposta de produção textual, prevalece certo “modo de contar”, que privilegia a exposição dos acontecimentos em uma determinada ordem no tempo, por isso os esquemas de junção temporal são mobilizados com recorrência, como indicam as marcações em vermelho na Figura 10, relativas a alguns elementos utilizados na marcação de uma temporalidade icônica, dos quais destacamos o *juntor e*, empregado inúmeras vezes, inclusive no último trecho do texto “E a moça se apaixonou por outro e casou e tiveram filhos e viveram felizes para sempre”, que codifica uma sucessão de eventos no mundo real.

Diferentemente do que acontece nesse caso, nos textos de caráter mais argumentativo, que exigem um posicionamento do escrevente, envolvendo suas crenças, expectativas e

opiniões acerca de um determinado assunto, os mecanismos de junção condicional são empregados em quantidade maior, contribuindo com a argumentação. Isso ocorre, por exemplo, nos textos resultantes das Propostas 06 e 07, do ano de 2011, que contam com o emprego mais recorrente de construções de condição, conforme a Tabela 5, e evocam a tradição “Artigo de opinião”, tipicamente argumentativa, como ilustra a Figura 11:

Figura 11. Proposta de produção textual 06, aplicada no ano de 2011

- Você leu sobre os vários malefícios que o cigarro pode causar à saúde tanto de quem fuma quanto de quem convive com os fumantes (fumante passivo). No Brasil, em especial no Estado de São Paulo, o fumo, em locais públicos fechados, já está proibido desde 2009. No texto 1, vemos que em Nova York estão proibindo o cigarro até mesmo em locais públicos abertos. Qual sua opinião sobre essas proibições? Faça um artigo de opinião se posicionando a favor ou contra a proibição do cigarro em locais públicos tanto fechados quanto abertos.
- Lembre-se de que seu texto deverá seguir a estrutura argumentativa e ser escrito em linguagem formal.
- Seu texto deve conter de 25 a 30 linhas e deve ser escrito à tinta. Seu texto não deve ultrapassar os limites designados para a escrita. Dê um título ao seu texto.

Nessa proposta, o escrevente deveria dissertar, após a leitura de uma coletânea de textos, sobre a proibição do cigarro em locais públicos, posicionando-se a favor ou contra essa medida. O texto solicitado é argumentativo e exige a opinião do estudante sobre esse tema polêmico. Nas produções referentes a essa tarefa comunicativa, os escreventes, em sua maioria, defendem a proibição do cigarro e argumentam sobre os malefícios causados pelo ato de fumar, como no texto da Figura 12:

Figura 12. Texto do escrevente S06, produzido no ano de 2011

Cigarro, doenças e proibições

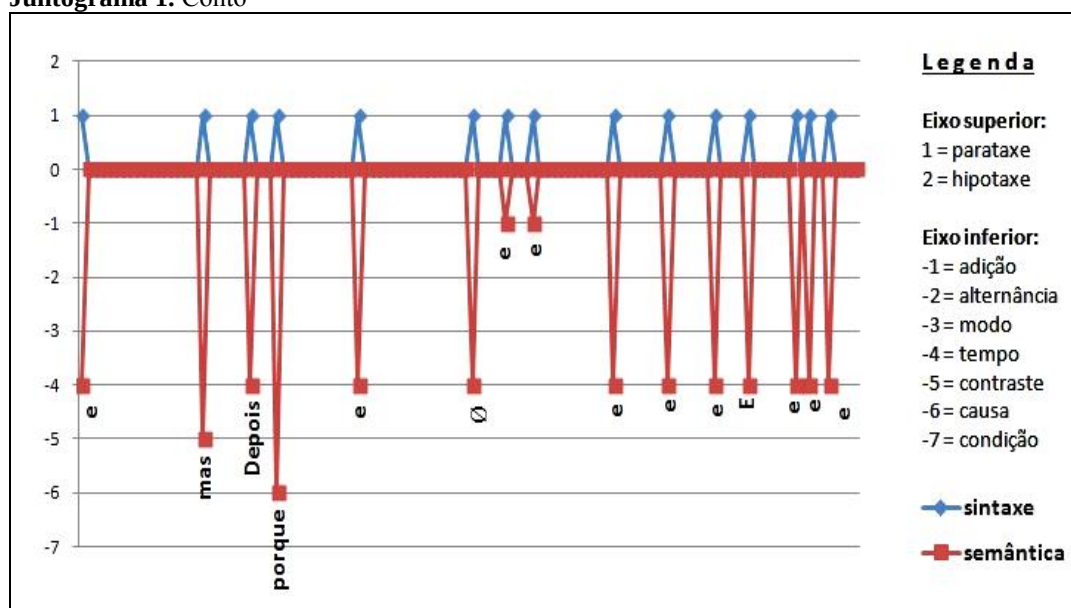
~~Eu não vou escrever sobre o cigarro que eu sou a favor~~
 Eu sou a favor contra a proibição do cigarro em
 locais públicos tanto fechados quanto abertos, porque
 para as pessoas que estão fumando e
 para as pessoas que estão perto, o cigarro
 faz mal e é bem grave.
 Para pessoas que fumam elas já não sentem nada
 porque estão já no vício e é muito difícil parar.
 Na minha opinião eu acho que quem fuma
 deveria pagar uma multa e se ele parar
de fumar ele deveria ser preso, e quanto
 dentro de casa ou em outros lugares fica na
 sua casa restaurantes, parques, bars etc.
 Para mim a proibição do cigarro não ajudou
 a pensar que fuma a pessoa que está
 perto no caso fumante passivo e ao meu ambiente
 porque se você parar de fumar
uma vez você estará poluindo o
meu ambiente e a fumosa, e então na condu-
 são de tudo isso o cigarro é sim uma
 coisa que está na vida de uma pessoa
 que é difícil de sair mais se você parar
de fumar contra isso você não vai conseguir
mais de pagar alguma coisa por causa
do cigarro, e cada vez você não vai cigarro
 inventar alguns que fuma papas pode ficar
 melhor o mundo.

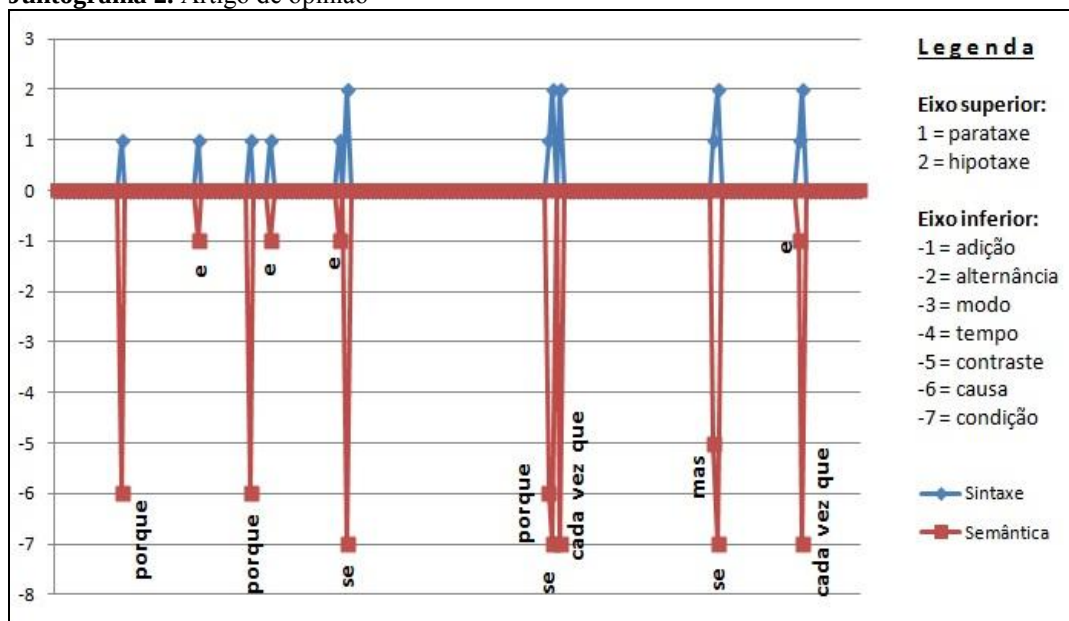
[Z11_8A_09M_06]

Notamos que, ao longo do texto, o estudante vai deixando clara a sua opinião a respeito do assunto, argumentando em favor da lei antifumo. Para apresentar seus posicionamentos, um dos mecanismos utilizados pelo escrevente é o emprego de construções condicionais, que funcionam como estratégias de persuasão. Das três construções de condição produzidas, sinalizadas em vermelho na Figura 12, duas delas são condicionais que codificam uma postura avaliativa do sujeito: (i) “na minha opinião eu acho que [...] se pegarem ele fumando novamente seria preso”, na qual a opinião do escrevente revela uma atitude de punição ao fumante, e (ii) “se você saber se prevenir contra isso você não ira correr risco de pegar alguma doença por causa do cigarro”, em que o julgamento do estudante funciona como um alerta, um conselho para o interlocutor. Sendo assim, verificamos que o uso das construções condicionais configura uma estratégia discursiva do escrevente para convencer o interlocutor de que a lei antifumo é positiva para a sociedade em geral.

Ao compararmos os dois tipos de textos analisados, observamos a prevalência de construções temporais em um texto representativo da tradição conto, tipicamente narrativa, e o emprego de esquemas condicionais em um texto representativo da tradição artigo de opinião, tipicamente argumentativa, o que nos permite verificar, à maneira de Kabatek (2005), índices da determinação das TDs predispondo o uso de arranjos linguísticos específicos. Para explicitar melhor essa relação, elaboramos *juntogramas* referentes aos textos das Figuras 10 e 12, que indicam em dois eixos as relações sintáticas e semânticas mobilizadas, apontando todos os esquemas de junção empregados em ambos os textos, assim como os tipos e a distribuição dos juntores, conforme apresentamos abaixo:

Juntograma 1. Conto



Juntograma 2. Artigo de opinião

O confronto entre os *Juntogramas* 1 e 2 sinaliza que, no texto pertencente à tradição narrativa, do qual resultou o *Juntograma* 1, prevalecem: (i) no que diz respeito às combinações sintáticas, apresentadas no eixo superior do gráfico, somente construções paratáticas e (ii) no que concerne às relações de sentido, expostas no eixo inferior do gráfico, relações temporais. Dessa forma, o texto caracteriza-se por uma ordenação de eventos no tempo, traço definidor das tradições narrativas. De modo diferente, no texto pertencente à tradição argumentativa, do qual resultou o *Juntograma* 2, são codificadas: (i) no que diz respeito à sintaxe, tanto construções paratáticas como hipotáticas e (ii) no que concerne à semântica, diferentes relações, dentre as quais destacamos o nexos condicional, empregado como uma estratégia de persuasão, além do sentido causal, que é frequente no texto e que, de certa forma, tem parentesco semântico com a relação de condição, conforme já discutimos. Nesse caso, o texto caracteriza-se por trechos tipicamente argumentativos, em que o escrevente impõe sua opinião a respeito de um tema, tentando persuadir o interlocutor.

À semelhança do que ocorre na Proposta 01, do ano de 2008, cujos textos produzidos se inserem tipicamente na tradição narrativa, em que nenhum esquema de junção condicional foi mobilizado, na Proposta 07, do ano de 2009, verificamos o emprego de apenas um mecanismo que veicula o sentido de condição, conforme indica a Tabela 5. Nessa proposta, foi solicitada a produção de uma Carta Pessoal, destinada a um amigo, na qual os escreventes deveriam contar sobre uma briga que tiveram com essa pessoa, recordando como aconteceu essa situação e de que maneira terminou o desentendimento, como ilustra a Figura 13, representativa dessa proposta:

Figura 13. Proposta de produção textual 07, aplicada no ano de 2009

- Na historinha, o Cascão provoca a Mônica e ela fica chateada com ele. Depois, começa a chover e o Cascão precisa de abrigo. No entanto, a casa mais próxima era a da Mônica e ele teve que pedir desculpas para poder ficar na casa dela.
- Assim como o Cascão, você, provavelmente, já deve ter brigado com alguém que era seu amigo. Conte essa briga, escrevendo uma carta a ele ou a um amigo em comum. Recorde como foi esse dia, contando como foi essa briga, por que brigaram e se fizeram ou não as pazes.
- Seu texto deve conter de 25 a 30 linhas e deve ser escrito à tinta. Seu texto não deve ultrapassar os limites designados para a escritura.

A partir da Proposta 07, do ano de 2009, os escreventes produziram textos em que prevalecem traços comuns da tradição Carta pessoal, assim como traços típicos de tradições narrativas, numa relação de convivência que revela uma das características definidoras do conceito de TD, a composicionalidade das TDs, que, nesse sentido, relaciona-se com o fato de um mesmo texto abarcar uma rede de tradições. Diante disso, nos textos referentes a essa proposta de produção, foi possível flagrar uma circulação dos escreventes por diferentes modos de dizer, conforme o exemplar da Figura 14:

Figura 14. Texto do escrevente S03, produzido no ano de 2009

Boa noite do dia hoje, 30 de novembro de 2009

Mari querida

Estava lembrando uns dias das nossas brigas...

Uma vez, estávamos na 3ª série. Aí battei o sinal pro recreio, você estava na minha frente, eu e Domingos me empurrou e eu caí em cima. Você riu e o cara do lado pro mim, ficou sem falar comigo. Aí que eu fui desculpar que você achou que eu tinha te empurrado de propósito. Depois resolvemos esse rolê e voltamos a conversar normalmente.

Aí agora eu não brigamos novamente!

Eu tinha ido no banheiro com o Ju, mas eu tomei uma chuva muito forte. Cheguei em casa já era quase 20:30h, eu tomei banho e entrei no meu MSN pro ver quem estava Online, mas eu não sabia logo, eu você me perguntou como cala coisa com no sub, eu falei espera, minha mãe tá me chamando, no horário que eu voltei falei assim: fô, fô logo que eu te sei! Aí você achou que eu ia sair com o peso do meu de três, mas eu não durmir. Você me bloqueou e me excluiu. Aí depois de tudo isso você foi entender que eu ia dormir e não sair, mas você foi muito criança, porque não veio conversar sobre a história? Da próxima vez faça isso!

Te Adoro Mari!

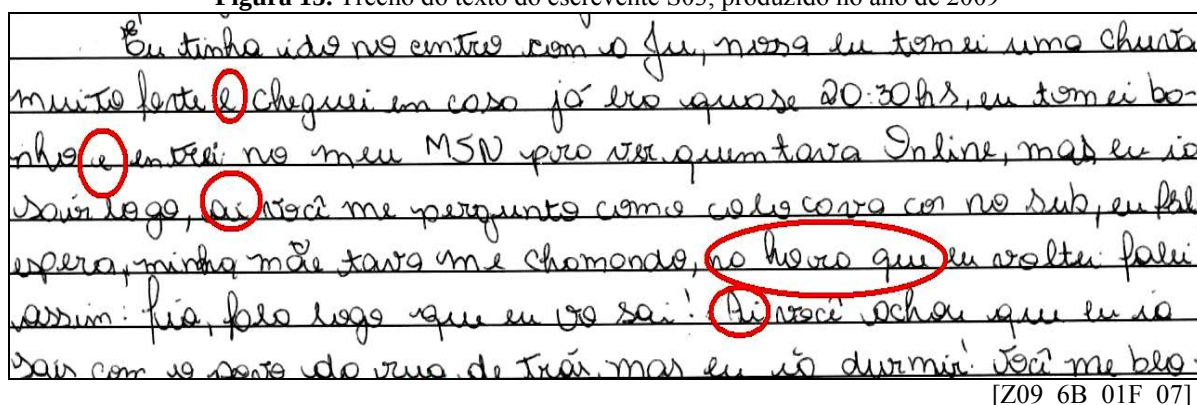
Beijos
Bia R.

[Z09_6B_01F_07]

Essa produção escrita se insere na tradição Carta pessoal por meio da mobilização de arranjos que são típicos desse modo de dizer, ou seja, pela inserção, no início do texto, de local, data, saudação e, no final, de uma despedida, que constituem traços mais recorrentes dessa TD. No conteúdo da carta, por sua vez, parte em que há mais liberdade na escolha de determinadas construções, o escrevente mobiliza esquemas juntivos predominantemente temporais, comuns nas tradições narrativas, o que revela o trânsito do escrevente por diferentes TDs.

Além disso, sobre o emprego predominante dos esquemas temporais, assim como no texto da Figura 10, nesse texto em (14), há a codificação de uma temporalidade icônica, em que os acontecimentos seguem determinado sequenciamento, que sinaliza a ordem dos fatos no mundo, como sugere o trecho abaixo:

Figura 15. Trecho do texto do escrevente S03, produzido no ano de 2009



Nesse trecho, o escrevente conta uma parte das atividades que realizou durante o dia, até o momento em que entra no *msn* para conversar com uma amiga, ocasião na qual emerge o conflito da narrativa. A relação de tempo é codificada pelo uso dos junciores *e*, *ai* e *na hora que*, mobilizados para marcar os eventos que vêm antes e depois na situação, todos contribuindo para a expressão de um tempo icônico, relação de sentido comum nas tradições narrativas, conforme já discutimos anteriormente, sinalizando que, de modo diferente, nas tradições argumentativas, que exigem uma postura avaliativa do sujeito, as construções de tempo não aparecem com tanta frequência, dando lugar a outras relações de sentido, das quais destacamos, a partir da análise do texto da Figura 12, os processos juncivos de condição, presentes também no texto abaixo, pertencente à Proposta 06, de 2011:

Figura 16. Texto do escrevente S03, produzido no ano de 2011

Generalizar a proibição do fumo ou não?

Na cidade de São Paulo desde 2009 foi proibido fumar em locais públicos fechados. É uma proibição esta se estendendo para outros (país) estados e até mesmo em outros países. Fumar em locais públicos deve ser proibido no resto do Brasil e do mundo ou não?

O cigarro é uma droga forte, e por isso não se pode fumar proibido para menores de 18 anos. Eu acho que a pessoa gosta de fumar e acha que isso é bom para ela e que não é e ela está totalmente errada. Ela tem todo o direito de fumar, mas ao mesmo tempo não pode se enganar e começar a fumar de cigarro por isso a todo instante. Apesar de não fumar, estudos comprovam que o fumante passivo tem de 20% a 30% de mais chance de ter doenças cardíacas.

Quando o fumo faz muito mal, ela incomoda as pessoas. Não que assim mesmo não fuma não mesmo ficam em um local fechado com várias fumantes. É aí que o lei de proibição do fumo faz toda a diferença.

Essa lei é totalmente justa. Existem mais de 4700 substâncias tóxicas no cigarro e 90% das lesões de pulmão estão relacionadas ao fumo. Eu acho que a pessoa acha legal ungir todas essas substâncias e futuramente ter várias doenças, mas o trabalho é dela, mas no mínimo de dois respirar o próximo.

Eu sou totalmente a favor da lei de proibição do fumo. No mesmo sentido eu acho que fumar, que fumar no seu caso tem consequências ruins.

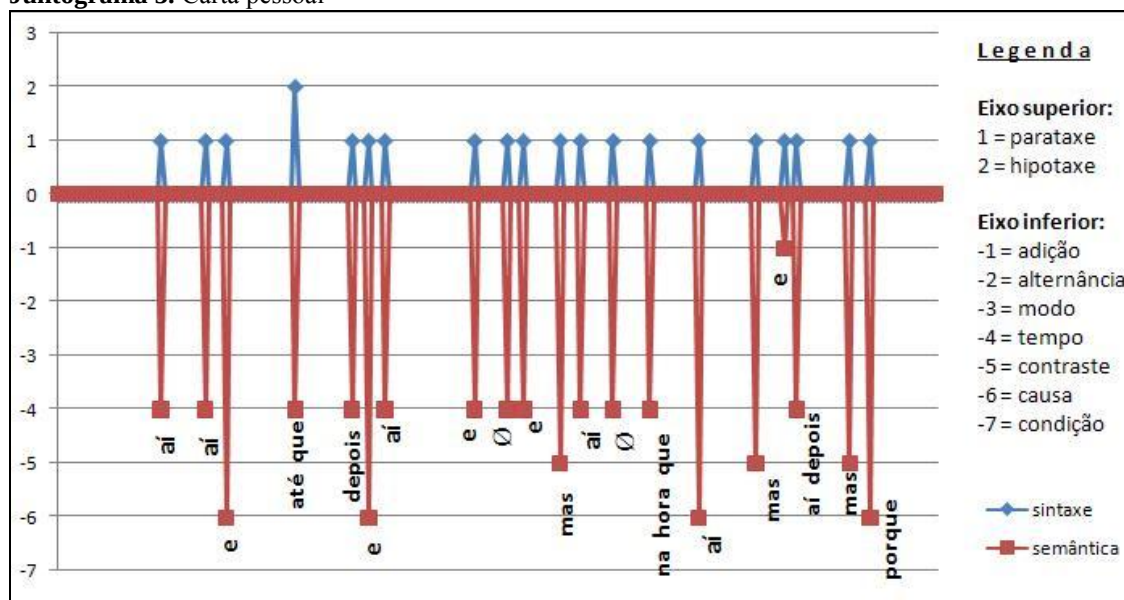
[Z11_8D_05F_06]

Nesse texto, que também é representativo da tradição Artigo de opinião, uma vez que se constitui por trechos tipicamente argumentativos, em que o escrevente expõe sua opinião a respeito da aprovação da lei antifumo, o estudante posiciona-se em favor da lei, argumentando que o cigarro é uma escolha na vida das pessoas. Entretanto, defende que essa escolha não pode interferir na vida dos não fumantes, ou seja, que o único prejudicado deva ser aquele que opta por fumar, mesmo sabendo o mal que o cigarro causa, conforme indicam as construções condicionais grifadas em vermelho na Figura 16. As condicionais, nesse texto, (bem como no que analisamos anteriormente, pertencente a essa mesma proposta, que evoca uma tradição argumentativa), configuram um mecanismo importante na argumentação, pois são empregadas como estratégia para persuadir o interlocutor de que o cigarro é um grande inimigo das pessoas.

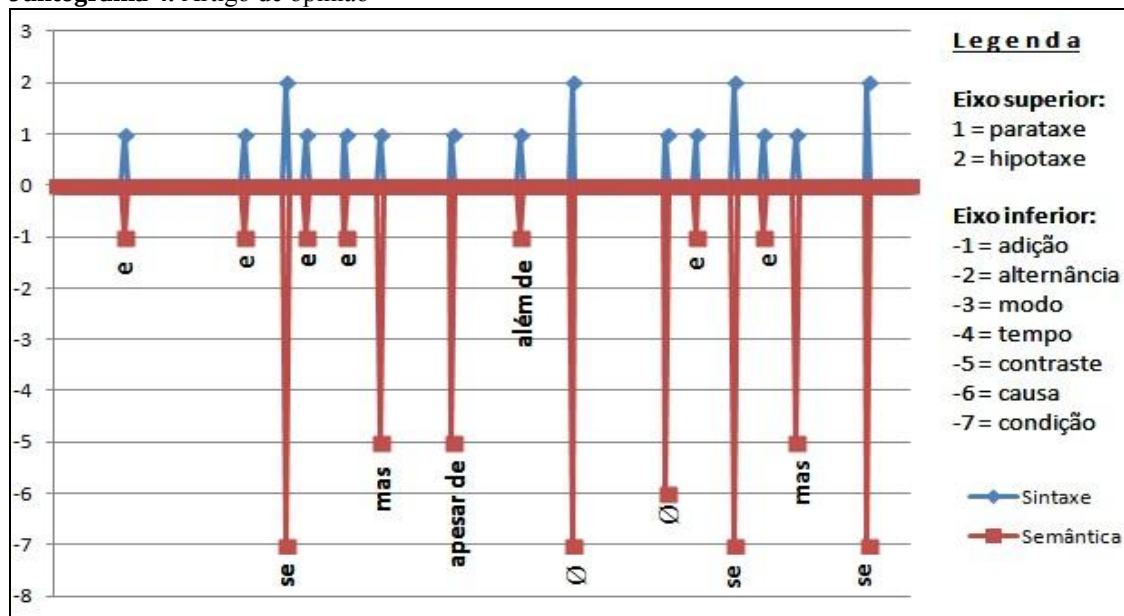
Diante disso, ao confrontarmos ambos os textos, referentes às Figuras 14 e 16, reiteramos a tendência, já apresentada a partir da análise dos *Juntogramas* 1 e 2, de que as tradições narrativas contribuem para o uso predominante de esquemas temporais, enquanto as

tradições argumentativas contribuem para o emprego de outras relações, dentre elas o sentido condicional, que reforçamos com a exposição dos *Juntogramas* 3 e 4, correspondentes às tradições Carta pessoal e Artigo de opinião:

Juntograma 3. Carta pessoal



Juntograma 4. Artigo de opinião



De modo muito semelhante aos resultados dos *Juntogramas* 1 e 2, a comparação entre os *Juntogramas* 3 e 4 indica, corroborando a expectativa inicial deste trabalho, que:

- (i) no texto pertencente à TD Carta pessoal, em que sobressai a tradição narrativa, da qual resulta o *Juntograma* 3, prevalecem construções paratáticas temporais, marcadas predominantemente pelos juntores *aí* e *e*.

- (ii) no texto pertencente à tradição Artigo de opinião, que corresponde ao *Juntograma* 4, há o emprego de construções paratáticas, além de um número maior de construções hipotáticas em relação ao *Juntograma* 3 e são mobilizados diferentes tipos de relações como, por exemplo, adição, contraste e condição, esta última utilizada como estratégia de persuasão.

A partir desses resultados, é possível sustentar alguma correlação entre junção e TD, nos moldes de Kabatek (2005), uma das hipóteses iniciais deste trabalho de pesquisa, a de que as construções condicionais devem ser empregadas, com mais recorrência, em tradições tipicamente argumentativas. Contudo, não podemos ignorar os números apresentados na Tabela 5, que indicam uma variação considerável na mobilização dos esquemas de condição, tomando como base cada proposta de produção solicitada, ou seja, não podemos deixar de considerar o emprego das condicionais, em quantidades mais significativas, em textos de natureza narrativa/descritiva. Nesse sentido, se defendemos que os textos de caráter mais argumentativo predispõem o uso mais recorrente das condicionais, enquanto os textos de caráter mais narrativo/descritivo devem condicionar o emprego de outras relações, por exemplo, o sentido temporal, como explicar o fato de que o maior número de condicionais mobilizadas, 21 ocorrências, conforme a Tabela 5, corresponde a uma proposta de produção que solicita um texto descritivo?

A resposta relaciona-se à natureza das propostas, aliada à forma como os jovens escreventes do EF II circulam pelo modo de enunciação escrito, tendo em vista que os textos produzidos, ora atendem à tradição solicitada, conforme as produções apresentadas nas Figuras 10 e 12, que são representativas das tradições conto e artigo de opinião, respectivamente, ora atendem apenas em partes, às vezes, se caracterizam por uma mistura de tradições, ou até mesmo fogem completamente do esperado, o que resulta em produções escritas de natureza bastante diversificada, revelando, de acordo com o que defende Kabatek (2005), a composicionalidade das TDs.

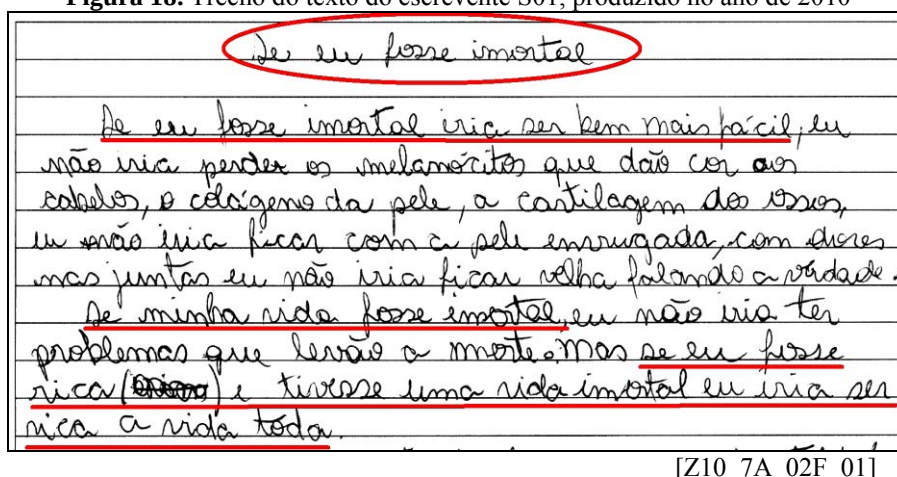
A esse respeito, sobre a natureza das propostas de produção textual, destacamos, por exemplo, as instruções presentes na Proposta 01, do ano de 2010, que condicionaram a mobilização de 21 construções condicionais, conforme mencionamos anteriormente:

Figura 17. Proposta de produção textual 01, aplicada no ano de 2010

- Com base no que informa a reportagem, é possível que você venha a ser imortal num futuro próximo.
- Descreva como será a sua vida, levando em conta as informações dadas pela reportagem. Conte, também, o que você pretende fazer para desfrutar dos benefícios da imortalidade.

Essa proposta evoca uma TD com traços descritivos, tendo em vista a tarefa apresentada aos estudantes: “Descreva como será sua vida [...]” e “Conte, também, o que você pretende fazer [...]”, no entanto, há um trecho nas instruções, que circulamos em vermelho na Figura 17, que instaura uma hipótese, uma possibilidade, isto é, a de ser imortal no futuro. Essa hipótese, codificada essencialmente pela frase “é possível que”, é retomada nos textos dos escreventes, por meio do uso de construções que veiculam condição. Contudo, apesar de a proposta predispor o uso das condicionais, a construção empregada é sempre uma escolha do escrevente que, no caso do texto da Figura 18, por exemplo, mobiliza condicionais do tipo “Se eu fosse imortal”, “Se eu tivesse uma vida imortal”, como ilustra o trecho abaixo:

Figura 18. Trecho do texto do escrevente S01, produzido no ano de 2010



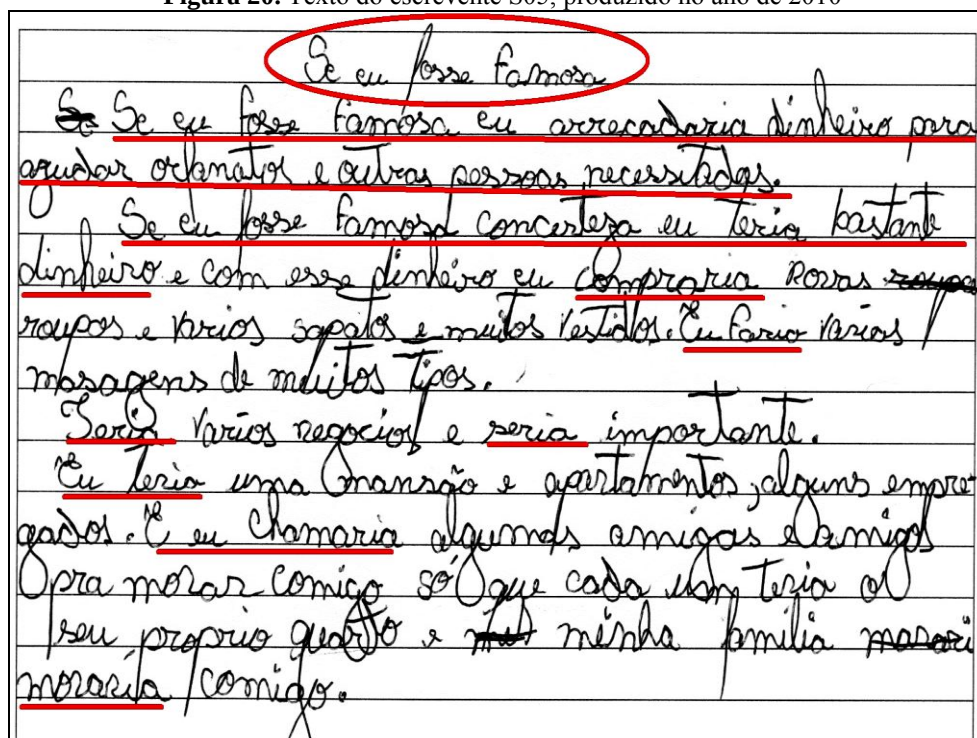
Nesse texto, a hipótese, instaurada na proposta de produção, aparece já no título, com o emprego da condicional “Se eu fosse imortal”, e configura-se como tema central da produção escrita, motivando o emprego de outras construções que veiculam o sentido de condição, cuja nuança de suposição/possibilidade é traço definidor. Fato semelhante ocorre com a Proposta 02, também do ano de 2010, que solicita a produção de um texto de caráter descritivo, de acordo com a tarefa “Escreva um texto descrevendo como seria sua vida [...]”, como destacado na Figura 19:

Figura 19. Proposta de produção textual 02, aplicada no ano de 2010

- Na história da qual os quadrinhos acima foram retirados, um famoso grupo musical composto por quatro garotas, o “Star Stars”, abre um concurso para a escolha de uma quinta integrante. Magali é a escolhida e, ao entrar para o grupo, sua vida “vira de pernas para o ar”. Imagine que, assim como Magali, você se transforme em um(a) super star. Escreva um texto descrevendo como seria a sua vida, que mudanças ocorreriam: em sua rotina, em seu dia-a-dia, em sua privacidade, em seu relacionamento com os amigos.
- Seu texto deve conter de 25 a 30 linhas e deve ser escrito à tinta. Seu texto não deve ultrapassar os limites designados para a escritura. Dê um título a seu texto.

Todavia, no conteúdo da proposta, há uma instrução, que circulamos na Figura 19, que, assim como na Proposta 01, leva o escrevente para o domínio das possibilidades, sugerindo determinada hipótese, referente à probabilidade de se transformar em um super star. Esse caráter hipotético decorre da expressão “Imagine que”, cuja semântica do verbo carrega o sentido de suposição, que está na base da expressão da condicionalidade. Essa hipoteticidade é retomada nos textos dos escreventes, à semelhança do que mostramos na Proposta 01, por meio da mobilização de esquemas condicionais. Essa retomada, no entanto, não configura uma repetição da proposta, ou seja, os escreventes não copiam a construção indicativa de hipótese, na verdade, eles lançam mão de outros recursos linguísticos disponíveis para marcação do sentido condicional, como mostra o exemplar da Figura 20:

Figura 20. Texto do escrevente S05, produzido no ano de 2010



[Z10_7C_11F_02]

Nessa produção escrita, a suposição também é codificada logo no título, com a expressão condicional “Se eu fosse famosa”, repetida mais duas vezes no início do texto, conforme indicam as marcações em vermelho. Ademais, essa construção de condição funciona como prótase das demais orações presentes no texto, de acordo com os verbos grifados, seguindo uma correlação verbal típica das condicionais, cujo verbo da prótase segue a conjugação de pretérito imperfeito do subjuntivo e o verbo da apódose corresponde à conjugação de futuro do pretérito do indicativo. Sendo assim, observamos que esse texto se

constitui, predominantemente, pelo sentido condicional, e que o escrevente faz as escolhas dele para codificar essa condicionalidade.

Diante dessas considerações, em ambos os casos, verificamos que as propostas de produção instauram uma situação hipotética, retomada nos textos dos estudantes por meio do emprego de mecanismos condicionais, que revelam as opções dos escreventes no domínio da junção. Além de casos como esses, há, também, propostas que solicitam a produção de textos nos quais, a princípio, deve prevalecer o “modo de contar” determinada situação, porém, elas abrem espaço para os escreventes exporem suas opiniões sobre dado assunto, conforme a Proposta 05, também do ano de 2010:

Figura 21. Proposta de produção textual 05, aplicada no ano de 2010

- Nos textos dados, são apresentadas visões sobre uma nova modalidade de relacionamento na cultura brasileira 'o ficar', que designa um envolvimento afetivo sem compromisso, sem fidelidade. Desse modo, o que está em jogo para alguns são a sensação de liberdade e a curtidão momentânea. Tanto na entrevista quanto no depoimento, há divergências sobre o que os adolescentes acham do assunto. Uns preferem ficar por ficar, outros ficam apenas com sentimentos. A maioria das pessoas acredita que, em um relacionamento afetivo, as garotas são mais sentimentais.
- O que você acha sobre o assunto? Relate uma experiência sua ou de um(a) amigo(a) sobre o tema. Pode ser uma situação que 'zuou' ou foi 'zuado' por algum colega por nunca ter ficado. Ou, ainda, conte como geralmente se faz para ficar com alguém, se ficou com alguém que, depois, acabou gostando, etc.
- Seu texto deve conter de 25 a 30 linhas e deve ser escrito à tinta. Seu texto não deve ultrapassar os limites designados para a escritura. Dê um título ao seu texto.

Na proposta da Figura 21, as instruções solicitam a seguinte tarefa comunicativa “Relate uma experiência [...]”, “conte como geralmente faz para ficar com alguém”. Entretanto, o trecho que circulamos em vermelho pede a opinião dos estudantes a respeito de um tema bastante polêmico para os jovens, “ficar” na adolescência, o que acarreta na produção de textos com traços argumentativos, predispondo o uso de construções condicionais, como ilustra o exemplar abaixo:

Figura 22. Texto do escrevente S04, produzido no ano de 2010

Eu acho que tem 2 jeitos de ficar, muita gente fica por ficar e tem gente que fica porque gosta da pessoa. Eu acho que cada um tem uma opinião sobre ficar.

Se eu gosto de verdade da pessoa, se eu tenho um sentimento forte por ela, é claro que eu vou querer continuar com ele. Agora se eu não sinto nada por ele, eu fico por ficar mesmo, porque não dá pra continuar ficando com alguém que agente não gosta.

Agora para namorar, tem que se conhecer bastante, e as duas tem que se gostar, tipo, depois de ter ficado umas 5 vezes por aí, e você achar que você gosta dele de verdade aí acho que já pode começar um relacionamento mais sério.

[Z10_7A_06F_05]

Observamos, nesse texto, que o escrevente não atende completamente à proposta de produção solicitada, uma vez que não relata nenhuma experiência a respeito do tema, bem como não conta quais as formas utilizadas pelos adolescentes para ficar com alguém. Na verdade, o estudante acaba escrevendo apenas suas opiniões sobre o assunto, afirmando que há dois tipos de “ficar”, com sentimento e sem sentimento, e argumenta, utilizando construções condicionais, que, para manter um relacionamento, é necessário gostar da pessoa, conforme o trecho “se eu não sinto nada por ele, eu fico por ficar mesmo, porquê não da pra continua ficando com alguém que agente não gosta”. Desse modo, o texto produzido não atende à tradição relato, caracterizando-se essencialmente por trechos opinativos, fato que, para nós, é significativo e representa o posicionamento do escrevente diante da proposta, além de demarcar às opções do sujeito.

Com base na discussão desses textos, verificamos que tradições descritivas também podem contribuir com o emprego mais recorrente de esquemas condicionais quando: (i) a proposta de produção textual instaura um universo hipotético, retomado nos textos dos escreventes por meio de construções que veiculam condição e (ii) a tarefa comunicativa, apesar de requisitar a produção de textos tipicamente narrativos/descritivos, abre espaço para a defesa de opiniões, o que resulta em textos com traços argumentativos. Diante disso, a natureza das propostas, aliada à maneira como os jovens escreventes do EF II lidam com o modo de enunciação escrito, podem motivar a escolha de determinadas construções linguísticas e não outras.

Sendo assim, no ano de 2010, por exemplo, os tipos de textos solicitados, que dizem respeito a TDs com traços opinativos, conforme mostramos anteriormente, motivaram o emprego de construções específicas de condição, isto é, predominantemente, os esquemas mais prototípicos, marcados pelo uso do juntor *se*, inseridos no padrão das condicionais epistêmicas, conforme o Quadro 10, que retoma as construções destacadas nos textos das Figuras 18, 20 e 22:

Quadro 10. Recorte de condicionais epistêmicas, produzidas no ano de 2010

(01)	“ Se eu fosse imortal iria ser bem mais fácil, eu não iria perder os melanócitos que dão cor aos cabelos, o colágeno da pele, a cartilagem dos ossos, eu não iria ficar com a pele enrugada, com dores nas juntas eu não iria ficar velha falando a verdade.” [Z10_7A_02F_01]
(02)	“ Se minha vida fosse imortal, eu não iria ter problemas que levão a morte.” [Z10_7A_02F_01]
(03)	“Mas se eu fosse rica (rasura)* e tivesse uma vida imortal eu iria ser rica a vida toda.” [Z10_7A_02F_01]
(04)	“ Se eu fosse famosa eu arrecadaria dinheiro para ajudar orfanatos e outras pessoas necessitados.” [Z10_7C_11F_02]
(05)	“ Se eu fosse famosa concerteza eu teria bastante dinheiro e com esse dinheiro eu compraria nova ~~roupas~~ roupas e varios sapatos e muitos vestidos.” [Z10_7C_11F_02]

(06)	“Se eu gosto de verdade da pessoa, se eu tenho um sentimento forte por ela, é claro que eu vou querer continuar com ele.” [Z10_7A_06F_05]
(07)	“Se eu gosto de verdade da pessoa, se eu tenho um sentimento forte por ela, é claro que eu vou querer continuar com ele.” [Z10_7A_06F_05]
(08)	“Agora se eu não sinto nada por ele, eu fico por ficar mês-mo [...]” [Z10_7A_06F_05]

Todas as ocorrências do Quadro 10 revelam uma atitude avaliativa por parte dos escreventes, relacionada às expectativas a respeito de um determinado fato possível, como nas construções de (01) a (05), ou às opiniões sobre um dado tema, como nas construções de (06) a (08). Nesse sentido, a nosso ver, os textos solicitados, nesse período, exigem uma avaliação ou um posicionamento do escrevente, envolvendo suas crenças e julgamentos sobre algum assunto, o que motivou o emprego de um número maior de condicionais epistêmicas, que demandam mais do raciocínio lógico, nos moldes de Sweetser (1990), e estão relacionadas às experiências mentais dos escreventes, por isso, construções mais abstratas.

No ano de 2011, por sua vez, essa tendência no emprego das condicionais epistêmicas se repete, tendo em vista que, nesse período, uma parte dos textos solicitados evoca tradições tipicamente argumentativas, exigindo uma postura opinativa por parte dos escreventes, como ilustram algumas das propostas de produção solicitadas nesse ano, agrupadas no Quadro 11:

Quadro 11. Conteúdo de algumas propostas de produção, aplicadas em 2011

Proposta 5	- Com base em seu conhecimento sobre a atual situação da Amazônia e considerando os argumentos dos textos apresentados, escreva um artigo de opinião se posicionando a favor ou contra a internacionalização da floresta. - Seu texto deve conter de 25 a 30 linhas e ser escrito à tinta. Seu texto não deve ultrapassar os limites designados para a escritura. Dê um título a seu texto.
Proposta 6	- Você leu sobre os vários malefícios que o cigarro pode causar à saúde tanto de quem fuma quanto de quem convive com os fumantes (fumante passivo). No Brasil, em especial no Estado de São Paulo, o fumo, em locais públicos fechados, já está proibido desde 2009. No texto 1, vemos que em Nova York estão proibindo o cigarro até mesmo em locais públicos abertos. Qual sua opinião sobre essas proibições? Faça um artigo de opinião se posicionando a favor ou contra a proibição do cigarro em locais públicos tanto fechados quanto abertos. - Lembre-se de que seu texto deverá seguir a estrutura argumentativa e ser escrito em linguagem formal. - Seu texto deve conter de 25 a 30 linhas e deve ser escrito à tinta. Seu texto não deve ultrapassar os limites designados para a escritura. Dê um título ao seu texto.
Proposta 7	- Somos, mesmo, movidos por projetos de vida? Estamos preocupados com o futuro? Adolescente não pensa no amanhã? Adolescente é inconsequente? Essas são algumas das questões que podemos formular a partir da leitura dos textos apresentados. E você, adolescente, o que pensa sobre essas questões? Você acha que os adolescentes não pensam no futuro, não fazem planos, não se importam com o amanhã? Muitos podem dizer “sim”. Outros, por sua vez, podem dizer “não.” E você? - Faça um artigo de opinião se posicionando a favor ou contra a afirmação: o adolescente se preocupa com o futuro e faz projetos de vida. Você pode se basear nos textos apresentados na coletânea e em sua experiência de vida. - Lembre-se de que seu texto deverá seguir a estrutura argumentativa e ser escrito em linguagem formal. - Seu texto deve conter de 25 a 30 linhas e deve ser escrito à tinta. Seu texto não deve ultrapassar os limites designados para a escritura. Dê um título ao seu texto.

A partir dessas propostas, os escreventes deveriam produzir artigos de opinião, posicionando-se a favor ou contra determinadas questões, abordadas com frequência na sociedade. De modo geral, os escreventes defendem seu ponto de vista com base em argumentos do senso comum, como no caso da Proposta 06, em que a maioria coloca-se a favor da lei antifumo, argumentando que o cigarro faz mal à saúde, assim como no discurso das propagandas antitabagistas. Como recurso discursivo, os escreventes mobilizam construções condicionais, que funcionam como estratégias de persuasão, conforme mostramos com a discussão do texto da Figura 12, e essas construções, em sua maioria, pertencem ao domínio epistêmico, de acordo com Sweetser (1990), uma vez que revelam os julgamentos e as crenças do sujeito sobre o assunto, como nas ocorrências seguintes, retiradas do texto supracitado: (a) “na minha opinião eu acho que quem fuma deveria pagar uma multa e sim se pegarem ele fumando novamente seria preso” e (b) “se você saber se prevenir contra isso você não ira correr risco de pegar alguma doença”. Em ambas as construções fica nítido esse caráter avaliativo do sujeito, comum às condicionais epistêmicas, principalmente, no caso da ocorrência em (a), cujas expressões *na minha opinião* e *eu acho que* reforçam esse traço.

Tendo em vista o que foi exposto, verificamos que, nos anos de 2010 e 2011, os tipos de textos solicitados, que contemplam TDs descritivas com traços opinativos e TDs tipicamente argumentativas, contribuíram com o emprego de um tipo específico de condicional, que se insere no domínio epistêmico (SWEETSER, 1990), fato que, a nosso ver, ajuda a explicar o aumento significativo dessas construções nos anos finais do EF II, conforme mostramos no Gráfico 4, da Seção 5, que indica, nos anos de 2010 e 2011, as frequências mais altas para o padrão das condicionais epistêmicas. Diante disso, partilhando do trabalho de Sanders e Evers-Vermeul (2010), acreditamos que as relações de sentido produzidas nos textos dos escreventes estão fortemente relacionadas com as tarefas comunicativas estabelecidas e que, nos moldes de Kabatek (2005), as TDs podem contribuir para a mobilização de arranjos linguísticos particulares.

Nesta seção, discutimos uma possível correlação entre junção e TD, mostrando que as tradições mais argumentativas tendem a predispor o uso, mais recorrente, de construções condicionais. Nesse sentido, contrapomos, por meio de *Juntogramas*, os esquemas de junção empregados em TDs tipicamente narrativas e em TDs tipicamente argumentativas e verificamos que os mecanismos condicionais são bem mais recorrentes nas tradições de caráter opinativo. Mostramos também que os processos juntivos de condição podem aparecer, em número significativo, em produções escritas, cujas propostas solicitam textos de caráter

predominantemente descritivo, a depender da natureza dessas propostas – que instauram certa hipoteticidade, traço definidor das construções condicionais, ou abrem espaço para a exposição de opiniões, traço típico das tradições opinativas – e a depender também do modo variável que os escreventes circulam pelas TDs da escrita, atendendo ou não aos traços composicionais dessas tradições. A esse respeito, verificamos, então, que dada às finalidades comunicativas contidas nas propostas, que evocam diferentes TDs, assim como às produções efetivas dos escreventes, reconhecemos o uso mais recorrente das construções que veiculam condição, mais especificamente, das condicionais epistêmicas. Concluimos que há aspectos das TDs que predispõem o uso de condicionais, mas a escolha – dentro do leque de possibilidades – é sempre do escrevente.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho investigou o processo de inserção dos jovens escreventes do EF II nas técnicas idiomáticas e nas técnicas discursivas da língua, tomando como objeto de estudo o fenômeno da junção condicional. Investigamos, no eixo das técnicas idiomáticas, a realização variável dos processos juntivos de condição, que conjugam informações dos níveis sintático, semântico e pragmático, e, no eixo das técnicas discursivas, as possíveis correlações existentes entre TDs da escrita e os esquemas de junção condicional.

Em conformidade com o modelo de junção funcionalista proposto por Halliday (1985), aliado aos estudos desenvolvidos por Kortmann (1997), discutimos os esquemas de condição com base no cruzamento das opções do eixo tático e do eixo das relações de sentido e reconhecemos diferentes padrões para as construções: (i) no que concerne aos arranjos sintáticos, verificamos que foram empregadas condicionais paratáticas e hipotáticas; (ii) no que diz respeito ao eixo das relações de sentido, por sua vez, constatamos que o sentido condicional mantém laços de proximidades com diferentes relações, o que nos levou ao reconhecimento de quatro padrões semânticos não discretos, a saber: condição, tempo/condição, modo/condição e alternância/condição; e (iii) quanto aos aspectos pragmáticos, de acordo com Sweetser (1990), diferenciamos a condição de um evento no mundo real, a condição de uma crença ou conclusão, e a condição de um ato de fala realizado, bem como explicitamos as funções discursivo-pragmáticas das condicionais, tais como as estratégias de *ameaça*, *promessa* e *polidez* (FILLENBAUM, 1986; HIRATA-VALE e OLIVEIRA, 2003).

A partir dessa perspectiva teórica, que prevê uma relação indissociável entre forma e sentido, foi possível analisar, quantitativa e qualitativamente, os processos juntivos de condição, contemplando a não-discretude das faces sintática, semântica e pragmática que envolvem o fenômeno da junção condicional, chegando aos seguintes resultados:

- quanto ao nível sintático: a mobilização de esquemas juntivos de condição não só hipotáticos, como previsto nas gramáticas tradicionais, mas também mecanismos paratáticos, além do emprego de diferentes jutores, o que mostrou que as categorias não são discretas, podendo qualquer relação semântica se resolver em diferentes arranjos sintáticos;

- quanto ao nível semântico: a prevalência dos padrões de condição e tempo/condição em todas as séries do EF II, seguidos dos demais padrões (modo/condição e alternância/condição), que caracterizam a relação de derivação existente entre as relações de sentido (cf. KORTMANN, 1997);

– quanto ao nível pragmático: a mobilização de condicionais nos três padrões pragmáticos de uso – conteúdo, epistêmico e atos de fala –, havendo um aumento significativo das construções epistêmicas nos anos finais do EF II, que, a nosso ver, pode estar corroborando hipóteses cognitivas (SWEETSER, 1990), tendo em vista o grau de complexidade dessas construções, mas também corrobora hipóteses fundadas no peso das TDs (KABATEK, 2005).

Além disso, analisamos os diferentes mecanismos de junção condicional, considerando o tipo de texto em que estão inseridos, o que permitiu explicitar uma correlação entre junção e TD, nos moldes de Kabatek (2006), a partir do reconhecimento de algumas tendências:

– as tradições argumentativas ou determinadas tradições descritivas com traços opinativos predispõem o emprego, com mais recorrência, dos esquemas juntivos de condição, que atuam, em muitos casos, como estratégias de persuasão;

– a depender da tarefa comunicativa solicitada, determinados tipos específicos de mecanismos de junção condicional são mais recorrentes. A esse respeito, verificamos que, nas tarefas que exigem uma avaliação do escrevente a respeito de uma situação possível ou um posicionamento em relação a um determinado fato polêmico, o uso das construções condicionais pertencentes ao domínio epistêmico é mais frequente, fato que ajuda a explicar o aumento no emprego dessas construções nos anos finais do EF II.

De modo geral, no eixo das técnicas idiomáticas, constatamos que, de um viés qualitativo, o quadro dos mecanismos de junção, nessa amostra de textos do EF II, representa a variabilidade nos modos de codificar o sentido condicional, dado que há a mobilização de diferentes padrões semânticos, além do emprego de diferentes arranjos sintáticos, que abarcam diversos tipos de juntores. Contudo, de um viés quantitativo, parte das expectativas iniciais deste trabalho não foram concretizadas, na medida em que não houve uma ampliação dos padrões semânticos no decorrer do EF II, nem um aumento dos tipos de juntores, revelando que os escreventes marcaram a condicionalidade em seus textos, predominantemente, por esquemas de junção mais prototípicos. Ademais, esperávamos verificar, durante esses quatro anos de escolarização, um aumento de complexidade morfossintática das construções condicionais, porém, houve uma quebra de expectativa nesse sentido, pois foram empregadas construções, interpretadas como mais complexas, desde o início do EF II e, também, os erros envolvendo morfologia verbal, que para nós deveriam ser mais comuns nas séries iniciais, ocorreram durante toda essa fase escolar. Sendo assim, entendemos que, no que concerne à ampliação de diferentes construções condicionais, que

codificam diversas nuances de condição, a partir do emprego de uma variedade de juntores e de diferentes correlações modo-temporais, o tempo de escolarização não se fez sentir, especificamente para essa amostra de textos do EF II, contribuindo pouco na formação escolar desses escreventes.

Já, no eixo das técnicas discursivas, verificamos que o emprego mais recorrente dos esquemas condicionais está correlacionado com as propostas de produção textual solicitadas aos estudantes, que abrangem diferentes tarefas comunicativas e evocam diferentes TDs, modos de dizer pelos quais os escreventes circulam de maneira bastante particular, atendendo ou não aos traços composicionais das tradições e deixando transparecer suas intenções frente ao que é solicitado nas propostas.

Diante desses resultados, interpretamos que a inserção dos jovens escreventes do EF II nas técnicas idiomáticas e discursivas da língua prevê muita flutuação, uma vez que o quadro de esquemas condicionais é variável no decorrer desse período de escolarização, assim como o modo pelo qual os estudantes transitam pelas TDs da escrita é cambiante, o que revela as escolhas dos escreventes no eixo da junção e no eixo das TDs, em um processo de desenvolvimento de uma escrita.

Os resultados alcançados neste trabalho poderão contribuir: (i) para pesquisas que privilegiem a investigação dos processos juntivos de condição em dados de escrita, já que mostramos a complexidade sintática, semântica e pragmática envolvida na codificação dessa relação de sentido em textos do EF II, destacando a variação no emprego das condicionais nessa fase escolar, com predomínio de diferentes padrões em determinadas séries, (ii) para pesquisas que investiguem a contribuição das TDs para o emprego de construções linguísticas específicas, dado que reconhecemos uma correlação entre junção e TD, na medida em que explicitamos determinadas TDs da escrita, mais especificamente as de caráter argumentativo/opinativo, predispondo a mobilização de construções condicionais e (iii) para o ensino, uma vez que trabalhamos com textos do EF II e constatamos, em uma perspectiva longitudinal, que o contexto institucional de aprendizagem contribuiu pouco para ampliação dos esquemas juntivos condicionais, resultado que pode contribuir com pesquisas voltadas para o processo de aquisição da escrita.

REFERÊNCIAS

- BIBER, D. *Variation across speech and writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- BRAGA, M. L. Processos de redução: o caso das orações de gerúndio. In: KOCH, I. V. G. (Org.). *Gramática do português falado: desenvolvimentos*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2002. v. 6. (Série Pesquisas).
- BYBEE, J. Mechanisms of change in grammaticalization: the role of frequency. In: JOSEPH, B.; JANDA, R. (Ed.) *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003.
- COMRIE, B. Conditionals: a typology. In: TRAUGOTT, E. C. et al. (Ed.) *On Conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 77-99.
- COSERIU, E. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística*. Rio de Janeiro: Presença, 1979.
- DANCYGIER, B. *Conditionals and predication* (Cambridge Studies in Linguistics). Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- DANCYGIER, B.; SWEETSER, E. Constructions with if, since and because: causality, epistemic stance and clause order. In: COUPER-KUHLEN, E.; KORTMANN, B. (Ed.). *Cause, concession, contrast, condition: cognitive and discourse perspectives*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000. p. 111-142.
- FERRARI, L. Construções gramaticais e a gramática das construções condicionais. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, 143-150, 2001. Disponível em: <http://www.ich.pucminas.br/cespuc/Revistas_Scripta/Scripta09/Conteudo/N09_Parte01_art12.pdf>. Acesso em: 20 out. 2014.
- _____. Os parâmetros básicos da condicionalidade na visão cognitivista. *Veredas: Revista de Estudos Linguísticos*. Juiz de Fora, vol. 4, n. 1, p. 21-30, 2000.
- FIAD, R. S. Reescrita, dialogismo e etnografia. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 13, n. 3, p. 463-480, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ld/v13n3/02.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2015.
- FILLENBAUM, S. The use of conditionals in inducements and deterrents. In: TRAUGOTT, E. C. et al. *On conditionals*. Cambridge University Press, 1986. p. 353-372.
- HAIMAN, J. Conditionals are topics. *Language*, Washington, v. 54, n. 3, p. 564-589, 1978. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/412787>>. Acesso em: 22 out. 2014.
- HALLIDAY, M.A.K. *An introduction to functional Grammar*, London: Edward Arnold, 1985.
- HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

HIRATA-VALE, F. A condicionalidade em construções paratáticas: um uso argumentativo. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 213-222, 2008. Disponível em: <http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/37/EL_V37N1_21.pdf>. Acesso em: 9 set. 2014.

_____. Para uma interpretação condicional de construções temporais do português: contextos de uso. *Alfa*, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 167-177, 2008.

HIRATA-VALE, F. B.; OLIVEIRA, T. P. As orações condicionais como estratégia de polidez no português do Brasil. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. XXXII, 2003. 5 CD-ROM.

_____. Uma tipologia da oração condicional segundo a Gramática Discursivo Funcional. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 196-206, 2011.

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: CUP, 1993.

KABATEK, J. Tradiciones discursivas y cambio lingüístico. *Lexis: Revista de lingüística y literatura*, Lima, v. 29, n. 2, p. 151-177, 2005.

_____. Tradições discursivas e mudança linguística. In: LOBO et al. (Org.) *Para a história do português brasileiro*. Salvador: EDUFBA, tomo II, 2006.

KOCH, P. Diskurstraditionen: zu ihrem sprachtheoretischen Status und ihrer Dynamik. In: FRANK, B.; HAYE, T.; TOPHINKE, D. (Ed.). *Gattungen mittelalterlicher schriftlichkeit*. Tübingen: Narr, 1997. p. 43-79.

KORTMANN, B. *Adverbial subordination: a typology and history of adverbial subordinators based on European languages*. (Empirical approaches to Language Typology) Berlin: Mouton de Gruyter, 1997.

LEÃO, A. V. *O período hipotético iniciado por se*. Belo Horizonte: UFMG, 1961.

LONGHIN-THOMAZI, S. R. Flutuação e gramaticalização no paradigma dos jutores em português: forma, significado e história de (na) hora que. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v. 13, p. 147-166, 2011.

_____. Junção e(m) aquisição: aspectos morfossintáticos e cognitivos. *Gragoatá*, Niterói, v. 16, n. 30, p. 221-238, 2011. Disponível em: <<http://www.uff.br/revistagragoata/ojs/index.php/gragoata/article/view/15/140>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

_____. *Tradições discursivas: conceito, história e aquisição*. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. Vai que eu engravidado de novo?: gramaticalização, condicionalidade e subjetivização. *Lusorama*, Frankfurt am Main, v. 81-82, p. 135-150, 2010.

LOPES-DAMASIO, L. R. *Diacronia dos processos constitutivos do texto relativos a assim: um novo enfoque da gramaticalização*. 2011. 285 f. Tese (Doutorado em Estudos

Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2011.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000. p. 829-861.

NEVES, M. H. M.; BRAGA, M. L. Hipotaxe e gramaticalização: uma análise das construções de tempo e de condição. *DELTA*, São Paulo, v. 14, 1999. Número especial. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44501998000300013>>. Acesso em: 5 abr. 2014.

NEVES, M. H. M.; BRAGA, M.; DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. As construções hipotáticas. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. M. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: classe de palavras e processos de construção*. Campinas: Unicamp, 2008. v. 2. p. 958-972.

OESTERREICHER, W. Zur Fundierung von Diskurstraditionen. In: FRANK, B.; HAYE, T.; TOPHINKE, D. (Ed.) *Gattungen mittelalterlicher schriftlichkeit*. Tübingen: Narr, 1997. p. 19-41.

PAIVA, M. C.; BRAGA, M. L. Juxtaposition et coordination: deux formes de parataxe? In: BÉGUELIN, M. J.; AVANZI, M.; CORMINBOEUF, G. (Ed.). *La parataxe*. Tome 1: Entre dépendance et intégration. Berne: Peter Lang, 2010. p. 313-332. (Collection Sciences pour la communication).

RAIBLE, W. Linking clauses. In: HASPELMATH *et al.* (Ed) *Language typology and language universals – an international handbook*, Berlin: De Gruyter, 2001.

RODRIGUES, A. T. C. *As orações de tempo e condição na fala da criança: uma perspectiva sócio-funcionalista*. 2001. 187 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

SANDERS, T. J. M.; EVERS-VERMEUL, J. Discovering domains - on the acquisition of causal connectives. *Journal of Pragmatics*, v. 43, n. 6, p. 1645-1662, 2010.

SWEETSER, E. *From etymology to pragmatics*. Metaphorical and cultural aspects of semantic structure. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TENANI, L. Banco de Dados de Escrita do Ensino Fundamental II. Disponível em: <http://www.convenios.grupogbd.com/redacoes/Login>. Acesso em: 2 jun. 2014.

TENANI, L. E.; LONGHIN, S. R. Oficinas de leitura, interpretação e produção textual no ensino fundamental. *Revista em Extensão*, Uberlândia, v. 13, n. 1, p. 20-34, 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/viewFile/27049/14678>>. Acesso em: 16 set. 2014.

Autorizo a reprodução xerográfica para fins de pesquisa.

São José do Rio Preto, ____/____/____

Assinatura